



//
**TO
STAY
AHEAD**

RELATÓRIO & CONTAS 2011
MARÇO 2012

MARTIFER
GROUP

ÍNDICE

RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO	05
01 GRUPO MARTIFER	07
Mensagem do Conselho de Administração	08
Destaques	09
Principais Indicadores Financeiros	09
Principais Acontecimentos	11
02 ENQUADRAMENTO	13
Atividade	14
Presença Internacional	16
Histórico	17
Envolvente de Mercado	18
03 DESEMPENHO FINANCEIRO	27
Análise de Resultados	28
Proveitos operacionais	29
EBITDA e Resultado Líquido	30
Investimento	31
Análise da Estrutura de Capital	32
04 ANÁLISE POR SEGMENTO	35
Construção Metálica	36
Solar	39
Outras Áreas	42
05 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	43
06 COMPORTAMENTO DA ACÇÃO MARTIFER	45
07 PERSPETIVAS FUTURAS	51
08 PRINCIPAIS RISCOS	55
Risco de Preço	56
Risco Cambial	56
Risco de Taxa de Juro	56
Risco de Liquidez	57
Risco de Crédito	57
09 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	59
10 OUTRAS INFORMAÇÕES	61

INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA	63
INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA	69
11 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	71
12 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	77
INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL	163
13 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	165
14 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	171
RELATÓRIOS DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO	195

Nota: Este relatório adota o novo acordo ortográfico.



RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

01

**GRUPO
MARTIFER**

01 | GRUPO MARTIFER

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gerir negócios em tempos de grande turbulência, como o que atravessamos, em que os obstáculos se multiplicam, torna-se um desafio ainda maior, ao qual pretendemos responder triplicando a nossa dedicação e focalização na concretização da nossa estratégia.

Em balanço, podemos dizer que, apesar dos tempos difíceis que vivemos, foram vários os objetivos que conseguimos atingir durante o ano 2011.

Estamos cada vez mais focalizados estrategicamente naquelas que são as nossas atividades *core* – construção metálica e solar.

Modificámos o peso relativo do *mix* de geografias que contribuem para o total das receitas. Diminuimos o peso da Ibéria de 53 % para 24 % e aumentamos a atividade em mercados emergentes, como é o caso do mercado brasileiro, ao mesmo tempo que continuamos a aumentar o peso dos países maduros da Europa ocidental e central.

Na área de construção metálica, ganhamos obras de grande relevância, que demonstram as vantagens competitivas do Grupo e, simultaneamente, aumentam a nossa experiência e o nosso *know-how* para continuarmos, cada vez mais, a apresentar soluções inovadoras e de qualidade, que acrescentam valor e nos diferenciam no mercado global. Das obras ganhas, podemos destacar algumas, como a Scotland's National Arena (Glasgow, Escócia), a Birmingham New Street (Inglaterra), o King Abdullah Financial District (Arábia Saudita), a nova sede do BBVA em Madrid (Espanha), o estádio do Lille (França) e, finalmente, no Brasil, as obras dos estádios de Castelão (Fortaleza), Fonte Nova (Salvador) e Grêmio (Porto Alegre).

Na área solar, que conta já com mais de 200 MW instalados globalmente, destacamos alguns dos projetos de maior relevo durante 2011: o primeiro projeto na Índia (25 MWp), a construção, em Portugal, de 22 MWp para o Fundo de Infraestruturas do BNP Paribas, a instalação - num antigo campo de guerra da 2.ª Guerra Mundial - de 5 MWp na Normandia e, finalmente, a criação e lançamento da marca Mprime, para o segmento da distribuição. Atualmente a Martifer Solar conta com uma carteira de encomendas de aproximadamente 192 milhões de euros, e está presente na Europa (Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Bélgica, França, República Checa, Eslováquia e Reino Unido), na América do Norte e América Latina (Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Peru e Chile), em África (Cabo Verde, Moçambique e África do Sul) e na Ásia (Índia, Emirados Árabes Unidos e Singapura).

O plano de venda de ativos não *core* do Grupo continua a ser implementado e, como planeado para 2011, foi realizada a venda de parques eólicos (28 MW), na Polónia, ao IKEA.

Continua a ser objetivo do grupo Martifer a obtenção de um nível de endividamento entre 230- e 250 milhões de euros até ao final de 2013. Considerando o nível de endividamento atual no final de 2011 (330 M€), pretendemos alcançar uma redução adicional de 80 a 100 milhões de euros nos próximos dois anos (2012 e 2013), através da venda de ativos não *core*, nomeadamente parques eólicos, mas também projetos solares e, residualmente, através da venda de projetos imobiliários. No final deste período, o Grupo pretende atingir o rácio Net Debt/EBITDA de 4.0x.

Do ponto de vista da *performance* operacional, com a implementação do programa *New Step* procuramos melhorar a competitividade das nossas unidades industriais e aumentar o retorno dos acionistas.

Em suma, o ano de 2011 acabou por marcar um ano de viragem na organização interna do grupo, com a focagem e implementação de um programa de melhoria da nossa competitividade industrial. Nos próximos dois anos, continuaremos a seguir o plano estratégico apresentado em fevereiro de 2010. Estamos certos que o caminho será duro e difícil, mas também sentimos que a Martifer está hoje mais sólida e concentrada para abraçar os desafios.

Hoje, temos mais experiência acumulada, estamos mais fortes internacionalmente, e o valor da inovação está presente no nosso espírito e nas nossas ações. Acreditamos no futuro. Venha conquistá-lo connosco!

Caro *Stakeholder* obrigado pela confiança depositada!

DESTAQUES

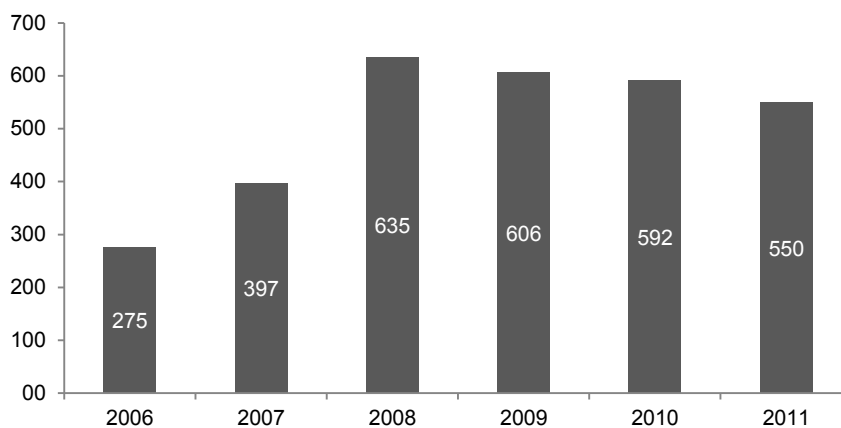
- Proveitos operacionais de 550 M€; Forte crescimento internacional
- EBITDA de 8,9 M€ e EBIT de -20,8 M€
- Fraca *performance* operacional na área de construções metálicas, influenciada pelo plano de reestruturação implementado durante o ano de 2011 e pelas perdas de imparidade registadas, relativas à parceria nos EUA (Martifer – Hirschfeld Energy Systems)
- Resultado Líquido reportado atribuível ao Grupo de -49,6 M€
- Carteira de encomendas sustentável aponta para prespetivas positivas em 2012: na construção metálica 290 M€ e na solar 192 M€. Um bom período comercial no Brasil deverá compensar a depressão sentida do mercado Ibérico

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

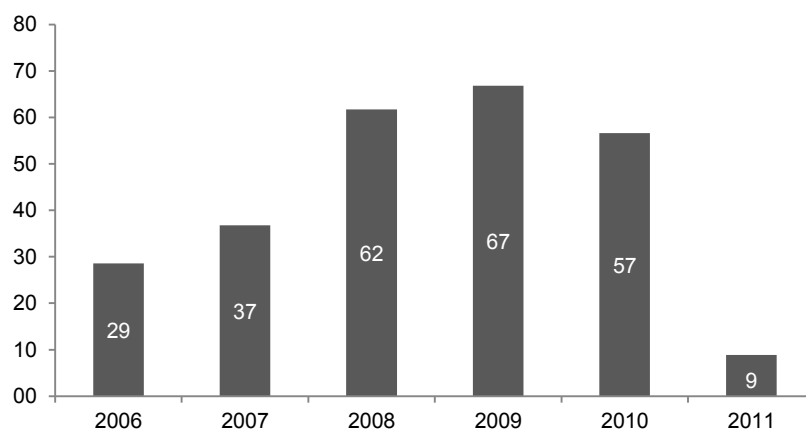
€M – IFRS	ANO 2011	Margem	ANO 2011 R	Margem	Var. %
Proveitos Operacionais	550,1		591,6		-7,0%
EBITDA	8,9	1,6%	56,6	9,6%	-84,2%
EBIT	-20,8	-3,8%	-21,7	-3,7%	-4,3%
Resultado Financeiro	-26,4		-20,2		30,4%
Resultado antes de imposto	-47,1		-41,9		-12,4%
Impostos	0,4		10,4		-96,0%
Resultado Líquido Consolidado	-47,5	-8,6%	-52,3	-8,8%	-9,1%
Atribuível:					
a interesses não controlados	2,1		2,5		-17,5%
ao Grupo	-49,6		-54,8		-9,5%

R = reexpresso de forma a ser comparável, após alterações no método de consolidação dos empreendimentos conjuntamente controlados, conforme explicado na Nota 1 do Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

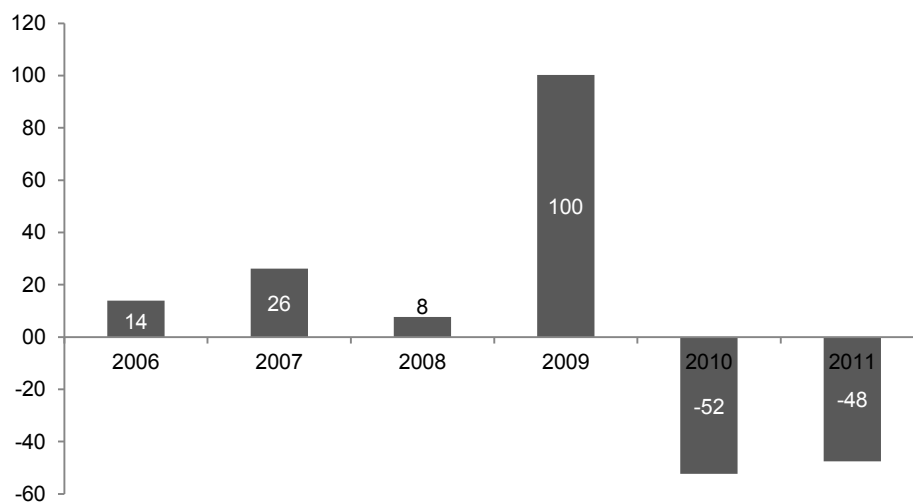
PROVEITOS OPERACIONAIS – EVOLUÇÃO 2006-2011 (€M)



EBITDA – EVOLUÇÃO 2006-2011 (€M)



RESULTADO LÍQUIDO – EVOLUÇÃO 2006-2011 (€M)



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

FEVEREIRO 2011

Martifer vende as suas participações na REpower Portugal e na Powerblades

A Martifer vendeu a sua participação de 50 % na *joint venture* REpower Portugal à REpower Systems AG, passando esta a ser a única detentora da empresa. A Martifer vendeu também a sua participação de 10 % na *joint venture* Powerblades (fábrica de pás) à REpower Systems AG.

A Autoridade da Concorrência autoriza a venda da Home Energy à EDP

No dia 21 de fevereiro de 2011, a Autoridade da Concorrência aprovou, sem quaisquer condicionantes, a venda da Home Energy à EDP Serviços. O contrato de venda da Home Energy foi assinado no dia 30 de dezembro de 2010, tendo ficado, na altura, condicionado à autorização acima mencionada.

SETEMBRO 2011

Martifer vende parques eólicos na Polónia

A Martifer Renewables vendeu os seus projetos eólicos na Polónia: Leki Dukielskie (10 MW) e Bukowsko (18 MW), ambos já em operação, e acordou a venda futura de Rymanow (26 MW), em início de construção, por um total de 385 M PLN (aproximadamente 89,5 M€, segundo a taxa de câmbio na data da transação) ao Grupo IKEA.

OUTUBRO 2011

Martifer Solar assina um contrato EPC para a construção de 22 MWp em Portugal

A Martifer Solar assinou um acordo com uma empresa gerida pelo BNP Paribas Clean Energy Partners para a construção de uma instalação solar fotovoltaica de 22 MWp em Portugal.

Martifer Metallic Constructions assina contratos para a construção de três estádios de futebol no Brasil

A Martifer Metallic Constructions ganhou, entre setembro e outubro de 2011, a construção de três estádios de futebol no Brasil: o Estádio Arena Fonte Nova, em Salvador da Bahia; o Estádio Castelão, em Fortaleza; e o Estádio do Grêmio, em Porto Alegre. O valor total dos três estádios é de 109,6 milhões de reais.

EVENTOS SUBSEQUENTES

JANEIRO 2012

Martifer decide encerrar fábrica de Benavente

A administração da Martifer Metallic Constructions tomou a decisão de encerrar, em agosto de 2012, a fábrica de estruturas metálicas de Benavente. Este encerramento deve-se a um reajuste da capacidade de resposta ao nível industrial devido à quebra na procura no setor da construção em toda a Península Ibérica.

MARÇO 2012

Martifer vence adjudicação de dois navios-hotel

A Martifer vence a adjudicação de dois navios-hotel da Douro Azul. Os navios vão ser construídos até 2013 na NavalRia, num negócio de aproximadamente 22 milhões de euros.

02

ENQUADRAMENTO

02 | ENQUADRAMENTO

ATIVIDADE

A Martifer iniciou a sua atividade em 1990, atuando no setor das estruturas metálicas. Desde 2011, como consequência do *focus* estratégico, a Martifer passou a ter a sua atividade concentrada em duas áreas – construção metálica e solar.

Das outras atividades e participações, destaca-se a RE Developer – Promoção e Desenvolvimento de Projetos Eólicos (Martifer Renewables) e a sua participação a 49 % nas empresas Prio Energy e Nutre (anteriormente Prio Foods).

HOLDING

A Martifer SGPS, SA, sociedade aberta, *holding* do grupo Martifer, é responsável pela definição de regras e políticas e pela orientação estratégica do Grupo.

As áreas de negócio do grupo Martifer atuam de forma autónoma, seguindo as orientações estratégicas aprovadas a nível da *holding*, com base em orçamentos e planos de negócio anuais aprovados pelo Conselho de Administração da Martifer.

De forma transversal, as áreas de negócio utilizam o centro de serviços de suporte do Grupo, que tem como objetivo a prestação de serviços administrativos de suporte que contribuam para a competitividade de cada uma das áreas de negócio. O número de colaboradores no final de 2011 era de 118.

CONSTRUÇÃO METÁLICA

Esta área de negócio é líder na Península Ibérica e um dos *players* de referência do setor na Europa. Com presença industrial em Portugal, na Polónia, na Roménia, na Austrália, em Angola e, desde dezembro de 2011, no Brasil, tem competências na execução de projetos complexos, com capacidade própria de desenho e engenharia, complementada por uma vasta equipa de gestão de obra. Executa contratos de elevada incorporação de estrutura metálica em aço, fachadas de alumínio e vidro e soluções em aço inox.

Desde 2011, esta área integra também a área de equipamentos para energia – produção de componentes para aerogeradores, fabrico de torres metálicas, equipamentos para indústria petrolífera e *offshore*. Está também presente na construção de projetos industriais (ex.: fábricas de extração, fábricas de biodiesel) e engenharia naval (NavalRia).

A empresa tem centrado a sua estratégia de desenvolvimento em países de maior crescimento na Europa Central e em Angola, procurando sempre diferenciar-se pela qualidade da engenharia e a capacidade de liderar projetos de grande complexidade. No ano 2010, deu-se a entrada nos mercados do Reino Unido e França. No final de 2011, avançou-se para o Brasil, um mercado no qual a empresa aposta para o futuro e onde já acumula uma carteira de obras interessante.

Esta atividade registou proveitos operacionais em 2011 de 240,2 milhões de euros, com 2 604 colaboradores no final do ano. A presença industrial e comercial estende-se atualmente a mais de 12 países. O total da sua capacidade produtiva é de 80 000 toneladas anuais.

SOLAR

No segmento Solar, a atividade do Grupo é exercida através da Martifer Solar, que se dedica ao desenvolvimento de projetos fotovoltaicos, à instalação de parques fotovoltaicos chave na mão ou em regime de EPC e ao desenvolvimento de projetos de integração arquitetónica e microgeração.

Através da sua participada MPrime, a Martifer Solar atua também no segmento de produção e distribuição de módulos fotovoltaicos. Em termos industriais, possui uma das unidades mais automatizadas do mundo para produção de módulos fotovoltaicos, com capacidade para 50 MW.

A Martifer Solar, presente no mercado desde 2007, levou a cabo nos últimos anos um plano de expansão internacional com a entrada em novos países, passando de 12 países em 2010 para mais de 20 países em 2011.

A Martifer Solar participou já na implementação de 200 MW de energia solar fotovoltaica em todo o mundo.

Esta área registou proveitos operacionais de 293,2 milhões de euros em 2011, com 400 colaboradores no final do ano.

RE DEVELOPER

A Martifer Renewables atua como um *developer* nas energias renováveis, principalmente no desenvolvimento de projetos de energia eólica. Mais do que acumular MWs em exploração, a estratégia da Martifer Renewables assenta numa rigorosa utilização de capitais no desenvolvimento e construção de projetos. O Grupo tem atualmente 62 MW de energia eólica e solar em exploração em Portugal, em Espanha, na Roménia e no Brasil. No final do ano 2010 foram vendidos os parques eólicos da Alemanha, no total de 53,1 MW e em 2011 foram vendidos os projetos eólicos na Polónia: Leki Dukielskie (10 MW) e Bukowsko (18 MW), ambos já em operação, ficando acordada a venda futura de Rymanow (26 MW).

Esta área de negócio registou proveitos operacionais de 14,5 milhões de euros em 2011, com um número final de 59 colaboradores. Está presente em 4 países.

Em suma, atualmente o Grupo está organizado da seguinte forma:

MARTIFER GROUP



MARTIFER METALLIC CONSTRUCTIONS

Estruturas Metálicas
Fachadas em Alumínio e Vidro
Inox
Eólico, Petróleo e Gás



MARTIFER SOLAR

EPC
Soluções FV
Distribuição



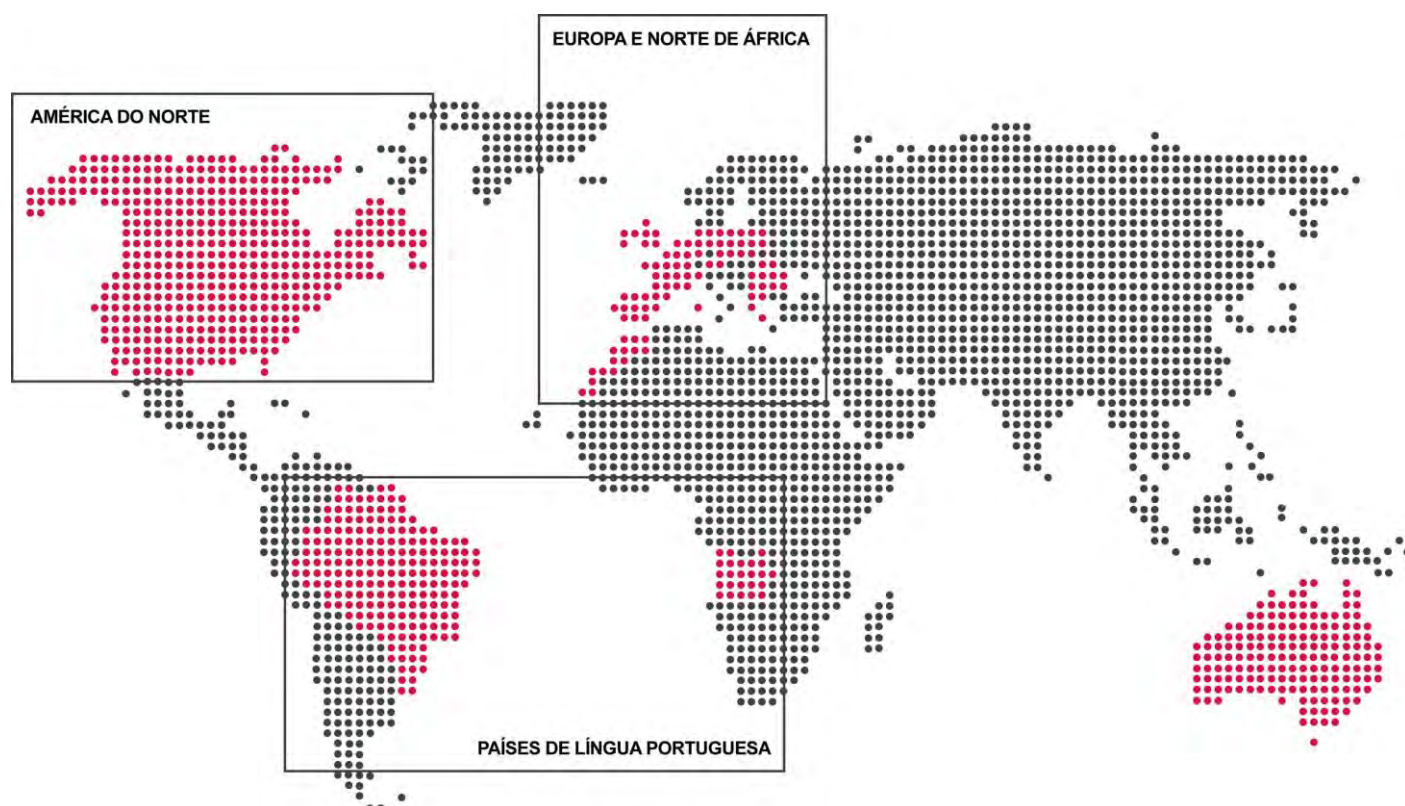
OUTRAS

MARTIFER
RENEWABLES

prio
energy

NUTRE

PRESENÇA INTERNACIONAL



Portugal / Espanha / Itália / Irlanda / Eslováquia / Cabo Verde / Bélgica / Alemanha / República Checa / Polónia / Canadá / Brasil / Austrália / França / Roménia / Marrocos / Grécia / EUA / Bulgária / Angola / Reino Unido / Moçambique / México / Arábia Saudita

HISTÓRICO

1990	Fundação da Martifer 18 Colaboradores
1998	Engil (Mota-Engil) passa a ser acionista Expo 98, com a participação da Martifer em várias obras (Ex. Torre Vasco da Gama) 100 Colaboradores
1999	Início da internacionalização com a entrada em Espanha
2002	Construção dos estádios para o Euro 2004 Segunda fábrica em Portugal, Benavente
2003	Criação da fábrica de Construções Metálicas na Polónia, 1.ª fora de Portugal
2004	Início de atividade no setor de Equipamentos para Energia Renovável – Eólica 900 Colaboradores
2005	Início de atividade nas áreas de Agricultura e Biocombustíveis e Desenvolvimento de Parques Eólicos Aquisição de 25,4 % da REpower Systems AG
2006	Início de atividade no setor Solar Fotovoltaico Criação do Consórcio Ventinveste para o Concurso Eólico Nacional, em parceria com a Galp
2007	OPA sobre a REpower Systems AG, conjuntamente com a Suzlon Consórcio Ventinveste vence Fase B do Concurso Eólico Nacional (400 MW) Entrada em bolsa (IPO) 1 800 colaboradores
2008	Início de operação das unidades industriais de componentes para parques eólicos, módulos fotovoltaicos e assemblagem de aerogeradores Aquisição da Navalria, especializada no negócio da Construção e Reparação Naval
2009	Criação de uma <i>Joint Venture</i> com a Hirschfeld para a produção de componentes para energia eólica nos EUA Martifer Renewables ultrapassa 100 MW de capacidade instalada Martifer Renewables ganha 217 MW no primeiro Leilão eólico no Brasil Venda da participação detida na REpower Systems AG
2010	Alienação de 11 % na Prio e Prio Advanced Fuels, passando a deter 49 % do seu capital Construção dos dois maiores parques solares fotovoltaicos do continente africano, em Cabo Verde
2011	Início da construção da fábrica de estruturas metálicas em Pindamonhangaba, São Paulo, Brasil Adjudicação à Martifer Solar do primeiro projeto fotovoltaico na Índia Venda da participação na Repower Portugal
2012	~3.000 colaboradores Presente em 21 países 16 Unidades Industriais

ENVOLVENTE DE MERCADO

Crescimento Económico...

As perspetivas de crescimento económico global esmoreceram ao longo do ano de 2011, ao mesmo tempo que os riscos escalavam de forma acentuada, durante o quarto trimestre de 2011, com a economia da zona euro a entrar numa nova fase, refletindo a intensa crise de dívida soberana e afetando em particular os países mais periféricos (ver abaixo a cronologia dos acontecimentos).

Apesar da Grécia, da Irlanda e de Portugal (que negociaram um programa de ajuda financeira com o Fundo Monetário Internacional, a União Europeia e o Banco Central Europeu) terem sido os mais afetados, Espanha e Itália foram também penalizadas em certas alturas, devido ao desequilíbrio das suas finanças públicas.

De acordo com a atualização de janeiro do Relatório WEO (World Economic Outlook) do Fundo Monetário Internacional (FMI), o total da produção mundial deverá ter crescido 3,8 % em 2011 (que compara com 5,2 % em 2010), com a zona suro a crescer 1,6 % (*versus* 1,9 % em 2010) e os EUA 1,8 % (*versus* 3,0 % em 2010). As economias emergentes e em desenvolvimento terão crescido 6,3 % em 2011, o que significa um abrandamento maior do que o previsto, possivelmente devido a um efeito superior ao esperado do endurecimento da política macroeconómica ou mesmo de um crescimento subjacente mais fraco.

No que diz respeito ao futuro, diversas fontes económicas convergem para o argumento de que a recuperação global está ameaçada pela intensificação dos planos de austeridade na Europa.

Está previsto que o total da produção global cresça 3,25 % em 2012, de acordo com o FMI. O crescimento nas economias emergentes e em desenvolvimento deverá também abrandar. Durante 2012/13, espera-se que o crescimento médio seja de 5,75 %, o que demonstra um abrandamento significativo, em relação ao crescimento de 6,75 %, durante 2010-11.

Imersa num período de elevado endividamento em alguns estados membros e com a inerente instabilidade política, a economia da zona euro deverá entrar numa recessão moderada em 2012.

Esta recessão é o resultado do aumento dos juros da dívida soberana, do efeito da desalavancagem dos bancos na economia real e do impacto de consolidação fiscal adicional, anunciada pelos governos da zona euro.

O principal desafio é restaurar os níveis de confiança e colocar um ponto final na crise da zona euro, através do apoio ao crescimento, ao mesmo tempo que se efectuam ajustamentos de forma sustentável, contenção da desalavancagem e do fornecimento de mais liquidez e estabilização monetária. Estas medidas irão permitir uma maior convergência das políticas económicas como previsto pelo recente tratado conhecido como o “Golden rule treaty”.

... e níveis de inflação

O nível de inflação nas economias desenvolvidas deverá situar-se nos 2,7 % em 2011, que compara com 1,6 % em 2010 e as economias emergentes deverão apresentar uma inflação de 7,2 %, de acordo com os dados do FMI.

No entanto, a inflação global deverá aliviar com abrandamento da procura e uma estabilização, ou mesmo recuo dos preços das *commodities*, ou seja, espera-se que esta caia para cerca de 1,5 %, durante o ano de 2012. As pressões sobre as economias emergentes e desenvolvidas também deverão cair, à medida que o crescimento e a inflação do custo dos bens alimentares abrandem.

Os gráficos abaixo mostram a performance dos países periféricos na última década no que diz respeito ao crescimento económico e nível de desemprego. O valor do PIB da Grécia encontra-se isolado desde 2010, e a Irlanda, Portugal, a Itália e a Grécia continuam a mostrar uma grande correlação. O nível de convergência destas economias no que diz respeito às taxas de desemprego está longe de acontecer, se compararmos os níveis de desemprego nestes países com a taxa de desemprego na Alemanha.

Indicadores Relevantes

	2006	2007	2008	2009	2010	2011e	2012e
PBI, Var. % anual							
EUA	2,7%	2,1%	0,4%	-2,6%	3,0%	1,7%	1,8%
Zona Euro	3,0%	2,8%	0,5%	-4,1%	1,9%	1,6%	-0,5%
Alemanha	3,2%	2,5%	1,0%	-4,7%	3,6%	3,0%	0,3%
Portugal	1,4%	1,9%	0,0%	-2,6%	1,4%	-1,7%	-2,8%
Inflação, Var. % anual							
EUA	3,2%	2,9%	3,9%	-0,4%	1,6%	3,0%	2,2%
Zona Euro	2,2%	2,1%	3,3%	0,3%	1,6%	2,8%	2,0%
Alemanha	1,8%	2,3%	2,8%	0,3%	1,2%	2,4%	1,7%
Portugal	2,7%	3,0%	2,4%	-1,0%	1,4%	3,5%	3,0%
Taxa de Desemprego, Var. % anual							
EUA	4,6%	4,6%	5,8%	9,3%	9,4%	8,7%	8,5%
Zona Euro	8,3%	7,5%	7,5%	9,5%	10,0%	10,0%	10,0%
Alemanha	9,8%	8,4%	7,3%	7,7%	7,1%	6,1%	6,0%
Portugal	7,7%	8,1%	7,7%	9,6%	10,8%	12,6%	13,4%
Peso do Défice, % PBI							
EUA	-2,0%	-2,7%	-4,8%	-10,3%	-8,7%	-8,6%	-7,0%
Zona Euro	-1,3%	-0,6%	-2,0%	-6,3%	-6,2%	-4,1%	-3,4%
Alemanha	-1,6%	-0,3%	-0,1%	-3,0%	-4,3%	-1,3%	-1,0%
Portugal	-3,9%	-2,6%	-2,6%	-10,1%	-9,8%	-5,9%	-4,5%
Preço do Crude							
USD por Barril	61,6	93,9	45,6	80,0	84,0	112,0	105,0
Taxas de Juro, Final do ano (%)							
Taxas de Juro							
- Fed (Fed Funds)	5,25%	4,25%	0,75%	0,25%	0,25%	0,25%	0,25%
- BCE	3,50%	4,00%	2,50%	1,00%	1,00%	1,00%	0,75%
- BoE	5,00%	5,50%	2,00%	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
Taxas de Juro de longo prazo (10 y Bonds)							
USA	4,70%	4,00%	2,20%	3,80%	3,30%	2,20%	2,80%
Zona Euro	3,90%	4,30%	2,95%	3,40%	2,95%	2,20%	2,80%
Reino Unido	4,75%	4,50%	3,02%	4,00%	3,40%	2,40%	3,20%
Taxas de Câmbio, final do ano							
EUR/USD	1,32	1,46	1,40	1,43	1,33	1,35	1,4

Fonte: Reuters, relatórios do FMI, OCDE, INE

Downside Risks

Durante 2011, alguns dos riscos ao crescimento aumentaram significativamente.

Em primeiro lugar, o risco mais imediato é a intensificação da repetição de *feedbacks* adversos entre o financiamento soberano e bancário na zona euro, o que resulta numa desalavancagem bancária muito maior e mais prolongada e contrações consideráveis no nível do crédito e da produtividade.

Em segundo lugar, a qualidade dos ativos bancários poderá deteriorar-se ainda mais, devido a maiores perdas nas participações de dívida soberana e em empréstimos ao setor privado.

Assim, num cenário de intensificação da crise económica, o risco de contágio financeiro ao resto do mundo é mais intenso.

Além disso, surgem outros *Downside Risks* do progresso insuficiente no desenvolvimento a médio-prazo dos planos de consolidação fiscal nos EUA e no Japão. No curto prazo, este risco poderá ser mitigado pela turbulência na zona euro. No entanto, espera-se que os níveis de endividamento continuem a aumentar a médio prazo e, na ausência de estratégias de consolidação fiscal bem definidas e credíveis, existe a possibilidade de mais agitações nos mercados globais de emissão de dívida e monetários.

Os riscos relacionados com uma possível *hard landing* em determinadas economias emergentes, especialmente no contexto de incerteza, aumentou. Além disso, nos últimos anos, algumas economias experienciaram uma subida do crédito dinâmico e do preço dos ativos, além do aumento de outras vulnerabilidades financeiras.

Por último, mas não menos importantes, os riscos geopolíticos relacionados com o risco de fornecimento de petróleo aumentaram uma vez mais.

Política Monetária e Fiscal

Enquanto a consolidação fiscal continua nas economias desenvolvidas, as políticas monetárias deverão continuar a apoiar o crescimento, enquanto as expectativas de inflação se mantiverem estáveis, ou num nível mais baixo, e o desemprego continuar elevado. Mesmo que os *Downside Risks* ao crescimento se materializem, poderá ser necessário um novo estímulo monetário na zona euro, e é crucial quebrar com a repetição de *feedbacks* adversos ao crescimento, deteriorando as posições fiscais e enfraquecendo os balanços bancários, o que poderá levar a um período prolongado de deflação de ativos.

De forma a enfrentar estes problemas, é necessário uma acção forte em várias frentes:

- Flexibilização monetária adicional e atempada pelo Banco Central Europeu (BCE), consistente com a estabilidade nos níveis de preços;
- O BCE deverá continuar a assegurar liquidez e manter-se totalmente comprometido com as políticas expansionistas de compra de ativos no mercado, para ajudar a manter a confiança no Euro;
- Deverá estar também disponível financiamento suficiente através do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE);
- A desalavancagem bancária deverá ser levada a cabo com toda a atenção e os supervisores deverão fazer todos os possíveis para evitar uma desalavancagem demasiado rápida, que poderá levar a uma crise de crédito devastadora.

Matérias Primas

TENDÊNCIA NA EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO CRUDE



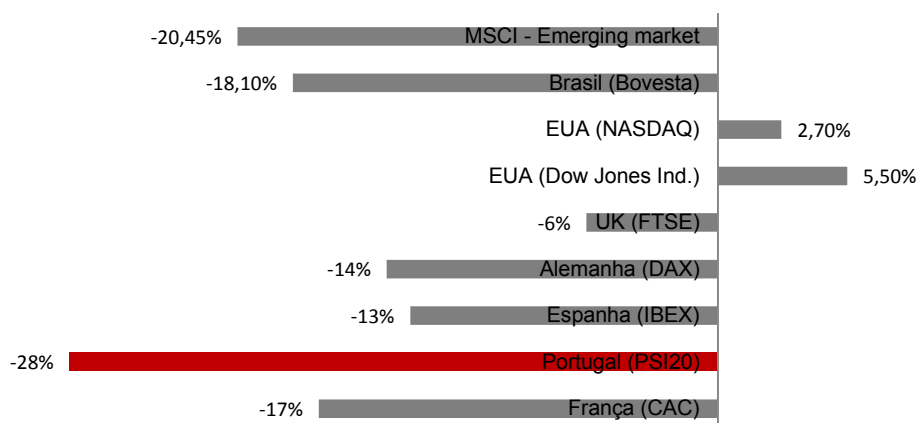
fonte: Reuters

Os preços das *commodities* na generalidade baixaram em 2011, como resposta à mais fraca procura global. No entanto, os preços do petróleo subiram nos últimos meses, em grande parte por causa dos desenvolvimentos no lado da oferta. A acrescentar ainda que o risco geopolítico relacionado com o preço do petróleo aumentou consideravelmente. As projeções-base do FMI para os preços do petróleo para 2012 mantêm-se inalteráveis nos \$99 por barril.

Mercados financeiros e confiança

O comportamento dos mercados acionistas em 2011 foi negativo na maioria dos índices de ações, nomeadamente Bovesta e MSCI – Mercados Emergentes, que caíram 18,10 % e 20,5 %, respetivamente. As exceções foram o *Dow Jones Industrial* e o *Nasdaq* nos EUA, que valorizaram relativamente o ano anterior em 5,5 % e 2,7 %,respetivamente.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICES BOLSISTAS EM 2011



Fonte: Reuters

Na economia, os programas de austeridade, introduzidos pelos governos para assegurar o cumprimento com os programas de ajustamento correspondentes, geraram, em última análise, um maior pessimismo acerca do crescimento económico a curto/médio prazo, não só nos países diretamente envolvidos, mas também a nível global.

O setor financeiro europeu foi um dos mais penalizados pela maior aversão ao risco por parte dos investidores. Isto acontece, em primeiro lugar, porque estava muito exposto a dívida soberana dos países mais periféricos da zona euro, com especial enfoque na Grécia, em que os líderes europeus concordaram num corte significativo, que envolveu um acordo com investidores privados. Além disso, foram aprovados novos requisitos legais para o setor financeiro com o objetivo de fortalecer a confiança dos investidores, que implicam maiores requisitos de fundos próprios de base.

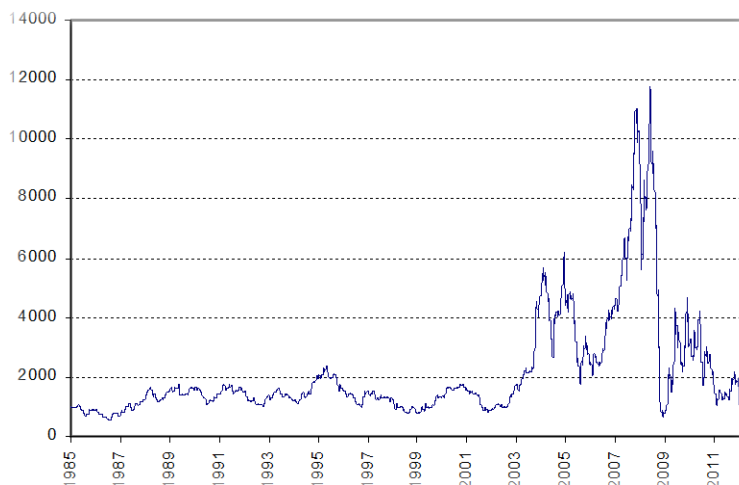
Para restaurar a confiança na viabilidade da zona euro é necessária uma integração financeira e fiscal mais profunda ao longo do tempo, bem como mais compromissos na implementação de reformas estruturais que ajudem a resolver os desequilíbrios internos.

A força da economia alemã é, claro, um fator chave para esta confiança. As atuais tensões de mercado afeta menos, até à data, os bancos alemães que os seus pares noutros países da zona euro, uma vez que os bancos alemães beneficiam do enorme mercado doméstico de poupanças e da confiança dos investidores na soberania alemã, o que tem levado o custo de financiamento do país para os níveis mais baixos de sempre. Isto reflete a opinião dos analistas de que as emissões da dívida alemã são imunes à atual crise da dívida soberana.

De acordo com o indicador *Zew Survey*, o nível de confiança dos analistas e dos investidores aumentou significativamente, uma vez que os dados para os próximos meses avançaram de forma significativa, em fevereiro de 2012, para um terreno positivo pela primeira vez desde maio de 2011, de -21,6 para 5,4 pontos.

Comércio Internacional

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DO MAR BÁLTICO



Fonte: Reuters

O volume de comércio mundial sofreu enormes cortes, como se pode verificar pelo principal índice do Mar Báltico, que mede os custos de transporte de *commodities* secas e é visto como um indicador chave da atividade comercial global, reduziu mais de 50 % em apenas um mês e atingiu mínimos de 3 anos.

CALENDÁRIO DOS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E ECONÓMICOS QUE MARCARAM 2011
MAR

Os líderes da zona euro concordaram que a capacidade do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) deveria ser aumentada para o seu valor nominal máximo de 440 mil milhões de euros, em vez dos atuais 250 mil milhões. Este aumento deverá ser atingido pelos países da zona euro através do aumento das suas garantias para os empréstimos do FEEF.

O primeiro ministro José Sócrates demite-se e alerta para as graves consequências para o país após a rejeição por parte do parlamento das últimas medidas de austeridade para evitar um resgate.

Os líderes europeus aprovam um novo pacote de medidas anticrise numa cimeira de dois dias, mas são forçados a adiar o aumento do fundo de resgate e tomam conhecimento da necessidade de enfrentar novas ameaças devido à queda do governo em Portugal.

APR

As ações dos bancos portugueses recuperam após a decisão do governo interino de procurar ajuda financeira europeia, mas não fica clara a rapidez da negociação de um acordo a meio de uma campanha eleitoral. Lisboa terá que acordar duros *targets* de austeridade para obter o terceiro resgate da zona euro, depois da Grécia e da Irlanda.

JUN

O primeiro ministro grego, George Papandreou nomeia Evangelos Venizelos como novo ministro das finanças, numa reorganização para angariar apoios para as duras reformas económicas que despoletaram uma agitação violenta e dividiram o seu partido. As reformas são uma condição para que a Grécia receba um resgate internacional para salvá-la de um *default* de dívida que poderia desencadear uma crise económica global.

JUL

Os 17 ministros da zona euro acordam que a quinta tranche do resgate, 110 mil milhões de euros, acordado com a Grécia em maio de 2010 será pago a 15 de julho, desde que o conselho do FMI aprove o pagamento. A reunião para aprovação por parte do FMI fica marcada para 8 de julho.

O parlamento italiano dá a aprovação final para um pacote de austeridade de 48 mil milhões de euros, destinado a evitar uma crise financeira em grande escala. Com um esmagador encargo de dívida que corresponde a 12 % do PIB e um crescimento fraco continuado que reteve os esforços para reduzir a dívida, a Itália enfrenta uma longa e dura batalha para regressar a uma economia saudável.

Os líderes da zona euro acordam um segundo pacote de resgate para a Grécia, que arrisca um *default* temporário. Numa cimeira de emergência, os líderes dos 17 países da moeda única comprometem-se a conduzir um segundo resgate para a Grécia, com mais 109 mil milhões de euros de dinheiros estatais, além de uma contribuição do setor privado, que totaliza cerca de 50 mil milhões de euros até meio de 2014.

AGO

O euro valoriza face ao dólar e desvaloriza face a outras moedas, depois de um alívio inicial graças à compra de dívida espanhola e italiana por parte do Banco Central Europeu.

As ações financeiras europeias abrem mais fracas apesar da introdução de uma proibição de *short-selling* em quatro países, o que evidencia preocupações sobre a capacidade destas medidas para restabelecer a confiança dos mercados. França, Itália, Espanha e Bélgica impõem a proibição, que será efetiva em agosto de 2012, mas cujos detalhes irão variar consoante o país, segundo a Entidade Reguladora de valores mobiliários e mercados (EMSA).

SET

Os líderes da França e da Alemanha demonstram ao primeiro ministro grego, George Papandreou, a importância vital da implementação de reformas e cumprimento dos objetivos fiscais acordados no plano de resgate de julho de 2012. A paciência começa a esgotar-se em alguns países da zona euro, com o incumprimento da Grécia nos objetivos de reformas fiscais e estruturais.

O Secretário do Tesouro dos EUA, Timothy Geithner, “encorajou” os líderes europeus a “agir de forma decisiva”, e a “unir esforços”, de forma a resolver a crise de dívida europeia. Numa reunião dos ministros das finanças da zona euro na Polónia, Geithner “não defendeu nem se opôs a nenhuma orientação legal específica”.

A Standard and Poor's baixa o *rating* não-solicitado de Itália em um nível e alerta para uma deterioração das perspetivas de crescimento com estragos causados pela incerteza política, numa ação que surpreende os mercados e aumenta a tensão numa zona euro já pressionada pela dívida. A S&P's baixa o *rating* da Itália de A+/A-1+ para A/A-1 e mantém as suas perspetivas negativas, transportando o euro para um valor de mais de meio cêntimo abaixo do dólar.

O primeiro ministro grego, George Papandreou, anuncia a necessidade do seu país implementar uma nova série de duras medidas de austeridade ou enfrentar a bancarrota. Os trabalhadores gregos convocam uma greve de 24 horas em protesto contra as fortes medidas de austeridade impostas pelo governo. A Grécia acordou, no dia 21 de setembro, com a implementação de reformas de austeridade como parte do acordo para continuar a receber financiamento por parte dos seus financiadores internacionais.

OUT

A Europa evita uma vez mais o colapso na sua crise de dívida, com os legisladores alemães a apoiarem Angela Merkel na aprovação de um fundo de resgate europeu mais forte. O Bundestag aprovou por uma esmagadora maioria novos poderes para o fundo de 440 mil milhões de euros do FEEF para levar a cabo empréstimos de precaução, apoiar a recapitalização de bancos e comprar dívida de países em dificuldades nos mercados secundários. Esta medida fez parte de um acordo de 21 de julho pelos líderes da zona euro, destinado a resolver a crise ao assegurar um segundo resgate para a endividada Grécia.

A polícia dispara gás lacrimogénio a jovens manifestantes que arremessavam pedras em Atenas, quando milhares de funcionários públicos marchavam contra os cortes que o governo refere como necessários para salvar o país da bancarrota. O anúncio grego nesta semana de que não iria cumprir com o seu *target* de défice em 2011 coloca em dúvida a viabilidade de um resgate de 109 mil milhões de euros já acordado em julho. Se esse acordo tiver de ser renegociado, os bancos europeus que detêm dívida grega poderão sofrer um duro golpe. Os responsáveis europeus lutam para proteger os bancos de uma repetição da crise que, em 2008, congelou o sistema bancário mundial.

A Eslováquia ratifica finalmente os novos poderes do fundo de resgate da zona euro, o último país a fazê-lo. O parlamento aprovou o plano para reforçar o Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF), após votar para realizar eleições gerais antecipadas, tal como exigido pela oposição após uma semana de discussão.

A Grécia aprova um doloroso pacote de medidas de austeridade, desencadeando protestos violentos no centro de Atenas e uma greve geral que fechou a maior parte do país. A conjugação de cortes profundos nos salários e nas pensões, aumentos nos impostos e alterações nos acordos coletivos de trabalho sofreram uma forte oposição e pelo menos 70 000 pessoas juntaram-se aos protestos na Praça Syntagma em Atenas, em frente ao parlamento.

Os líderes da União Europeia conseguem alguns progressos em direção a uma estratégia para combater a crise de dívida soberana da zona euro, aproximando-se de um acordo para a recapitalização dos bancos e numa solução para alavancar o seu fundo de resgate, de forma a tentar conter o contágio no mercado da dívida. No entanto, as decisões finais são adiadas para uma segunda cimeira, a 26 de outubro, e continuam a existir fortes diferenças de opinião acerca do tamanho das perdas que os privados que detêm dívida grega terão de aceitar.

Os líderes da zona euro conseguem um acordo com bancos e seguradoras privadas para que estes aceitem uma perda de 50 % nos seus títulos de dívida grega, segundo um plano de redução dos encargos gregos com dívida. O acordo foi atingido após mais de oito horas de negociação intensa, envolvendo banqueiros, chefes de

NOV

estado, bancos centrais e o FMI. Os líderes da zona euro acordam também o aumento do FEEF, de 440 mil milhões de euros para um trilhão de euros. Os bancos europeus serão, também, recapitalizados.

O ex-vice presidente do Banco Central Europeu, Lucas Papademos, assume o poder para salvar a Grécia da bancarrota, chefiando um governo de coligação que inclui muitos dos políticos que conduziram o país para a crise e empurraram a zona euro para perto do colapso. Este terá de fazer aprovar no parlamento o Segundo acordo de resgate da Grécia – um plano que inclui o combate à evasão fiscal, a venda de empresas do estado e cortes no setor público – para conseguir 130 mil milhões de euros num financiamento a longo prazo.

Mario Monti, economista, é nomeado primeiro ministro de Itália e traz as credenciais de uma década como comissário europeu que o seu governo de tecnocratas necessita ao enfrentar uma crise financeira que ameaça fugir do controlo.

Uma venda “desastrosa” de títulos de referência alemães desperta receios de que a crise de dívida começa a ameaçar a Alemanha, com o Bundesbank a ser obrigado a manter valores recorde para assegurar que o leilão não falhava. Numa das menos bem-sucedidas vendas de títulos de dívida, os baixos retornos oferecidos – apenas dois por cento ao ano durante 10 anos – dissuadiu os investidores, desconfortáveis com a escalada do custo da crise para a Alemanha. Como consequência, o banco central teve de adquirir 39 por cento dos 6 mil milhões de euros de dívida que a Alemanha esperava vender, uma vez que os bancos comerciais adquiriram apenas 3 644 mil milhões de euros da emissão.

Os custos de empréstimo italianos atingiram um valor recorde desde a entrada no euro de quase 8 por cento. A Itália teve de oferecer um rendimento recorde, 7,89 por cento, para títulos a três anos, um salto impressionante em relação aos 4,93 por cento pagos no final de outubro, e 7,56 por cento para títulos a 10 anos, que comparavam com 6,06 por cento na mesma altura. Os rendimentos estavam acima dos que a Grécia, a Irlanda e Portugal obtiveram quando pediram resgates internacionais, mas as ações e os títulos europeus manifestaram-se com aparente alívio com a forte procura, com um máximo de 7,5 mil milhões de euros vendidos.

Os bancos centrais em todo o mundo anunciam medidas para evitar uma crise de crédito nos bancos europeus que enfrentam a crise de dívida da região, impulsionando os preços globais das ações e o euro. A Reserva Federal Americana, o Banco Central Europeu e os bancos centrais do Canadá, da Grã-Bretanha, do Japão e da Suíça anunciam a decisão de reduzir o custo de linhas de *swap* de dólar existentes, entre outras medidas.

DEC

Tanto a Itália como a Irlanda apresentam orçamentos de austeridade. O primeiro ministro Mario Monti apresenta ao parlamento um pacote de medidas de austeridade de 30 mil milhões de euros, criado para fortalecer as debilitadas finanças públicas italianas. O pacote, um decreto de Mario Monti apelidado de “Salvar Itália”, procura arrecadar mais de 10 mil milhões de euros através de um novo imposto sobre a propriedade, de um novo imposto sobre artigos de luxo como iates, do aumento do imposto sobre valor acrescentado, da diminuição da evasão fiscal e da implementação de medidas para aumentar a idade da reforma.

A Standard & Poor's avisa que poderá levar a cabo uma descida de *rating* em massa sem precedentes dos países da zona euro, incluindo a Alemanha e a França, se os líderes da união europeia não chegarem a um acordo convincente para solucionar a crise de dívida da região na cimeira de 9 de dezembro.

A Europa assegura um acordo histórico para elaborar um novo tratado para uma maior integração económica na zona euro a 9 de dezembro, mas a Grã-Bretanha, a terceira maior economia da região, recusa juntar-se aos restantes 26 países numa união fiscal e fica isolada. O resultado de dois dias de cimeira europeia deixa os mercados financeiros na incerteza de se e como irão ter tomadas ações mais decisivas para conter a crise de dívida que começou na Grécia em 2009, estendendo-se a Portugal, Irlanda, Itália e Espanha.

Em meados de dezembro de 2011, os ministros da zona euro acordaram em aumentar os recursos do FMI em 150 mil milhões de euros para afastar a crise da dívida e conseguir apoio para mais fundos por parte dos parceiros da UE, mas não ficou claro se o bloco iria atingir o seu *target* de 200 mil milhões de euros depois da saída da Grã-Bretanha. A Fitch conclui, a 16 de dezembro, que uma “solução global” para a crise estava técnica e politicamente fora de alcance. A Fitch alertou que seis economias da zona euro, incluindo Itália e Espanha, poderiam ser penalizadas com descidas de *rating* de crédito num futuro próximo.

03

**DESEMPENHO
FINANCEIRO**

03 | DESEMPENHO FINANCEIRO

ANÁLISE DE RESULTADOS

M€	ANO 2011	ANO 2010 Reexpresso	Var. %	ANO 2010 Reportado
Proveitos operacionais	550,1	591,6	-7,0%	602,1
Resultados operacionais antes de amortizações e provisões e perdas de imparidade (EBITDA)	8,9	56,6	-84,2%	59,0
Margem EBITDA	1,6%	9,6%	-7,9 pp	9,8%
Amortizações e depreciações	19,6	24,5	-20,2%	26,1
Provisões e perdas de imparidade	10,2	53,8	-81,1%	53,9
Resultados antes de impostos e encargos financeiros (EBIT)	-20,8	-21,7	-4,3%	-21,0
Margem EBIT	-3,8%	-3,7%	-0,1 pp	-3,5%
Resultados financeiros	-26,4	-20,2	30,4%	-20,9
Resultados antes de impostos	-47,1	-41,9	-12,4%	-41,9
Impostos	0,4	10,4	-96,1%	10,5
Resultado líquido do exercício	-47,5	-52,3	-9,1%	-52,4
Atribuível ao Grupo	-49,6	-54,8	-9,5%	-54,9
Atribuível a interesses não controlados	2,1	2,5	-17,5%	2,5
Resultado por ação	-0,5019	-0,5484		-0,549

Nota: Os resultados apresentados correspondem a valores reportados auditados. Em 2011, o Grupo alterou a forma de consolidação dos seus empreendimentos conjuntamente controlados, passando a utilizar o método de equivalência patrimonial, tendo efetuado a reexpressão das demonstrações financeiras de 2010.

PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 2011, os Proveitos Operacionais registaram um decréscimo de 7 %, relativamente a 2010, para os 550,1 milhões de euros. O forte crescimento dos proveitos operacionais da Martifer Solar não foi suficiente para compensar a redução de proveitos na área de negócio de Construção Metálica.

Devido à retração acentuada da atividade no segmento eólico, à redução de atividade na Península Ibérica e na Europa de Leste e ao reescalamento temporal na execução de alguns projetos já em carteira, a área de negócios de Construção Metálica apresentou um decréscimo de 31 % nos proveitos, comparando com 2010. Gradualmente, a queda de atividade no mercado Ibérico vai ser compensada por outras geografias, tais como o Reino Unido, a França e o Brasil, que atravessa um bom período já que se aproximam eventos muito importantes, como o Mundial de Futebol e os Jogos Olímpicos.

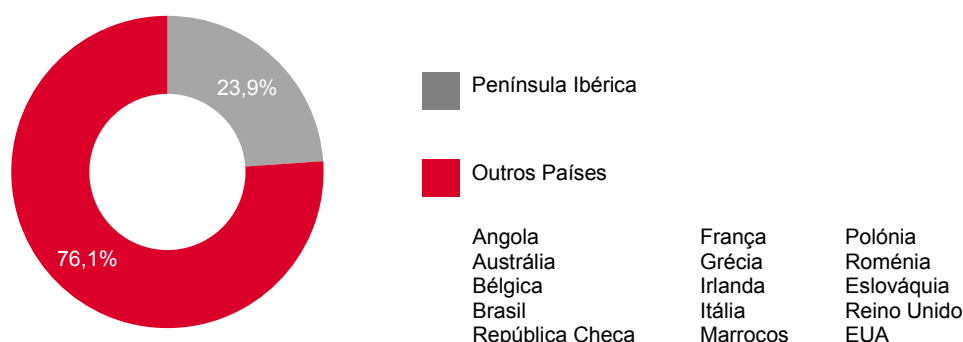
O negócio Solar encerrou o ano 2011 novamente com um forte crescimento nos proveitos, de aproximadamente 33% quando comparado com 2010, para os 293,2 milhões de euros. Este crescimento significativo é resultado da estratégia de internacionalização implementada durante 2010, através da qual a Martifer Solar diversificou a sua atividade para outras geografias de forma a tirar partido da atual tendência favorável do setor fotovoltaico. No final de 2011 a Martifer Solar estava presente em mais de 20 países, quando em 2010 contava apenas com o contributo de 12 países.

Proveitos Operacionais	FY 2011		FY 2010 Reexpresso		Var. %
	M€	Peso	M€	Peso	
Martifer Consolidado	550,1		591,6		-7,0%
Construção Metálica	240,2	43,7%	348,1	58,8%	-31,0%
Solar	293,2	53,3%	220,8	37,3%	32,8%
Outras	16,7	3,0%	22,7	3,8%	-26,6%

Nota: Outras inclui a área de RE Developer, Holding e Serviços de Suporte

Desta forma, o aumento da exposição internacional do Grupo em 2011 foi notório, reduzindo assim o risco de negócio inerente à Península Ibérica e, ao mesmo tempo, preparando-se para tirar partido das perspectivas de crescimento de outros mercados em desenvolvimento, nomeadamente em alguns mercados europeus maduros. O peso da Península Ibérica nos proveitos totais do Grupo é agora de apenas de 23,9%. O restante valor está disperso por mais de 20 países.

BREAKDOWN DE PROVEITOS OPERACIONAIS – IBÉRIA Vs. INTERNACIONAL



EBITDA E RESULTADO LÍQUIDO

Em 2011, o EBITDA consolidado registou 8,9 milhões de euros, com uma margem de 1,4 %, devido à fraca *performance* operacional na Construção Metálica, prejudicada pela redução de atividade em geral verificada no setor e pelo plano de reestruturação em curso, e às margens mais reduzidas nos projetos solares, bem como o esforço de internacionalização e custos de entrada associados nesta área de negócio

Em particular, esta fraca *performance* operacional na Construção Metálica deveu-se às margens negativas verificadas em 2011 na actividade desenvolvida na Europa de Leste e Austrália e ao impacto da integração do *cluster* eólico em Portugal, que apresentou um nível reduzido de atividade e consequente incapacidade para diluir os custos fixos.

No segmento Solar, a margem EBITDA é mais baixa do que a registada no ano anterior, maioritariamente devido ao ambiente competitivo mais forte e também ao esforço na internacionalização, com os custos de entrada respetivos.

EBITDA	ANO 2011		ANO 2010 Reexpresso		Var. %
	M€	Margem	M€	Margem	
Martifer Consolidado	8,9	1,6%	56,6	9,6%	-84,2%
Construção Metálica	-20,1	-8,4%	16,3	4,7%	s.s.
Solar	20,1	6,8%	22,2	10,0%	-9,4%
Outras	9,0	-	18,1	-	-50,3%

Nota: Outras inclui a área de RE Developer, Holding e Serviços de Suporte

As amortizações e depreciações caíram 20,2 % de 24,5 para 19,6 milhões de euros, o que é explicado principalmente pela venda de ativos fixos na área de RE Developer.

Os resultados antes de encargos financeiros e impostos (EBIT) atingiram os 20,8 milhões de euros negativos, o que compara com 21,7 milhões de euros negativos em 2010, e que reflecte, no ano 2011, o registo de uma provisão por perdas de imparidade para a participação de 50% na empresa Martifer – Hirschfeld Energy Systems nos Estados Unidos.

Os Encargos Financeiros Líquidos totalizaram 26,4 milhões de euros (+30,4% anualmente), incluindo as mais-valias líquidas de 4,9 milhões de euros resultantes, essencialmente, da venda das participações na Home Energy, REpower Portugal, Arestalfer e nos parques eólicos de Lekki Dukielkie e Bukowski na Polónia.

O resultado das diferenças cambiais foi negativo em 2011, atingindo perdas líquidas de 2,3 milhões de euros, maioritariamente devido à desvalorização do Zloty (Polónia) e do Kwanza (Angola) em relação ao Euro, o que compara exatamente com o mesmo valor reportado em 2010.

Os encargos líquidos com juros foram de 19,3 milhões de euros no período, acima do valor de 2010 de 16,6 milhões de euros.

A contribuição líquida da aplicação do método de equivalência patrimonial às subsidiárias Nutre (ex-Prio Foods) e Prio Energy (detidas a 49 %) foi de 1,6 milhões de euros negativos. As outras empresas que passaram também a ser consolidadas através deste método contribuíram com 1,1 milhões de euros negativos.

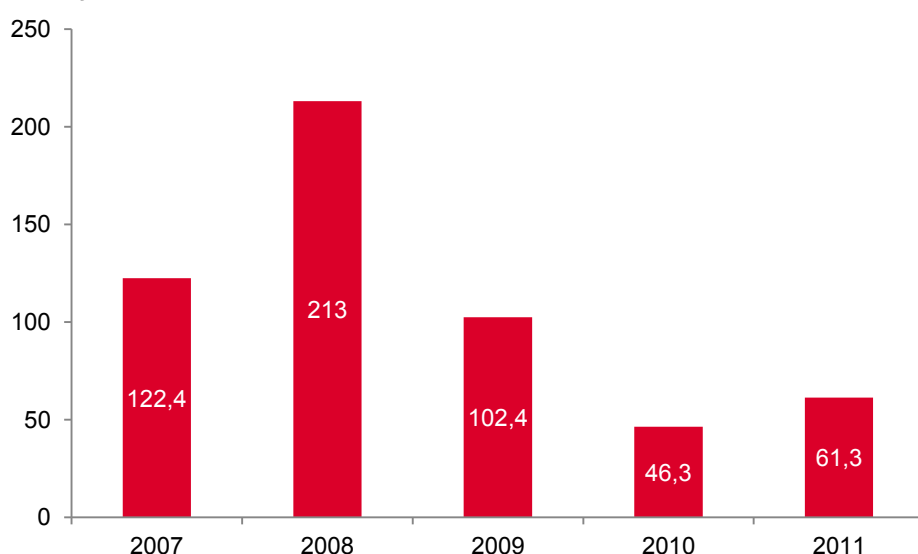
Finalmente, o Resultado Líquido atribuível aos acionistas em 2011 foi de 49,6 milhões de euros negativos.

INVESTIMENTO

O valor do investimento em ativos tangíveis e intangíveis no final de 2011 foi de 61,3 milhões de euros, maioritariamente aplicado a: (i) construção de parques eólicos da área *RE Developer* na Roménia (19,7 milhões de euros), que o Grupo espera alienar a médio prazo; (ii) desenvolvimento de projetos solares nos EUA e em França pela Martifer Solar (27,9 milhões de euros); e (iii) construção da nova unidade de construção metálica no Brasil e CAPEX de manutenção diverso (13,7 milhões de euros).

Do capital investido no ano 2011, apenas o valor da Construção Metálica resulta de uma decisão estratégica a longo prazo, de entrada num novo mercado: o Brasil. Os investimentos efetuados pelas áreas Solar e *RE Developer* são de curto prazo, necessários para completar os projetos de energias renováveis em desenvolvimento, ou já em construção, e que o Grupo espera alienar até 2013, seguindo o seu plano de redução da dívida.

INVESTIMENTO EM ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS EVOLUÇÃO (2007 – 2011) - €M



ANÁLISE DA ESTRUTURA DE CAPITAL

SITUAÇÃO FINANCEIRA

€M	ANO 2011	ANO 2010 Reexpresso	Variação	ANO 2010	Variação
Ativos Fixos (incluindo Goodwill)	363,1	372,5	-2,5%	416,8	-12,9%
Outros Ativos não correntes	181,4	168,2	7,8%	136,7	32,7%
Inventários e Devedores Correntes	415,5	480,3	-13,5%	495,8	-16,2%
Disponibilidades e equivalentes	77,9	74,7	4,2%	76,7	1,6%
Ativo Total	1.037,8	1.095,7	-5,3%	1.126,1	-7,8%
Capital Próprio	251,5	308,5	-18,5%	309,3	-18,7%
Interesses minoritários	31,8	31,9	-0,3%	31,0	2,6%
Total do Capital Próprio	283,3	340,4	-16,8%	340,2	-16,7%
Dívida e leasings não correntes	233,3	179,2	30,2%	198,8	17,4%
Outros passivos não correntes	38,9	36,4	7,0%	38,4	1,3%
Dívida e leasings correntes	174,4	216,4	-19,4%	221,2	-21,2%
Outros passivos correntes	307,8	323,3	-4,8%	327,3	-6,0%
Passivo Total	754,5	755,3	-0,1%	785,8	-4,0%

O total de ativos a 31 de dezembro de 2011 atingia os 1 037,8 milhões de euros, enquanto os ativos não correntes totalizavam 544,1 milhões de euros, comparados com 1 095,7 e 540,7 milhões de euros, respetivamente, no final de 2010.

O Capital Próprio decresceu 57,0 milhões de euros, para os 283,3 milhões de euros. A variação negativa deve-se, essencialmente, ao resultado líquido apresentado em 2011.

No entanto, a Martifer continua a apresentar uma estrutura de capital robusta, com um rácio de autonomia financeira estável nos 27 %.

DÍVIDA LÍQUIDA

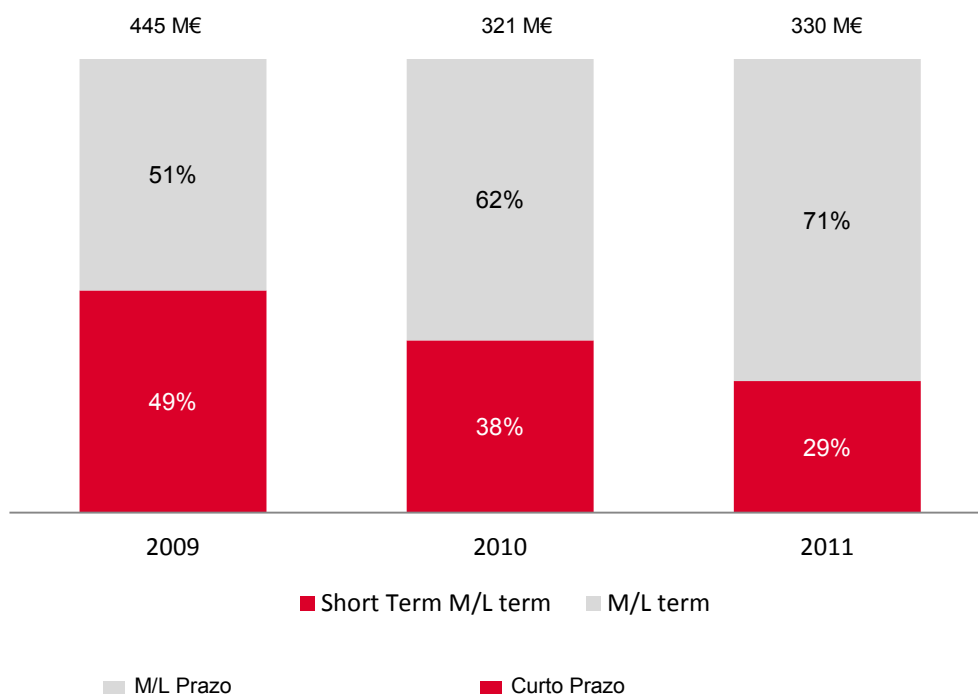
M€	Construção Metálica	Solar	RE Developer	Holding	Martifer Consolidado
Dívida Financeira alocada a áreas operacionais	79	46	13	151	288
Dívida Financeira alocada a áreas não operacionais	28				28
Dívida Líquida sem Recurso			14		14
Total Dívida Líquida	107	46	27	151	330
Dívida da Holding alocada às áreas de negócio	46		84	-130	

Nota: Dívida Líquida = Empréstimos + Leasing Financeiro (+/-) Derivados – Disponibilidades e Equivalentes

A Dívida Líquida consolidada do Grupo a 31 de dezembro de 2011 totalizava 330,3 milhões de Euros, uma redução de 71 milhões de euros comparativamente à dívida líquida de 401,3 milhões de euros registada no primeiro semestre de 2011 (esta redução deveu-se à alienação dos parques eólicos na Polónia), e manteve-se praticamente estável quando comparada com o final do ano de 2010, quando registou 321,3 milhões de euros.

É objetivo do grupo Martifer a obtenção de um nível de endividamento entre 230 a 250 milhões de euros até ao final de 2013. Considerando o nível de endividamento atual (330 M€), é objetivo do Grupo prosseguir uma redução adicional de 80 a 100 milhões de euros nos próximos dois anos (2012 e 2013) através da venda de ativos não *core*, especialmente parques eólicos, projetos solares e, residualmente, pela venda de projetos imobiliários.

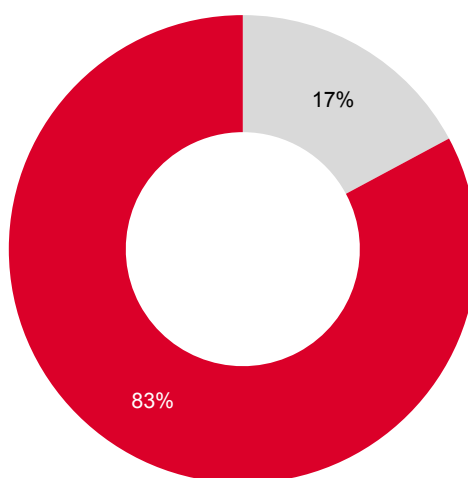
ESTRUTURA DA DÍVIDA – FY2009 e FY2010 vs FY2011



No final do ano 2011 a estrutura da dívida de MLP e de Curto Prazo era de 71% e 29%, respectivamente, o que compara com uma estrutura de 62% MLP e 38% a Curto Prazo, no final do ano 2010. No que diz respeito ao tipo de taxa inerente à dívida do Grupo, no final de 2011 situava-se nos 17% taxa fixa e 83% taxa variável.

ESTRUTURA DA DÍVIDA – TAXA FIXA VS VARIÁVEL - 2011

■ Fixa – M/L Prazo ■ Variável - M/L Prazo



04

**ANÁLISE POR
SEGMENTO**

04 | ANÁLISE POR SEGMENTO

CONSTRUÇÃO METÁLICA

ANÁLISE SETORIAL

O setor da construção metálica piorou trimestre a trimestre em 2011; na sua maioria, os pares internacionais apontaram para uma deterioração das margens em encomendas, resultado do crescente ambiente competitivo, como o maior fator de risco

A intensificação da crise de dívida soberana durante 2011 levou grande parte dos países europeus a rever as suas estimativas de PIB e, devido ao reforço intenso das políticas orçamentais e quebra de confiança, alguns projetos foram adiados ou mesmo congelados.

A Engenharia Civil e edifícios não residenciais estão particularmente vulneráveis aos planos de austeridade levados a cabo pelos países mais expostos à crise de dívida. A Euroconstruct apontou para uma quebra de 0,6 % na totalidade do *output* de construção na Europa.

Apenas os mercados emergentes têm impulsionado o crescimento económico e assiste-se a uma procura significativa de estruturas metálicas, principalmente na Ásia e na América do Sul.

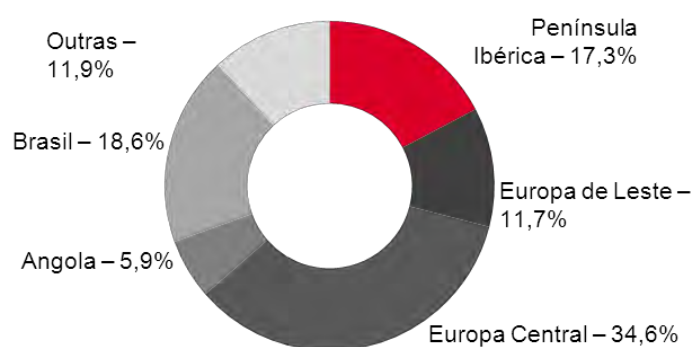
Os preços do aço aumentaram durante o ano de 2011, o índice de preços *European Steel* aumentou 16.8 % YoY. O preço das vigas de banzos largos e chapas de aço laminado a quente aumentaram 6,6 % YoY. A quebra dos preços torna o aço mais competitivo relativamente a outros materiais de construção.

ATIVIDADE

A atual carteira de encomendas totaliza 290 milhões de euros, distribuída por 12 países. Dos atuais projetos em carteira, será de destacar os três estádios no Brasil, que ascendem 109,6 milhões de reais. Ainda de salientar que o peso de 18,6 % das obras no Brasil já é superior à carteira de encomendas existente na Ibéria, que representa 17,3 % dos trabalhos a executar.

PROJETO	LOCALIZAÇÃO	VALOR TOTAL	ANO DE INÍCIO	ANO DE CONCLUSÃO
Artenius PTA plant	Sines, Portugal	Euro 27,5 M	2008	2012
Galp Petrogal (conversion of refinery)	Sines, Portugal	Euro 29,5 M	2009	2012
Ulla Bridge	Corunna, Espanha	Euro 20,8 M	2009	2014
Amiens Hospital	Amiens, França	Euro 7,4 M	2010	2012
Office Building – ZAC Victor Hugo	Paris, França	Euro 3,1 M	2010	2012
CHU D'Orleans	Paris, França	Euro 9,6 M	2010	2013
Lille Stadium (locksmiths)	Lille, França	Euro 6,4 M	2011	2012
Carfi	Siedlce, Polónia	PLN 11,7 M	2010	2012
Canberra Airport Terminal	Canberra, Austrália	AUD 10,6 M	2009	2012
18 Bridges in the new A1Highway	Torun, Polónia	PLN 66,5M	2010	2012
Cement Plan	Ghent, Bélgica	Euro 4,4m	2010	2012
Alstom – Mannheim 9	Mannheim, Germany	Euro 20,9 M	2010	2012
Office Building in Luanda	Luanda, Angola	Euro 13,3 M	2010	2012
“Financial City”	Luanda, Angola	Euro 13,6 M	2010	2012
Edinburgh International Conference Centre	Edinburgh, Escócia	GBP 7,0 M	2010	2012
Scotland's National Arena	Glasgow, Escócia	GBP 12,9 M	2011	2012
Birmingham New Street	Birmingham, Inglaterra	GBP 8,2 M	2011	2012
Nissan Battery Plant	Cacia, Portugal	Euro 5,4 M	2011	2012
BBVA Headquarters	Madrid, Espanha	Euro 11,8 M	2011	2012
King Abdullah Financial District	Riad, Arábia Saudita	Euro 20,8 M	2011	2012
Deva Bridge	Deva, Roménia	RON 28,1 M	2011	2012
Vale Verde Shopping	São Paulo, Brasil	BRL 13,0 M	2011	2012
Fonte Nova Stadium	Salvador, Brasil	BRL 37,5	2011	2012
Castelão Stadium	Fortaleza, Brasil	BRL 39,5	2011	2012
Grémio de Porto Alegre, Stadium	Porto Alegre, Brasil	BRL 32,6	2011	2012

CARTEIRA DE ENCOMENDAS 2011



RESULTADOS

Os Proveitos Operacionais da área de Construção Metálica atingiram os 240,2 milhões de euros em 2011. Numa base comparável, assistiu-se a um decréscimo justificado pela redução da atividade e um clima setorial desfavorável, especialmente na Península Ibérica e na Europa de Leste, compensado parcialmente pelas novas geografias estratégicas.

O Grupo tomou a decisão de aumentar a sua posição fora da Península Ibérica, fortalecendo a presença em mercados maduros com um maior consumo de construção em aço e alumínio, como o Reino Unido e a França. Ao mesmo tempo, a empresa está a aumentar a sua presença em países emergentes como o Brasil, onde iniciou a sua atividade em 2011, com uma unidade industrial construída desde dezembro em Pindamonhangaba, região de São Paulo. Esta unidade tem uma capacidade de produção anual de 12 000 toneladas de estrutura metálica.

O EBITDA em 2011 atingiu os 20,1 milhões de euros negativos, o que corresponde a uma margem de -8,4 %. Para além dos fatores macro já referidos, a *performance* negativa na área de construção metálica deveu-se a vários fatores: i) margens negativas na Europa de Leste e Austrália; ii) integração do *cluster* industrial eólico como um segmento dentro da construção metálica e iii) reescalonamento inesperado de alguns projetos, já em carteira, causando uma redução no nível de atividade e produtividade, com natural impossibilidade de diluição de custos fixos.

Como consequência das tendências do setor mencionadas anteriormente e, em particular, redução da atividade no setor eólico, a área de construção metálica está a implementar um programa de reestruturação denominado *New Step* que foi anunciado na apresentação de resultados anuais de 2010, com o objetivo de melhorar a eficiência operacional, aumentar a produtividade e reduzir o capital investido. Este plano terá impacto positivo na rentabilidade dos projetos a partir de 2012.

Os Encargos Financeiros Líquidos ascenderam a 12,8 milhões de euros, o que compara com 11,0 milhões de euros em 2010, justificados pelo aumento de custos financeiros associados ao aumento de suprimentos verificado devido ao resultado negativo registado nesta área de negócio.

O Resultado Líquido totalizou -43,0 milhões de euros, dos quais 0,6 milhões de euros são atribuíveis a interesses não controlados da Martifer Angola.

A Dívida Financeira Líquida da área de Construção Metálica a 31 de dezembro de 2011 atingiu 107 milhões de euros, menos 18 milhões de euros que no final do ano de 2010 (numa base comparável). Acresce a este valor 46,0 milhões de euros de dívida da *Holding*. Da dívida líquida total, 28 milhões de euros estão alocados a projetos na área de *Retail*, considerada como uma área não *core*.

O CAPEX total no período atingiu os 13,7 milhões de euros, mostrando um ligeiro aumento quando comparado com o mesmo período em 2010, unicamente explicado pela construção das novas instalações fabris em São Paulo, Brasil.

Construção Metálica	2011	2010	Var. %
M€		Reexpresso	
Proveitos operacionais	240,2	348,1	-31,0%
EBITDA	-20,1	16,3	s.s.
Margem EBITDA	-8,4%	4,7%	s.s.
EBIT	-35,8	0,6	s.s.
Margem EBIT	-14,9%	0,2%	s.s.
Encargos financeiros líquidos	12,8	11,0	16,2%
Impostos	-5,6	2,4	s.s.
Resultado líquido do exercício	-43,0	-12,7	>100%
Atribuível a interesses não controlados	0,6	1,1	s.s.
Atribuível ao Grupo	-43,6	-13,8	>100%

SOLAR

ANÁLISE SETORIAL

2011 foi outro ano de *boom* na área de instalações FV. De acordo com a EPIA (European Photovoltaic Industry Association), o volume de novas ligações à rede em todo o mundo aumentou de 16,6 GW em 2010 para 27,7 GW em 2011, i.e., +67 % anualmente. Aproximadamente 21 GW (75 %) do crescimento evidenciado deu-se na Europa.

Em 2011, os três maiores mercados foram a Itália, a Alemanha e a China; A Alemanha instalou, só em dezembro, 3 GW de um total de 7,5 GW instalados, durante todo o ano. Seguem-se os EUA, a França e o Japão, cada um com mais de 1 GW de nova capacidade.

A queda (em média) de 48 % no preço dos módulos teve um grande efeito impulsionador na procura.

Segundo o NEF (New Energy Finance), em 2012 deveremos assistir a um forte crescimento em novos mercados e quebras nos mais antigos. Em geral deverá ser um mau ano para os fabricantes, mas um excelente ano para *developers* de projetos, empresas de engenharia, financiadores e empresas de serviços. Tudo indica que o 1.º Semestre de 2012 deverá ser melhor que o 1.º Semestre de 2011, devido à grande redução das tarifas de *feed-in* na Alemanha, em Itália e no Reino Unido. O 2.º semestre estará mais estagnado.

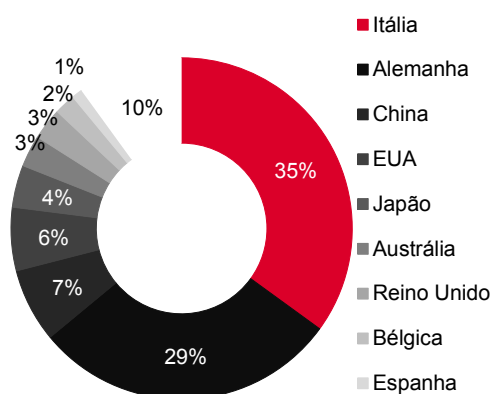
Os EUA, China e Japão serão os principais mercados *drivers* para a procura em 2012.

Será possível testemunhar também o aumento da procura em mercados do Médio Oriente, África, América do Sul e Sudeste Asiático/Índia.

Nos próximos anos, as quedas pronunciadas na Europa deverão ser mitigadas pelo crescimento mais forte noutros mercados.

Ou seja, a crise nuclear no Japão do ano passado contribuiu para o reaparecimento do debate sobre o futuro *mix* energético no mundo e a segurança no fornecimento de energia e com a evolução dos custos de sistemas fotovoltaicos, esta é cada vez mais uma alternativa às fontes de energia convencionais.

QUOTA DE MERCADO DOS 10 MAIORES MERCADOS DO MUNDO

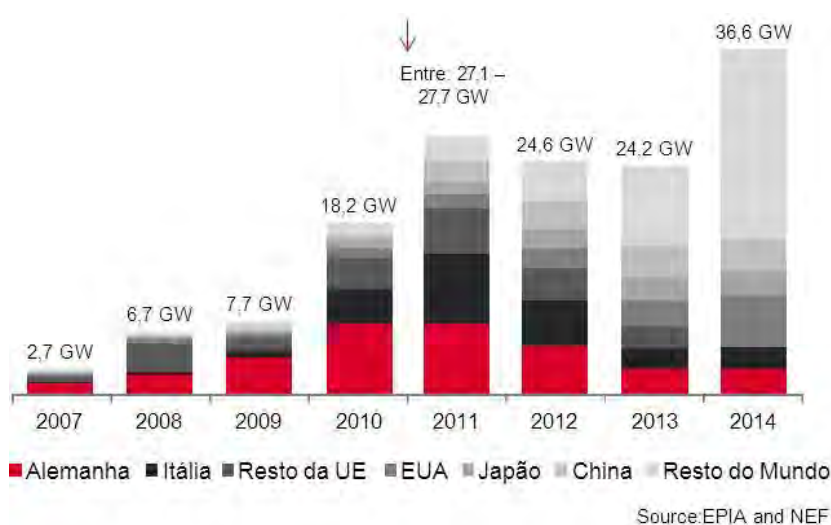


Fonte: EPIA e NEF

	2010		2011	
	UE	Mundo	UE	Mundo
Novos FV instalados (GW)	13,3	16,6	20,9	27,7
Quota da UE	80%		75%	
Capacidade instalada acumulada (GW)	29,4	39,7	50,3	67,4
% de procura de eletricidade	1,15%	0,25%	2%	0,5%

Fonte: EPIA e NEF

TENDÊNCIA – INSTALAÇÕES SOLAR FV



ATIVIDADE

A carteira de contratos chave na mão (assinados) é de 192 M€, com Portugal, EUA, França e Bélgica com a contribuição mais significativa.

RESULTADOS

Os Proveitos Operacionais da área Solar cresceram 32,8 % em 2011, totalizando 293,2 milhões de euros, como consequência da forte estratégia de crescimento implementada, baseada no aumento do grau de internacionalização.

As geografias com uma maior contribuição em termos de proveitos operacionais foram França, Itália, EUA, Portugal e Bélgica. Em Portugal, o peso do negócio da distribuição aumentou significativamente, representando, já em 2011, aproximadamente 46,0 milhões de euros.

Relembrando que o posicionamento estratégico da empresa passa pela focalização em mercados maduros com um enquadramento regulatório favorável e em países emergentes com bom potencial solar para a execução de soluções *on* e *off-grid*, é importante referir, no entanto, que as margens no segmento solar foram reduzidas ao longo da cadeia de valor, com cortes significativos nos apoios governamentais e um aumento da concorrência.

A área de negócio Solar apresentou um EBITDA de 20,1 milhões de euros, com a margem EBITDA a atingir 6,8 % o que apresenta um decréscimo de 3,2 pontos percentuais relativamente a 2010 que se deve a três impactos principais: i) pressão

concorrencial; ii) custos associados ao esforço de crescente internacionalização; e iii) aumento do peso do segmento de distribuição, tradicionalmente com margem operacional mais reduzida.

Os Encargos Financeiros Líquidos registaram 3,1 milhões de euros, mantendo-se estáveis relativamente a 2011, e são justificados principalmente pela estrutura de capital robusta da Martifer Solar e pelo controlo rigoroso do fundo de maneo.

O Resultado Líquido totalizou 9,5 milhões de euros, que compara com 10,4 milhões de euros no mesmo período do ano anterior.

O CAPEX durante o ano 2011 totalizou 27,9 milhões de euros, aplicado no desenvolvimento de projetos, maioritariamente nos EUA, os quais é expectável a sua alienação até 2013.

A Dívida Financeira Líquida a 31 de dezembro de 2011 ascendeu a 46,0 milhões de euros, um aumento de 16,3 milhões de euros face ao final do ano de 2010. Esta variação é explicada pelo CAPEX e investimentos financeiros realizados.

Solar €M	2011	2010 Reexpresso	Var. %
Proveitos operacionais	293,2	220,8	32,8%
EBITDA	20,1	22,2	-9,4%
Margem EBITDA	6,8%	10,0%	-3,2 pp
EBIT	18,1	18,1	-0,2%
Margem EBIT	6,2%	8,2%	-2,0 pp
Encargos financeiros líquidos	3,1	3,2	-0,3%
Impostos	5,4	4,5	19,8%
Resultado líquido do exercício	9,5	10,4	-8,9%
Atribuível a interesses não controlados	1,7	2,6	s.s.
Atribuível ao Grupo	7,8	7,8	33,3%

OUTRAS ÁREAS

RESULTADOS

Os resultados das restantes áreas – “Outras” – incluem a atividade da *RE Developer* e as operações da *Holding* e dos Serviços de Suporte do Grupo.

Do total de Proveitos Operacionais, a área de *RE Developer* contribuiu com 14,5 milhões de euros.

O EBITDA da *RE Developer* ascendeu a 7,0 milhões de euros em 2011, o que representa uma margem EBITDA de 48,0 %.

O Resultado Líquido no final de 2011 foi de 13,3 milhões de euros negativos, influenciados principalmente pelos encargos financeiros líquidos, que ascenderam a 10,9 milhões de euros.

O investimento total atingiu os 19,7 milhões de euros, maioritariamente aplicado na *RE Developer* na construção de um parque eólico na Roménia (Babadag), que está planeado alienar durante o ano de 2012.

A Dívida Financeira Líquida da área de *RE Developer* ascendeu a 27 milhões de euros, o que evidência uma redução de 3 milhões de euros *versus* a dívida reportada no final do ano de 2010. A esta dívida deverão também ser adicionados 83,8 milhões de euros de suprimentos ao nível da *Holding* e afetos à área de negócio, um valor inferior ao valor reportado no final do ano de 2010. Esta redução só foi possível devido à venda dos parques eólicos na Polónia.

RE Developer €M	2011	2010 Reexpresso	Var. %
Proveitos operacionais	14,5	21,4	-32,4%
EBITDA	7,0	15,8	-56,0%
Margem EBITDA	48,0%	73,8%	-25,8 pp
EBIT	-3,1	-39,8	-92,2%
Margem EBIT	-21,4%	-	-
Encargos financeiros líquidos	10,9	17,8	-39%
Impostos	-0,7	2,6	>-100%
Resultado líquido do exercício	-13,3	-60,2	-78,0%
Atribuível a interesses não controlados	-0,2	-1,2	-81,1%
Atribuível ao Grupo	-13,0	-59,1	-77,9%

05

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS**

05 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

O resultado líquido da Martifer, SGPS, SA, empresa holding do Grupo, foi negativo em 21.227.710 euros, face a um resultado líquido negativo de 70.836.538 euros no ano anterior.

Para o resultado líquido negativo de 2011, contribuiu, essencialmente, o registo de perdas de imparidade na participação detida na Martifer Renewables, SGPS, SA, no valor de 18 milhões de euros. O reforço da perda de imparidade neste activo financeiro deve-se essencialmente ao resultado líquido negativo registado por aquela participada decorrente dos fortes encargos financeiros suportados, de perdas de imparidade em algumas filiais e ao registo provisões para riscos e encargos.

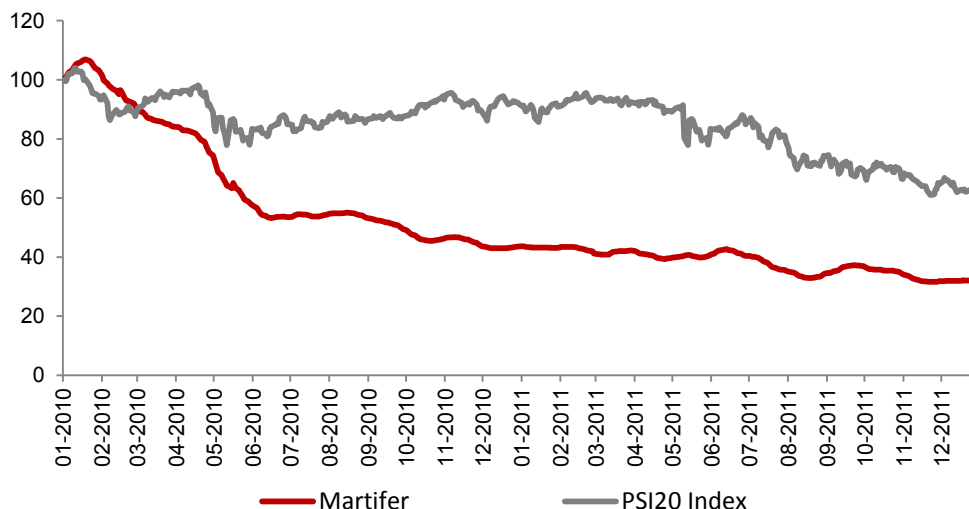
Adicionalmente foram registadas perdas de imparidade no valor de 2 milhões de euros para a participação e empréstimos concedidos à participada Eviva Hidro, s.r.l. por existirem incertezas acerca da recuperabilidade daquele montante, de 1,6 milhões de euros para a participação na Martifer Inovação e Gestão, bem como uma perda de 0,8 milhões de euros para o saldo a receber da empresa Martifer Renewables Electricity LLC, vendida no primeiro trimestre de 2011.

Os resultados financeiros, incluindo os ganhos e perdas em activos financeiros, ascenderam a 1,6 milhões de euros em 2011, face a 6 milhões de euros negativos em 2010. A perda registada em 2010, refere-se à alienação de 11% das participações detidas na Prio Energy, SGPS, SA e Nutre, SGPS, SA (anteriormente denominada Prio Foods, SGPS, SA) no primeiro trimestre desse ano.

06

**COMPORTAMENTO
DA AÇÃO
MARTIFER**

06 | COMPORTAMENTO DA AÇÃO MARTIFER



Fonte: Reuters

As ações da Martifer registaram no final de 2011 uma desvalorização de 26,3%, totalmente em linha com a desvalorização evidenciada do Índice PSI-20 (-27,6%), o principal índice da Euronext Lisbon.

A cotação das ações da Martifer terminou o ano 2011 com o preço de 1,085 € por ação; a cotação mais alta atingida foi de 1,469 € por ação, enquanto a mínima foi de 0,95 € por ação. O volume médio de ações transacionadas durante o período foi 34 838 ações.

A escalada de notícias negativas ao longo do ano 2011, com o agravamento da crise de dívida soberana, as preocupações redobradas relativamente à situação na Grécia e a possibilidade de contágio a outros países da União Europeia, colocou em dúvida a sustentabilidade da zona Euro, conduzindo a uma fraca *performance* dos mercados financeiros na Europa e na generalidade dos mercados emergentes – Dax (-14,1 %); IBEX (- 13,1 %); CAC (-17,0 %); FTSE (-5,6 %); Euro Stoxx 50 (-17.1 %); MSCI - mercados emergentes (-20.4 %) e Bovesta (-18.1 %).

Durante o período em análise, o destaque positivo foi para os índices Dow Jones Industrial (+ 5,5 %) e o índice Nasdaq (+ 2,7 %).

A ação da Martifer foi penalizada por esta conjuntura e, no final do período em análise, a capitalização bolsista da Martifer situou-se nos 108 milhões de euros.

AQUISIÇÃO DE AÇÕES PRÓPRIAS

Nos termos e para o efeito do disposto no Regulamento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários nº 5/2008, designadamente os números 1 e 2 do Artigo 11º, a Martifer SGPS, SA adquiriu em bolsa as seguintes ações próprias:

Data	Mercado / Transação	Número de Ações	Preço (€)	Ações detidas
03-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	5.350	1,46	560.241
06-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	250	1,46	560.491
07-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	10.000	1,37	570.491
10-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	5.000	1,38	575.491
11-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	9.500	1,45	584.991
12-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	8.250	1,47	593.241
13-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	2.934	1,5	596.175
14-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	12.000	1,47	608.175
17-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	2.300	1,46	610.475
18-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	7.053	1,46	617.528
19-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	14.000	1,47	631.528
20-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	900	1,48	632.428
21-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	17.300	1,49	649.728
24-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	2.000	1,48	651.728
25-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	8.516	1,47	660.244
26-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	15.100	1,46	675.344
27-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	2.000	1,46	677.344
28-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	350	1,46	677.694
31-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	1.900	1,46	679.594
01-Fev-11	Euronext Lisbon – Compra	6.400	1,47	685.994
02-Fev-11	Euronext Lisbon – Compra	6.457	1,46	692.451
03-Fev-11	Euronext Lisbon – Compra	1.350	1,46	693.801
04-Fev-11	Euronext Lisbon – Compra	8.507	1,47	702.308
07-Fev-11	Euronext Lisbon – Compra	2.615	1,47	704.923
08-Fev-11	Euronext Lisbon – Compra	4.000	1,46	708.923
09-Fev-11	Euronext Lisbon – Compra	8.398	1,47	717.321
10-Fev-11	Euronext Lisbon – Compra	6.450	1,46	723.771
11-Fev-11	Euronext Lisbon – Compra	4.500	1,45	728.271
25-Fev-11	Euronext Lisbon – Compra	18.999	1,36	747.270
28-Fev-11	Euronext Lisbon – Compra	20.184	1,40	767.454
01-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	7.932	1,40	775.386
02-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	5.200	1,40	780.586
03-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	4.424	1,40	785.010
04-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	3.000	1,40	788.010
07-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	2.700	1,39	790.710
08-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	300	1,38	791.010
09-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	4.000	1,40	795.010
10-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	950	1,39	795.960
11-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	2.744	1,38	798.704
14-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	2.928	1,39	801.632
15-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	99.400	1,50	901.032
16-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	21.000	1,50	922.032
17-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	27.739	1,49	949.771
18-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	10.400	1,48	960.171
21-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	27.000	1,45	987.171
22-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	8.600	1,40	995.771
23-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	6.970	1,39	1.002.741
24-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	1.000	1,36	1.003.741
25-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	1.178	1,40	1.004.919
28-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	12.200	1,42	1.017.119
29-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	2.150	1,40	1.019.269
30-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	1.500	1,39	1.020.769
31-Mar-11	Euronext Lisbon – Compra	684	1,41	1.021.453

Data	Mercado / Transação	Número de Ações	Preço (€)	Ações detidas
01-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	1.355	1,40	1.022.808
04-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	1.160	1,39	1.023.968
05-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	2.000	1,38	1.025.968
06-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	1.850	1,34	1.027.818
07-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	2.480	1,39	1.030.298
08-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	700	1,37	1.030.998
11-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	841	1,35	1.031.839
12-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	100	1,35	1.031.939
13-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	300	1,37	1.032.239
14-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	900	1,35	1.033.139
15-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	890	1,33	1.034.029
20-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	1.763	1,30	1.035.792
21-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	3.500	1,28	1.039.292
26-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	3.200	1,24	1.042.492
27-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	1.750	1,26	1.044.242
29-Abr-11	Euronext Lisbon – Compra	2.000	1,42	1.046.242
02-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	3.600	1,38	1.049.842
03-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	1.750	1,39	1.051.592
04-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	6.100	1,38	1.057.692
05-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	800	1,37	1.058.492
06-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	2.000	1,38	1.060.492
20-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	4.300	1,32	1.064.792
23-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	13.210	1,32	1.078.002
24-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	11.200	1,33	1.089.202
25-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	10.930	1,34	1.100.132
26-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	15.836	1,34	1.115.968
27-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	19.796	1,38	1.135.764
30-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	15.881	1,41	1.151.645
31-Mai-11	Euronext Lisbon – Compra	39.113	1,41	1.190.758
01-Jun-11	Euronext Lisbon – Compra	23.600	1,43	1.214.358
02-Jun-11	Euronext Lisbon – Compra	14.090	1,40	1.228.448
03-Jun-11	Euronext Lisbon – Compra	12.742	1,43	1.241.190
06-Jun-11	Euronext Lisbon – Compra	20.500	1,45	1.261.690
07-Jun-11	Euronext Lisbon – Compra	28.614	1,50	1.290.304
08-Jun-11	Euronext Lisbon – Compra	36.000	1,45	1.326.304
09-Jun-11	Euronext Lisbon – Compra	4.476	1,45	1.330.780
09-Ago-11	Euronext Lisbon – Compra	292	1,08	1.331.072
16-Ago-11	Euronext Lisbon – Compra	142	1,04	1.331.214
17-Ago-11	Euronext Lisbon – Compra	10.000	1,10	1.341.214
10-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	2118	1,20	1.343.332
11-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	5.612	1,18	1.348.944
12-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	4.151	1,22	1.353.095
13-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	3.249	1,20	1.356.344
14-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	2.000	1,20	1.358.344
17-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	100	1,19	1.358.444
18-Out-11	Euronext Lisbon – compra	1.156	1,19	1.359.600
19-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	4.491	1,18	1.364.091
20-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	6.652	1,16	1.370.743
21-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	1.752	1,16	1.372.495
21-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	348	1,16	1.372.843
24-Out-11	Euronext Lisbon – compra	2.642	1,18	1.375.485
25-Out-11	Euronext Lisbon – compra	7.241	1,17	1.382.726
26-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	2.700	1,16	1.385.426
27-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	2.398	1,16	1.387.824
28-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	5.000	1,15	1.392.824
31-Out-11	Euronext Lisbon – Compra	3000	1,13	1.395.824
02-Nov-11	Euronext Lisbon – Compra	1.290	1,09	1.397.114
03-Nov-11	Euronext Lisbon – Compra	6.063	1,08	1.403.177

//////////////////////////////////////

Data	Mercado / Transação	Número de Ações	Preço (€)	Ações detidas
04-Nov-11	Euronext Lisbon – Compra	1.723	1,08	1.404.900
18-Nov-11	Euronext Lisbon – Compra	17.000	1,03	1.421.900
21-Nov-11	Euronext Lisbon – Compra	30.001	1,05	1.451.901
22-Nov-11	Euronext Lisbon – Compra	100	1,03	1.452.001
22-Nov-11	Euronext Lisbon – Compra	22.000	1,06	1.474.001
23-Nov-11	Euronext Lisbon – Compra	8.500	1,05	1.482.501
24-Nov-11	Euronext Lisbon – Compra	8.350	1,05	1.490.851
25-Nov-11	Euronext Lisbon – Compra	17.198	1,03	1.508.049
28-Nov-11	Euronext Lisbon – Purchase	10.100	1,05	1.518.149
29-Nov-11	Euronext Lisbon – Compra	39.000	1,05	1.557.149
30-Nov-11	Euronext Lisbon – Compra	15200	1,07	1.572.349
01-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	13.460	1,08	1.585.809
02-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	7.425	1,08	1.593.234
02-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	2.175	1,10	1.595.409
05-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	550	1,08	1.595.959
06-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	9.440	1,07	1.605.399
07-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	2.220	1,07	1.607.619
09-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	50	1,07	1.607.669
12-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	28.124	1,07	1.635.793
13-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	13.534	1,07	1.649.327
13-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	500	1,07	1.649.827
14-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	8.750	1,06	1.658.577
14-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	2.000	1,07	1.660.577
15-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	18.250	1,06	1.678.827
16-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	20.551	1,07	1.699.378
19-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	9.200	1,07	1.708.578
20-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	11.679	1,07	1.720.257
21-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	6.027	1,06	1.726.284
23-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	1.121	1,08	1.727.405
27-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	460	1,08	1.727.865
29-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	7.110	1,08	1.734.975
30-Dez-11	Euronext Lisbon – Compra	12.676	1,08	1.747.651

Após estas transações a Martifer passou a deter 1.747 651 ações próprias, representativas de 1,75% do seu capital social.

07

**PERSPETIVAS
FUTURAS**

07 | PERSPETIVAS FUTURAS

O ano de 2011 foi marcado pela fraca *performance* operacional na área da Construção Metálica que se deveu a:

- Recessão na Península Ibérica
- Efeitos extraordinários na Austrália
- Resultados negativos na Europa de Leste
- Impacto da integração do *cluster* eólico nas construções metálicas
- Perdas de imparidade contabilizadas com a venda da parceria nos EUA (Martifer – Hirschfeld Energy Systems)

De forma a colmatar esta situação, durante o ano 2011, levou-se a cabo um plano rigoroso com medidas de reorganização interna nas construções metálicas e a implementação do Programa New Step:

- Carlos Martins assumiu controlo operacional como CEO da área de negócio
- Focalização em projetos complexos com uma elevada componente de engenharia e margens mais elevadas
- Expansão equilibrada: sucesso na entrada no Brasil, no Reino Unido e em França
- Aumento na eficiência operacional com a redução dos *cash costs*
- Forte política de formação com a criação de uma escola de engenharia

Sendo assim, será provável testemunhar melhorias na *performance* operacional ao longo de 2012.

Na área Solar, é expectável a continuidade da *performance* conseguida em 2010, fruto do portfolio de projetos já angariados pela Martifer Solar para 2012 e estratégia implementada, com permanente flexibilidade operacional e fraca dependência em termos de concentração geográfica dos seus projectos.

Ao nível do Grupo, e apesar do aumento dos riscos externos e da atual conjuntura económica, optamos por manter o plano estratégico apresentado em fevereiro de 2010, uma vez que este continua em plena execução até final do ano 2013, e continua a ser possível a concretização da maioria dos objetivos aí definidos.

Ao nível da dívida financeira líquida, mantemos o objetivo definido no plano estratégico de alcançar um nível de endividamento entre 230 a 250 milhões de euros até ao final de 2013. A Martifer tem aproximadamente 187 milhões de euros em ativos não *core*, 85 % dos quais ativos de Energias Renováveis. Para atingir o nível de endividamento *target*, decidimos a alienação de aproximadamente 60 % do valor total dos ativos mencionados, valor que entendemos ser de exequibilidade possível durante os próximos dois anos (2012 e 2013), apesar do ambiente recessivo em que vivemos. Em 2012, os objetivos principais nesta matéria são a venda do parque Babadag na Roménia (42 MW), e a continuação do processo de alienação das licenças solares em Portugal.

Por último, apresentamos um mapa com o follow up do plano estratégico apresentado, onde é possível verificar a obtenção de alguns dos objectivos então definidos.

FOLLOW UP DO PLANO ESTRATÉGICO 2011-2013

PLANO 2011 – 2013	COMENTÁRIOS	FY10	FY11
FOCALIZAÇÃO EM DUAS ÁREAS DE NEGÓCIO	- Construção Metálica → - Solar	Peso 85%	Peso 97%
FORTALECER A PRESENÇA INTERNACIONAL DA MMC EM MERCADOS COM FORTE CRESCIMENTO	- Redução da dependência da Península Ibérica → - Focalização em três geografias core (Europa, Angola e Brasil)	Peso 53%	Peso 24%
GERAR CASH FLOW ATRAVÉS DA VENDA DE ATIVOS E DA OTIMIZAÇÃO DE CASH COSTS E FUNDO DE MANEIO	- Venda de ativos não core: 100-120 M€ → - Otimização de cash costs: 20-25 M€ - Redução dos níveis de fundo de maneio: 25-30 M€ →		On the way 44 M€
FORTE REDUÇÃO DOS NÍVEIS DE DÍVIDA DO GRUPO	- Redução do rácio Net Debt/EBITDA: 5,8x (2010) vs <4,0x (2013) → - Redução da Dívida Líquida = 90-110 M€		Até 2013
AUMENTO DO RETORNO PARA OS ACIONISTAS	- Aumento do RoE: -15 % (2010); vs >10 % (2013) →		Até 2013

08

**PRINCIPAIS
RISCOS**

08 | PRINCIPAIS RISCOS

A incerteza, característica dominante dos mercados, comporta em si uma variedade de riscos aos quais as actividades do Grupo Martifer se encontram expostas, designadamente, risco de preço, risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

RISCO DE PREÇO

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo. Alterações do preço do aço e do alumínio afectam a actividade operacional da área de negócio de construção metálica. A Martifer tem procurado mitigar este risco através de contratos com clientes que permitam repercutir as alterações do preço da matéria-prima no valor pago pelo cliente e garantindo junto dos seus fornecedores preços fixos para projectos de grande dimensão.

RISCO CAMBIAL

O risco taxa de câmbio traduz-se na possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio do Grupo resulta da existência de subsidiárias localizadas em países em que a moeda local é diferente do Euro, das operações realizadas entre essas subsidiárias e outras empresas do Grupo e da existência de transacções efectuadas pelas empresas operacionais em moeda diferente da moeda de reporte do Grupo.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objectivo último diminuir ao máximo a sensibilidade dos seus resultados a flutuações cambiais.

No âmbito da actividade operacional de todas as subsidiárias, procura-se que as transacções sejam realizadas nas respectivas moedas locais. Pela mesma razão, os empréstimos contraídos pelas subsidiárias estrangeiras são preferencialmente contraídos nas respectivas moedas locais.

Certas actividades desenvolvidas pelo Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio das moedas locais face a outras moedas. O preço de algumas matérias-primas, como sejam o aço e o alumínio, são geralmente expressos ou indexados ao dólar norte-americano, o que pode ter impacto nos resultados do Grupo. Em grande medida, é possível repercutir essas variações nos preços de venda. Quando não é possível, o Grupo procura mitigar esta exposição através da contratação de derivados cambiais.

No que respeita ao risco cambial emergente da conversão dos investimentos do Grupo em filiais que relatam em moedas diferentes do Euro, o Grupo procura efectuar a sua gestão com base em hedging natural, recorrendo ao balanço das empresas, nomeadamente procurando contrair financiamento em moeda local. Paralelamente, o Grupo procura mitigar este impacto cambial através da diversificação dos países em que está presente.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro traduz a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado.

O Grupo recorre a financiamentos externos no decurso da sua actividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira do Grupo está indexada a taxas de juro de mercado.

Nos empréstimos de médio e longo prazo mais significativos, o Grupo recorre a empréstimos de taxa fixa ou a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a alterações nas taxas de juro vigentes nesses empréstimos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos derivados de taxa de juro contratados são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contraídos, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez traduz a capacidade do Grupo fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis.

O Grupo gere o risco de liquidez de duas formas principais:

- Por um lado, procura garantir que a estrutura de financiamento do Grupo é adequada à natureza das suas obrigações. Investimentos realizados em activos fixos, incluindo activos financeiros, são financiados com recurso a financiamento de longo prazo (capitais próprios e empréstimos não correntes), enquanto que responsabilidades correntes são financiadas com empréstimos de curto prazo. Os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 5 a 7 anos, normalmente com períodos de carência de reembolso de capital de 1 a 2 anos.
- Por outro lado, as subsidiárias têm contratado com instituições financeiras facilidades de crédito disponíveis de imediato, por um montante que garante adequada liquidez. O montante das linhas de crédito disponíveis e não utilizadas, no final de 2011, ascendia a cerca de Euro 5,7 milhões. As subsidiárias contam, ainda, com disponibilidades suficientes para garantir os seus compromissos de curto prazo.

RISCO DE CRÉDITO

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo Martifer para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Cientes desta realidade, o Grupo procura avaliar o risco de crédito de todos os seus clientes como racional para o estabelecimento do crédito a conceder, sendo objectivo último assegurar a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos.

Com este objectivo, o Grupo recorre a agências de informação financeira e avaliação de crédito, e efectua regularmente análises de risco e controlo de crédito, bem como cobrança e gestão de processos em contencioso, procedimentos essenciais para gerir a actividade creditícia e minimizar a ocorrência de incobráveis.

09

**PROPOSTA
DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS**

09 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Acionistas que o resultado líquido negativo apurado nas demonstrações financeiras individuais no montante de 21.227.709,94 euros, registado no ano de 2011, seja transferido para Resultados Transitados.

10

**OUTRAS
INFORMAÇÕES**

10 | OUTRAS INFORMAÇÕES

ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para além de integrar o Conselho de Administração da Martifer SGPS, SA, cada administrador não executivo integra, pelo menos, uma das Comissões nomeadas pelo Conselho de Administração (Comissão do Governo Societário, Comissão de Ética e de Conduta ou Comissão de Risco), cujo regulamento se encontra divulgado no sítio da internet do Grupo e cujas funções e atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2011 se encontram descritas no capítulo Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Durante o ano, os administradores não executivos partilharam e manifestaram opiniões relevantes, relativamente a áreas de negócio específicas, tendo por base o desempenho dos negócios, os riscos incorridos e as perspetivas para o futuro, mantendo uma comunicação regular com os administradores executivos, administradores das áreas de negócios e diretores.

AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES, NOS TERMOS DO ART. 397.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Durante o ano de 2011 não se realizaram negócios ou operações significativas em termos económicos entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e de fiscalização. No que diz respeito a sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo, os negócios efetuados com a Sociedade tiveram lugar no âmbito da sua atividade corrente e em condições normais de mercado, tendo tido parecer favorável do Conselho Fiscal.

OUTRAS INFORMAÇÕES

A Martifer SGPS, S.A. não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.



**INFORMAÇÃO
OBRIGATÓRIA**

INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA

PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DE ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

De acordo com o disposto nos artigos 447º do Código das Sociedades Comerciais são os seguintes os números de valores mobiliários emitidos pela Martifer SGPS, SA e por sociedades com as quais esta se encontra em relação de domínio ou de grupo, detidos no período de 1 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, por titulares de órgãos sociais:

Titulares	Órgão Social	N.º de Ações em 31/12/2010
Carlos Manuel Marques Martins	Conselho de Administração	70.030
Jorge Alberto Marques Martins	Conselho de Administração	131.760
I'M – SGPS, S.A. *	Conselho de Administração	42.640.723
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	Conselho de Administração	3.000
Luís Filipe Cardoso da Silva	Conselho de Administração	2.000
MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. **	Conselho de Administração	37.500.000
Mário Jorge Henriques Couto	Conselho de Administração	-
Luís Valadares Tavares	Conselho de Administração	-
Jorge Bento Ribeiro Barbosa Farinha	Conselho de Administração	-
Manuel Simões de Carvalho e Silva	Conselho Fiscal	-
Carlos Alberto da Silva e Cunha	Conselho Fiscal	-
João Carlos Tavares Ferreira de Carreto Lages ***	Conselho Fiscal	-
Américo Agostinho Martins Pereira	Revisor Oficial de Contas	-
José Carreto Lages	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-

* Os Administradores Carlos Manuel Marques Martins e Jorge Alberto Marques Martins detêm a totalidade do capital social da I'M – SGPS, S.A., de cujo Conselho de Administração são igualmente Presidente e Vogal, respetivamente.

** Os Administradores Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo e Luís Filipe Cardoso da Silva são membros do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.

*** Face à renúncia ao cargo do membro vogal Dr. Carlos Alberto de Oliveira e Sousa, por ter passado à situação de reforma, foi o mesmo substituído, nos termos e para os efeitos previsto no n.º 3 do artigo 415.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo membro suplente, Dr. João Carlos Tavares Ferreira de Carreto Lages, com efeitos a 1 de setembro de 2011.

FACTOS ENUMERADOS NO ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Órgão Social	Ações detidas em 31.12.09	Transações no ano de 2010				Ações detidas em 31.12.2010
		Data	Aquisições	Alienações	Preço Médio	
Carlos Manuel Marques Martins	70.030	-	-	-	-	70.030
Jorge Alberto Marques Martins	131.760	-	-	-	-	131.760
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	3.000	-	-	-	-	3.000
Luís Filipe Cardoso da Silva	2.000	-	-	-	-	2.000

Carlos Manuel Marques Martins e Jorge Alberto Marques Martins, respetivamente Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, além de titulares diretos das ações da Martifer SGPS, S.A., são detentores, em partes iguais, da totalidade do

capital social da sociedade I'M SGPS, S.A., a qual, por sua vez, em 31 de dezembro de 2011, era detentora de um total de 42.640.723 ações da Martifer SGPS, S.A.

Apresentam-se de seguida as transações efectuadas pela I'M – SGPS, S.A. durante o ano de 2011:

Data	Aquisições	Alienações	Preço Médio
22-Jan	5.000		3,38 €
26-Fev	5.000		2,95 €
26-Fev	10.000		2,96 €
26-Fev	4.985		2,99 €
26-Fev	5.015		3,00 €
30-Mar	2.099		2,78 €
30-Mar	2.800		2,79 €
30-Mar	6.001		2,80 €
31-Mar	7.400		2,78 €
31-Mar	16		2,80 €
01-Abr	830		2,79 €
01-Abr	835		2,80 €
06-Abr	3.000		2,80 €
07-Abr	2.700		2,76 €
07-Abr	3.300		2,75 €
16-Abr	4.213		2,74 €
16-Abr	1.287		2,75 €
19-Abr	10		2,67 €
19-Abr	10		2,68 €
19-Abr	30		2,69 €
19-Abr	10		2,70 €
20-Abr	10		2,69 €
21-Abr	2500		2,57 €
22-Abr	447		2,52 €
22-Abr	53		2,54 €
23-Abr	501		2,57 €
23-Abr	250		2,56 €
23-Abr	250		2,55 €
23-Abr	20.000		2,48 €
23-Abr	20.000		2,47 €
27-Abr	10		2,46 €
27-Abr	5.080		2,32 €
27-Abr	10.010		2,39 €
28-Abr	3.500		2,22 €
28-Abr	2.500		2,20 €
25-Mai	10		1,83 €
26-Mai	350		1,83 €
22-Set	3.886		1,64€
22-Set	5.000		1,65€
22-Set	4.442		1,66€
22-Set	10		1,67€
23-Set	10.000		1,63€

Data	Aquisições	Alienações	Preço Médio
24-Set	1.500		1,61€
24-Set	1.451		1,63€
24-Set	5.154		1,62€
27-Set	4.301		1,60€
27-Set	1.102		1,61€
06-Out	2.197		1,18 €
07-Out	57		1,17
07-Out	1.963		1,18
07-Out	1.207		1,19
10-Out	3.700		1,19
10-Out	2.208		1,2
10-Out	210		1,21
11-Out	851		1,17
11-Out	4.561		1,18
11-Out	520		1,19
11-Out	130		1,2
11-Out	2.020		1,21
11-Out	30		1,22
12-Out	280		1,9
12-Out	1.090		1,2
12-Out	4.181		1,22
12-Out	80		1,23
12-Out	50		1,24
13-Out	1.000		1,19
13-Out	2.249		1,21
13-Out	3.456		1,22
13-Out	100		1,23
14-Out	3.050		1,2
14-Out	1.550		1,21
14-Out	50		1,22
17-Out	100		1,19
17-Out	114		1,2
17-Out	2.050		1,21
18-Out	156		1,18
18-Out	3.098		1,19
18-Out	2		1,2
19-Out	1.458		1,17
19-Out	2.090		1,18
19-Out	2.443		1,19
19-Out	100		1,2
19-Out	100		1,21
20-Out	4.652		1,16

Data	Aquisições	Alienações	Preço Médio
20-Out	2.000		1,17
20-Out	600		1,19
21-Out	2.000		1,16
21-Out	100		1,17
21-Out	500		1,18
21-Out	50		1,21
24-Out	942		1,17
24-Out	1.300		1,18
24-Out	1.750		1,19
24-Out	360		1,2
24-Out	40		1,21
25-Out	1.000		1,16
25-Out	6.641		1,17
25-Out	200		1,19
26-Out	1.000		1,15
26-Out	1.700		1,16
26-Out	120		1,17
26-Out	65		1,18
26-Out	45		1,19
27-Out	61		1,14
27-Out	900		1,15
27-Out	1.600		1,16
27-Out	1.237		1,18
27-Out	20		1,15
28-Out	4.806		1,15
28-Out	3.756		1,16
28-Out	55		1,17
31-Out	611		1,1
31-Out	2.900		1,12
31-Out	1.960		1,13
31-Out	52		1,14
31-Out	552		1,15
01-Nov	530		1,12
02-Nov	2.000		1,08
02-Nov	650		1,1
03-Nov	500		1,07
03-Nov	1.080		1,08
03-Nov	78		1,09
03-Nov	5.510		1,1
03-Nov	42		1,11
04-Nov	42		1,11

Data	Aquisições	Alienações	Preço Médio
04-Nov	2.050		1,07
04-Nov	500		1,08
04-Nov	20		1,09
04-Nov	230		1,1
18-Nov	6.395		1,03
18-Nov	1.050		1,05
18-Nov	1.225		1,06
18-Nov	6.920		1,07
18-Nov	10		1,08
21-Nov	3.000		0,98
21-Nov	4.000		1,01
21-Nov	1.929		1,03
21-Nov	3.000		1,04
21-Nov	1.048		1,05
21-Nov	9.023		1,06
22-Nov	1.050		1,01
22-Nov	1.050		1,05
22-Nov	1.719		1,04
22-Nov	1.281		1,05
23-Nov	2.000		1,06
23-Nov	2.050		1,05
23-Nov	8.000		1,07
24-Nov	380		1,04
24-Nov	120		1,07
25-Nov	4.190		1,04
25-Nov	4.620		1,06
25-Nov	11.190		1,07
28-Nov	10.500		1,07
30-Nov	5.200		1,08
01-Dez	100		1,09
02-Dez	461		1,1
02-Dez	39		1,11
06-Dez	9,92		1,07
07-Dez	120		1,1
09-Dez	104		1,1
12-Dez	2		1,07
15-Dez	7		1,07
16-Dez	6		1,07
20-Dez	2,82		1,08
20-Dez	530		1,09

TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do artigo 8º do regulamento 5/2008 da CMVM, e dando cumprimento ao artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, abaixo segue a lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, em 31 de dezembro de 2011:

ACIONISTAS	nº de ações	% do capital social	% dos direitos de voto ¹
I'M – SGPS, SA	42.670.867	42,67%	43,43%
Carlos Manuel Marques Martins *	70.030	0,07%	0,07%
Jorge Alberto Marques Martins *	131.760	0,13%	0,13%
Total imputável à I'M – SGPS, SA	42.872.657	42,87%	43,64%
Mota-Engil – SGPS, SA	37.500.000	37,50%	38,17%
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo **	3.000	0,00%	0,00%
Luís Filipe Cardoso da Silva **	2.000	0,00%	0,00%
Total Imputável à Mota-Engil – SGPS, SA	37.505.000	37,51%	38,17%

¹ % Direitos de voto = N.º Ações Detidas / (N.º Total Ações - Ações Próprias)

* Membro de um órgão social da I'M SGPS, SA

** Membro de um órgão social da Mota-Engil SGPS, SA

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO I DO ARTº 245 DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Senhores Acionistas,

Nos termos previstos na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento:

(i) a informação constante no relatório de gestão consolidado expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Martifer SGPS, S.A., Sociedade Aberta, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta; e

(ii) a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, assim como nos seus anexos, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Martifer SGPS, S.A., Sociedade Aberta, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Oliveira de Frades, 1 de março de 2012

O Conselho de Administração,

Carlos Manuel Marques Martins
(Presidente)

Jorge Alberto Marques Martins
(Vice-Presidente)

Luís Filipe Cardoso da Silva
(Vogal do Conselho de Administração)

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
(Vogal do Conselho de Administração)

Mário Jorge Henriques Couto
(Vogal do Conselho de Administração)

Luís Valadares Tavares
(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Bento Ribeiro Barbosa Farinha
(Vogal do Conselho de Administração)



**INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA**

11

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

11 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS SEPARADAS PARA OS EXERCÍCIOS E TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	NOTAS	ANO 2011 (AUDITADO)	ANO 2010 REEXPRESSO (AUDITADO)	ANO 2010 (AUDITADO)	4.º TRIM. 2011 (NÃO AUDITADO)	4.º TRIM. 2010 REEXPRESSO (NÃO AUDITADO)	4.º TRIM. 2010 (NÃO AUDITADO)
Vendas e prestações de serviços	3 e 4	531.852.146	576.689.220	587.225.838	191.354.624	177.834.498	180.151.343
Outros rendimentos	5	18.260.097	14.950.118	14.901.834	(2.541.052)	5.839.144	5.839.266
Custo das mercadorias	6	(286.814.244)	(236.521.027)	(240.723.509)	(100.207.664)	(80.181.614)	(81.193.889)
Subcontratos	6	(101.667.505)	(142.735.342)	(142.792.905)	(27.954.774)	(46.224.549)	(46.231.785)
Resultado bruto		161.630.494	212.382.968	218.611.258	60.651.134	57.267.479	58.564.935
Fornecimentos e serviços externos	7	(78.334.663)	(82.465.839)	(84.772.625)	(21.225.475)	(24.379.505)	(24.773.799)
Gastos com o pessoal	8	(78.151.769)	(76.229.479)	(77.634.943)	(20.293.322)	(19.354.062)	(19.763.235)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	9	3.804.067	2.896.048	2.762.295	(5.296.657)	3.231.786	3.098.833
	3	8.948.129	56.583.698	58.965.985	13.835.680	16.765.698	17.126.735
Amortizações e depreciações	3, 17 e 18	(19.564.718)	(24.524.720)	(26.068.965)	(4.903.069)	(5.592.795)	(6.231.174)
Perdas de imparidade	3 e 10	(3.034.335)	(12.259.419)	(12.332.046)	(3.001.048)	(10.979.342)	(11.064.472)
Provisões	3 e 10	(7.116.008)	(41.510.629)	(41.532.476)	(7.415.878)	(26.369.049)	(26.390.896)
Resultado operacional	3	(20.766.932)	(21.711.069)	(20.967.502)	(1.484.315)	(26.175.487)	(26.559.808)
Rendimentos e ganhos financeiros	11	32.204.248	40.777.175	40.296.864	11.856.080	9.257.789	9.102.969
Gastos e perdas financeiros	11	(55.948.842)	(56.232.338)	(57.350.161)	(19.859.990)	(27.287.435)	(27.828.401)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e emp. conjuntos	3 e 12	(2.609.114)	(4.752.277)	(3.847.936)	(899.727)	(3.297.431)	(2.299.115)
Imposto sobre o rendimento	13	(408.830)	(10.371.119)	(10.515.530)	(3.072.356)	(4.896.689)	(4.909.535)
Resultado líquido do exercício		(47.529.470)	(52.289.627)	(52.384.265)	(13.460.308)	(52.399.254)	(52.493.890)
Atribuível:							
a interesses não controlados		2.070.878	2.509.792	2.509.792	1.416.103	(883.347)	(886.288)
ao Grupo		(49.600.348)	(54.799.419)	(54.894.057)	(14.876.411)	(51.515.907)	(51.607.604)
Resultado consolidado líquido por ação							
Básico	15	(0,5019)	(0,5484)	(0,5493)	(0,1494)	(0,5163)	(0,5173)
Diluído	15	(0,5019)	(0,5484)	(0,5493)	(0,1494)	(0,5163)	(0,5173)

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	ANO 2011 (AUDITADO)	ANO 2010 REEXPRESSO (AUDITADO)	ANO 2010 (AUDITADO)
Resultado líquido consolidado do exercício	(47.529.470)	(52.289.627)	(52.384.265)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados, líquido de imposto	(69.323)	(88.838)	(82.005)
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imposto	-	-	-
Diferenças cambiais decorrentes de: (i) transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira; (ii) investimento líquido nas subsidiárias; e (iii) atualização cambial de goodwill	(4.570.119)	1.342.905	2.889.706
Reserva de reavaliação de ativos fixos tangíveis, líquido de imposto	867.524	(288.468)	(288.468)
Resultados consolidados reconhecidos diretamente no capital próprio	(3.771.917)	965.600	2.519.233
Rendimento integral consolidado do exercício	(51.301.387)	(51.324.027)	(49.865.032)
Atribuível:			
a interesses não controlados	2.005.285	2.962.675	2.962.675
ao Grupo	(53.306.673)	(54.286.702)	(52.827.707)

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	NOTAS	ANO 2011 (AUDITADO)	ANO 2010 REEXPRESSO (AUDITADO)	ANO 2010 (AUDITADO)
ATIVO				
Não Corrente				
Goodwill	16	18.136.268	18.236.652	20.689.425
Ativos intangíveis	17	40.000.945	22.390.048	28.658.371
Ativos fixos tangíveis	18	304.939.148	331.900.013	367.482.823
Propriedades de investimento	19	17.274.846	14.981.893	14.981.893
Ativos financeiros em equivalência patrimonial	3 e 20	14.867.827	30.021.125	11.954.290
Ativos financeiros disponíveis para venda	21	2.179.021	20.138.045	20.186.393
Clientes e outros devedores	23	135.575.300	97.199.052	83.172.197
Ativos por impostos diferidos	13	11.490.963	5.867.238	6.446.069
		544.464.318	540.734.067	553.571.462
Corrente				
Inventários	22	31.152.897	48.382.946	56.367.267
Clientes	23	191.107.588	212.366.789	218.884.487
Outros devedores	23	43.066.127	34.127.966	34.394.644
Imposto sobre o rendimento	24	2.366.787	811.385	914.149
Estado e outros entes públicos	24	19.670.837	19.221.604	19.865.363
Outros ativos correntes	25	128.118.298	165.340.373	165.387.543
Caixa e seus equivalentes	26	77.886.483	74.712.521	76.666.431
		493.369.017	554.963.585	572.479.884
Total do Ativo	3	1.037.833.335	1.095.697.651	1.126.051.346
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	27	50.000.000	50.000.000	50.000.000
Reservas	27	251.133.360	313.283.296	314.153.874
Resultado líquido do exercício		(49.600.348)	(54.799.419)	(54.894.057)
Capital próprio atribuível ao Grupo		251.533.012	308.483.877	309.259.817
Interesses não controlados	27	31.783.623	31.876.822	30.988.178
Total do Capital Próprio		283.316.635	340.360.699	340.247.995
PASSIVO				
Não Corrente				
Empréstimos	28	215.440.560	163.366.801	167.443.037
Credores por locações financeiras	29	17.902.006	15.786.906	31.398.405
Fornecedores e Credores diversos	30	17.458.625	5.750.207	11.520.910
Provisões	31	13.383.765	20.325.242	16.588.337
Passivos por impostos diferidos	13	8.106.346	10.328.339	10.334.013
		272.291.302	215.557.495	237.284.703
Corrente				
Empréstimos	28	167.209.008	209.684.891	212.654.519
Credores por locações financeiras	29	7.209.061	6.747.569	8.573.620
Fornecedores	30	202.293.996	193.279.249	197.532.331
Credores diversos	30	38.281.720	69.698.469	63.621.163
Imposto sobre o rendimento	33	5.051.259	3.944.070	4.201.347
Estado e outros entes públicos	33	23.232.579	15.139.914	17.677.247
Outros passivos correntes	34	38.470.309	40.902.147	43.884.568
Instrumentos financeiros derivados	35	477.465	383.149	373.852
		482.225.397	539.779.457	548.518.648
Total do Passivo	3	754.516.699	755.336.952	785.803.351
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.037.833.335	1.095.697.651	1.126.051.346

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	CAPITAL	AÇÕES PRÓPRIAS	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS DE JUSTO VALOR			RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAIS	RESERVAS RELATIVAS A OPÇÕES SOBRE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A INTERESSES CONTROLDAOS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A INTERESSES NÃO CONTROLADOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
				REVALORIZAÇÃO DE ATIVOS TANGÍVEIS	ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	RESERVA DE COBERTURA							
Saldo em 1 de janeiro de 2010	50.000.000	-	186.500.000	17.549.418	8.261.660	(2.889.017)	(21.479.368)	17.347	41.405.109	107.705.245	387.070.394	50.957.635	438.028.029
Alteração do método consolidação (Nota 1)	-	-	-	-	-	(6.833)	(1.546.801)	-	683.058	94.638	(775.938)	888.645	112.707
	50.000.000	-	186.500.000	17.549.418	8.261.660	(2.895.850)	(23.026.169)	17.347	42.088.167	107.799.882	386.294.454	51.846.280	438.140.734
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	107.705.245	(107.705.245)	-	-	-
Rendimento integral consolidado do período:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.894.057)	(54.894.057)	2.509.792	(52.384.265)
Diferenças cambiais decorrentes de:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(i) transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira; e	-	-	-	-	-	-	84.308	-	-	-	84.308	501.770	586.078
(ii) investimento líquido nas subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização do goodwill expresso em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	2.306.488	-	-	-	2.306.488	(2.860)	2.303.628
Reavaliação de terrenos e edifícios	-	-	-	(288.468)	-	-	-	-	-	-	(288.468)	-	(288.468)
Outras variações no capital próprio da empresa mãe e suas participadas	-	-	-	-	-	(35.978)	-	-	-	-	(35.978)	(46.027)	(82.005)
Variações no justo valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Rendimento Integral do período	-	-	-	(288.468)	-	(35.978)	2.390.796	-	-	(54.894.057)	(52.827.707)	2.962.675	(49.865.032)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.000.000)	-	(10.000.000)	(107.252)	(10.107.252)
Aquisição de ações próprias	-	(852.587)	-	-	-	-	-	-	-	-	(852.587)	-	(852.587)
Opções sobre ações – valor dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	96.147	-	-	96.147	-	96.147
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	(8.261.660)	-	-	-	-	-	(8.261.660)	-	(8.261.660)
Aumento capital em empresas participadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.750.000	8.750.000
Transações com interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.247.046)	-	(13.247.046)	(7.685.704)	(20.932.750)
Outras variações no capital próprio das empresas participadas	-	-	-	-	-	-	-	-	328.522	-	328.522	4.100.230	4.428.752
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	(1.333.700)	-	2.696.240	5.591.214	-	-	-	6.953.754	(27.989.408)	(21.035.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	50.000.000	(852.587)	186.500.000	15.927.250	-	(235.589)	(15.044.159)	113.494	126.874.887	(54.799.419)	308.483.877	31.876.822	340.360.699
Saldo em 1 de janeiro de 2011	50.000.000	(852.587)	186.500.000	15.927.250	-	(235.589)	(15.044.159)	113.494	126.874.887	(54.799.419)	308.483.877	31.876.822	340.360.699
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.799.419)	54.799.419	-	-	-
Rendimento integral consolidado do período:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.600.348)	(49.600.348)	2.070.878	(47.529.470)
Diferenças cambiais decorrentes de:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(i) transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira; e	-	-	-	-	-	-	(4.691.693)	-	-	-	(4.691.693)	(53.701)	(4.745.394)
(ii) investimento líquido nas subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização do goodwill expresso em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	172.241	-	-	-	172.241	3.035	175.276
Reavaliação de terrenos e edifícios, líquidos de imposto	-	-	-	867.524	-	-	-	-	-	-	867.524	-	867.524
Outras variações no capital próprio das empresas participadas	-	-	-	-	-	(54.397)	-	-	-	-	(54.397)	(14.926)	(69.323)
Total do Rendimento Integral do período	-	-	-	867.524	-	(54.397)	(4.519.452)	-	-	(49.600.348)	(53.306.673)	2.005.285	(51.301.387)
Aquisição de ações próprias	-	(1.563.042)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.563.042)	-	(1.563.042)
Opções sobre ações – valor dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	85.484	-	-	85.484	-	85.484
Outras variações no capital próprio das empresas participadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.393.495)	-	(1.393.495)	315.090	(1.078.405)
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	(721.063)	-	(721.063)	(2.181.640)	(2.902.704)
Transações com interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.076)	-	(52.076)	(231.934)	(284.010)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	50.000.000	(2.415.630)	186.500.000	16.794.774	-	(289.985)	(19.563.611)	198.979	69.908.833	(49.600.348)	251.533.012	31.783.623	283.316.635

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS E TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	ANO 2011 (AUDITADO)	ANO 2010 REEXPRESSO (AUDITADO)	ANO 2010 (AUDITADO)	4.º TRIM. 2011 (NÃO AUDITADO)	4.º TRIM. 2010 REEXPRESSO (NÃO AUDITADO)	4.º TRIM. 2010 (NÃO AUDITADO)
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Recebimentos de clientes	673.709.807	627.726.665	634.120.891	207.730.010	236.226.573	236.802.688
Pagamentos a fornecedores	(580.656.428)	(510.930.372)	(516.387.963)	(189.576.735)	(190.844.116)	(191.324.095)
Pagamentos ao pessoal	(77.680.803)	(77.460.273)	(77.530.472)	(21.240.854)	(21.576.826)	(21.615.113)
Fluxos gerados pelas operações	15.372.575	39.336.020	40.202.457	(3.087.580)	23.805.632	23.863.481
Pagamento de imposto sobre o rendimento	1.070.218	(4.956.412)	(5.181.829)	(2.959.054)	(809.011)	(873.702)
Outros recebimentos /(pagamentos) de atividades operacionais	(6.514.758)	(3.735.702)	(2.838.758)	20.494.087	(17.169.512)	(17.802.138)
Outros fluxos gerados	(5.444.539)	(8.692.114)	(8.020.587)	17.535.034	(17.978.523)	(18.675.840)
Fluxos das atividades operacionais (1)	9.928.036	30.643.907	32.181.870	14.447.454	5.827.109	5.187.641
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Recebimentos provenientes de:						
Ativos financeiros	32.784.004	92.637.708	92.637.708	19.520.931	59.210.051	57.445.178
Ativos fixos tangíveis	9.369.500	16.972.536	17.051.550	6.453.925	328.695	275.452
Ativos intangíveis	22.730.843	-	21.493	(19.530)	(3.047)	18.446
Subsídios ao investimento	192.652	27.979	27.979	192.652	27.979	27.979
Juros e proveitos similares	3.708.695	4.749.612	4.756.821	1.572.722	3.652.391	3.654.763
Dividendos	-	2.743.689	2.743.689	-	-	-
Outros	247.915	252.399	252.399	247.915	131.410	131.410
	69.033.608	117.383.923	117.491.639	27.968.615	63.347.480	61.553.228
Pagamentos respeitantes a:						
Ativos financeiros	(6.136.940)	(14.251.582)	(14.251.582)	(898.190)	(16.537.907)	(11.252.500)
Ativos fixos tangíveis	(43.805.920)	(42.272.079)	(44.383.600)	(25.413.264)	(37.349.065)	(35.803.283)
Ativos intangíveis	(18.000.966)	(7.161.714)	(7.161.714)	10.768.654	(7.240.351)	(3.057.002)
Outros	-	(644.051)	(214.425)	-	(641.380)	(12.024)
	(67.943.826)	(64.329.425)	(66.011.321)	(15.542.800)	(61.768.703)	(50.124.809)
Fluxos das atividades de investimento (2)	1.089.783	53.054.498	51.480.318	12.425.815	1.578.777	11.428.418
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Recebimentos provenientes de:						
Empréstimos obtidos	797.004.730	967.859.625	1.000.282.100	117.562.214	262.403.293	274.076.425
Aumentos de capital, prest. suplem., prêmios de emissão	4.967.093	-	-	(911.412)	532.450	-
Subsídios e doações	1.045.800	-	-	338.507	-	-
Outros	168.038	(128.766)	456.632	168.038	(175.200)	6.236
	803.185.661	967.730.859	1.000.738.732	117.157.347	262.760.544	274.082.661
Pagamentos respeitantes a:						
Empréstimos obtidos	(787.406.854)	(946.916.218)	(977.824.478)	(143.512.378)	(240.355.356)	(262.511.959)
Amortizações de contratos de locação financeira	-	(16.630.048)	(17.905.092)	-	(2.446.259)	(3.087.656)
Juros e custos similares	(22.260.838)	(20.927.801)	(22.145.615)	(4.720.924)	(8.270.881)	(8.603.693)
Dividendos	-	(9.403.336)	(10.000.000)	-	-	-
Aquisição de ações próprias	(2.415.630)	(850.004)	(850.004)	(437.475)	(780.304)	(780.304)
Outros	(257.035)	(1.168.758)	(1.193.789)	756.663	(129.415)	(153.689)
	(812.340.357)	(995.896.166)	(1.029.918.977)	(147.914.113)	(251.982.215)	(275.137.301)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(9.154.696)	(28.165.307)	(29.180.245)	(30.756.766)	10.778.329	(1.054.640)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	1.863.123	55.533.098	54.481.943	(3.883.497)	18.184.215	15.561.419
Variação de perímetro e outras variações	(3.162.022)	(6.236.413)	(5.240.384)	(2.100.064)	-	(1.063.378)
Efeito das diferenças de câmbio	4.472.861	1.861.934	2.580.662	8.121.759	-	718.728
Caixa e seus equivalentes no início do período	74.712.521	23.553.902	24.844.210	75.748.285	56.528.307	61.449.661
Caixa e seus equivalentes no fim do período	77.886.483	74.712.521	76.666.431	77.886.483	74.712.521	76.666.431

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

12

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

12 | ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Martifer, SGPS, S.A., com sede na Zona Industrial, Apartado 17, Oliveira de Frades – Portugal ('Martifer SGPS' ou 'Empresa'), e empresas participadas ('Grupo'), têm como atividades principais a atividade de construção de infraestruturas metálicas e atividade solar - que se dedica ao desenvolvimento de projetos fotovoltaicos, à instalação de parques fotovoltaicos chave na mão ou em regime de EPC e ao desenvolvimento de projetos de integração arquitetónica e microgeração. Têm ainda outras atividades onde se destaca a Promoção e Desenvolvimento de Projetos Eólicos (Nota 3).

A Martifer SGPS foi constituída em 29 de outubro de 2004, tendo o seu capital social sido realizado através da entrega da totalidade das ações, avaliadas a valores de mercado, que os acionistas do Grupo detinham na Martifer – Construções, S.A., participada constituída em 1990 e que nessa altura era a Empresa-mãe do atual Grupo Martifer.

A partir de junho de 2007 e após a realização com sucesso de uma Oferta Pública de Subscrição, o Grupo passou a ter as suas ações cotadas na Euronext Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo desenvolve a sua atividade em Portugal, Espanha, Polónia, Eslováquia, Roménia, República Checa, Angola, Brasil, Grécia, Estados Unidos da América, Austrália, Moçambique, Irlanda, Itália, Bélgica, Bulgária, Holanda, França, Tailândia, Marrocos, Reino Unido, Canadá, México, Arábia Saudita e Alemanha.

Todos os montantes apresentados nestas notas explicativas são apresentados em Euro (com arredondamentos às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Martifer e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS'), tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2011. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ('SIC'), que tenham sido adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Empresa e das suas subsidiárias (Nota 2), no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para a revalorização de certos ativos não correntes e de certos instrumentos financeiros, que se encontram registados pelo justo valor.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo Grupo no exercício de 2011 foram consistentes com os aplicados pelo Grupo na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos, exceto no que respeita às normas e interpretações cuja data de eficácia corresponde aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011, da adoção das quais não resultaram impactos no rendimento integral ou na posição financeira do Grupo e exceto quanto ao referido no parágrafo seguinte.

A IAS 31- Empreendimentos conjuntos prevê duas opções para o registo de interesses financeiros em empreendimentos conjuntamente controlados: o método de consolidação proporcional ou o método de equivalência patrimonial.

Em 2011 e de forma a transmitir uma imagem mais fiável e relevante da demonstração financeira do Grupo Martifer, bem como dos resultados das suas operações, o Grupo procedeu à alteração do método de consolidação dos interesses financeiros que detem em empreendimentos conjuntamente controlados (do método de consolidação proporcional para o método da equivalência patrimonial).

Este entendimento vai no mesmo sentido que as recentes alterações introduzidas pelo IASB (International Accounting Standard Board) o qual emitiu uma nova norma para contabilização de empreendimentos conjuntos, a qual elimina a alternativa de utilização do método de consolidação proporcional para empreendimentos conjuntamente controlados, na medida em que, nestas situações, as entidades participantes não dispõem individualmente do controlo efetivo da sua quota-parte dos ativos ou não são responsáveis pela sua quota-parte dos respetivos passivos (IFRS 11).

O Grupo Martifer partilha os fundamentos explicitados que estão na base da eliminação da opção de utilização do método de consolidação proporcional, permitida atualmente pela IAS 31, pelo que decidiu alterar a forma de consolidação dos seus empreendimentos conjuntamente controlados passando a utilizar o método de equivalência patrimonial com efeitos a 1 de janeiro de 2011, tendo efetuado a respetiva reexpressão das suas demonstrações financeiras para os períodos anteriores, de acordo com o definido na IAS 8.

As empresas consideradas empreendimentos conjuntamente controlados, cujos interesses do Grupo Martifer são consolidados pelo Método de Equivalência Patrimonial, suas sedes sociais e proporção do capital detido, são as seguintes:

EMPRESA	SEDE	DESIGNAÇÃO	PROPORÇÃO DO CAPITAL DETIDO		
			DIRETAMENTE	INDIRETAMENTE	TOTAL
Promoquatro – Investimentos Imobiliários, Lda.	Oliveira de Frades	Promoquatro	-	50,00%	50,00%
Martifer – Hirschfeld Energy Systems LLC	San Angelo TX	Martifer Energy Systems USA	-	50,00%	50,00%
M City Bialystok Sp. Zo.o	Gliwice	M City Bialystok	-	50,00%	50,00%
M City Radom Sp. Zo.o	Gliwice	M City Radom	-	50,00%	50,00%
Ventinveste, S.A.	Lisboa	Ventinveste SA	5,00%	41,00%	46,00%
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	Lisboa	Ventinveste Eólica	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico de Torrinheiras, S.A.	Lisboa	PE Torrinheiras	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	Lisboa	PE Douro Sul	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico do Pinhal do Oeste, S.A.	Lisboa	PE Pinhal do Oeste	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	Lisboa	PE Vale Grande	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	Lisboa	PE Vale do Chão	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	Lisboa	PE Cabeço Norte	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	Lisboa	PE Serra do Oeste	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico do Planalto, S.A.	Lisboa	PE Planalto	-	46,00%	46,00%
Eviva Dunowo, Sp. Z o.o.	Gliwice	Eviva Dunowo	-	50,00%	50,00%
SPEE 3 – Parque Eólico do Baião, S.A.	Lisboa	SPEE 3	-	50,00%	50,00%
SPEE 2 – Parque Eólico de Vila Franca de Xira, S.A.	Oliveira de Frades	SPEE 2	-	50,00%	50,00%
Macquarie Capital Wind Fund Pty Limited	Sidney	Macquarie	-	50,00%	50,00%
Silverton Wind Farm Holding	Sidney	Silverton	-	25,00%	25,00%
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	Oliveira de Frades	PE Penha da Gardunha	-	50,00%	50,00%
MS – Participações Societárias, S.A.	Fortaleza	MS (ex-Faixa Biomassa)	-	16,58%	16,58%
Eólica Embuaca, Ltda.	Fortaleza	Embuaca	-	16,58%	16,58%
Eólica Mar e Terra, Ltda.	Fortaleza	Mar e Terra	-	16,58%	16,58%
Eólica Bela Vista, Ltda.	Fortaleza	Bela Vista	-	16,58%	16,58%
Eólica Icaraí, Ltda.	Fortaleza	Icaraí	-	16,58%	16,58%

Os principais impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Martifer resultantes da alteração do método de consolidação dos interesses financeiros que detem em empreendimentos conjuntamente controlados (do método de consolidação proporcional para o método da equivalência patrimonial), pode ser sumariada como se segue:

	ANO 2010	ALTERAÇÃO DO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO (AUDITADO)	ANO 2010 REEXPRESSO
Ativo			
Não corrente	553.571.462	(12.837.395)	540.734.067
Corrente	572.479.884	(17.516.299)	554.963.585
Total de Ativo	1.126.051.346	(30.353.694)	1.095.697.651
Passivo			
Não corrente	237.284.703	(21.727.208)	215.557.495
Corrente	548.518.648	(8.739.191)	539.779.457
Total de Passivo	785.803.351	(30.466.399)	755.336.952
Capital Próprio			
Atribuível ao Grupo	309.259.817	(775.940)	308.483.877
Atribuível a interesses não controlados	30.988.178	888.644	31.876.822
Total do Capital Próprio	340.247.995	112.704	340.360.699

	ANO 2010	ALTERAÇÃO DO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO (AUDITADO)	ANO 2010 REEXPRESSO
Vendas e prestações de serviços	587.225.838	(10.536.618)	576.689.220
EBITDA	58.965.985	(2.382.287)	56.583.698
EBIT	(20.967.502)	(743.567)	(21.711.069)
Resultados financeiros	(20.901.234)	693.794	(20.207.439)
Resultado consolidado líquido	(52.384.266)	94.639	(52.289.627)

Tendo em conta o reduzido impacto desta alteração no Capital próprio e no resultado de 2010, não se apresenta o Balanço reexpresso a 1 de janeiro de 2010.

Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	DATA DE EFICÁCIA
IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Emendas)	01-07-10
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações (Emendas)	01-07-10
IAS 24 – Partes relacionadas (Revista)	01-01-11
IFRIC 14 – O limite sobre um ativo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respetiva interação	01-01-11
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital	01-07-10
IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos	01-01-11
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro	01-01-11

O efeito nas demonstrações financeiras do Grupo do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi material.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

DATA DE EFICÁCIA

IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações (Transferência de Ativos Financeiros)

01-07-11

Não é possível nesta data estimar os efeitos que a aplicação destas normas pode ter nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas ainda em processo de aprovação pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram já emitidas a esta data, embora não se encontrem ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

DATA DE EFICÁCIA

IFRS 9 – Instrumentos financeiros: classificação e mensuração

01-01-15

IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Emendas)

01-07-11

IAS 12 – Impostos sobre o rendimento (Emendas)

01-01-12

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas

01-01-13

IFRS 11 – Acordos conjuntos

01-01-13

IFRS 12 – Divulgações de interesses em outras entidades

01-01-13

IFRS 13 – Mensuração do justo valor

01-01-13

IAS 19 – Benefícios de empregados

01-01-13

IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras

01-07-12

Não é possível nesta data estimar os efeitos que a aplicação destas normas pode ter nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

1 de janeiro de 2004, correspondeu ao início do período da primeira aplicação pelo Grupo dos IAS/IFRS, de acordo com a IFRS 1 – 'Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro'.

As demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas em Euro por esta ser a moeda principal das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas em moeda estrangeira foram convertidas para Euro de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 1 xv).

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IAS/IFRS, o Conselho de Administração do Grupo adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados (Nota 1 xxvi)). Todas as estimativas e assumpções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração do Grupo aprovou-as para emissão, no dia 1 de março de 2012, e é sua convicção que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

BASES DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas/Sócios e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, pelo método de consolidação integral.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada (na rubrica de capitais próprios – interesses não controlados) e na

demonstração dos resultados consolidada (incluída no resultado consolidado líquido atribuível a interesses não controlados), respetivamente. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 2.

Nas concentrações empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2004, os ativos e passivos de cada filial (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição conforme estabelecido no IFRS 3. Qualquer excesso / défice do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respetivamente, como diferença de aquisição positiva no ativo (Goodwill, ou a somar à respetiva rubrica, que originou a diferença, quando identificada) e no caso de diferença de aquisição negativa (Badwill), após reconfirmação do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração dos resultados do exercício. Os interesses não controlados incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.

Nas concentrações de atividades empresariais que se tenham realizado a partir de 1 de janeiro de 2010 (IFRS 3R), o excesso do custo de aquisição, do justo valor de qualquer participação detida anteriormente à aquisição do controlo e do valor de interesses não controlados, sobre o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis é registado como goodwill. Se o custo de aquisição, o justo valor de qualquer participação detida anteriormente à aquisição do controlo e do valor de interesses não controlados, for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da filial adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do exercício. Os custos das transações relativas a concentrações empresariais ocorridas a pós esta data são reconhecidos em custos quando incorridos.

Transações de alienação ou de aquisição de participações a interesses não controlados não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou Goodwill, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas filiais com interesses não controlados, são alocados na percentagem detida aos interesses não controlados, independentemente deste se tornar negativo.

Os interesses não controlados, reconhecidos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, são mensurados na proporção do justo valor dos ativos líquidos identificáveis, transação a transação.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às utilizadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com fins específicos, ainda que não tenha participações de capital nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de 31 de dezembro de 2011 não existiam entidades nesta situação.

b) Empresas associadas e Empresas conjuntamente controladas

Os ativos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeira e operacional da Empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) e em empresas conjuntamente controladas (empresas onde o grupo partilha o controlo com outros sócios) são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Ativos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações ocorridas no Capital Próprio e nos resultados líquidos das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos e passivos de cada associada (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de aquisição positiva (Goodwill), sendo adicionada ao valor de balanço do ativo financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do ativo financeiro e, no caso de diferença de aquisição negativa (Badwill), após reconfirmação do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração dos resultados do exercício.

É efetuada uma avaliação dos ativos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registrada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registrado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registrando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial encontram-se detalhadas na Nota 2.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Os principais critérios valorimétricos, julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, nos exercícios apresentados, são os seguintes:

i) Diferenças de aquisição positivas (Goodwill)

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, são registradas na rubrica 'Goodwill' (no caso dos investimentos em empresas do Grupo) ou no valor do ativo financeiro em associadas e entidades conjuntamente controladas (no caso dos investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas).

O Goodwill gerado antes da data de transição para os IFRS (1 de janeiro de 2004) ou o resultante da constituição do Grupo, mantém-se registrado pelo seu valor líquido contabilístico, apurado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, sendo objeto de testes de imparidade no final de cada ano, a partir daquela data.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade, ou seja, se o Goodwill não se encontra registrado por um valor superior à sua quantia recuperável. As perdas por imparidade do Goodwill verificadas no exercício são registradas na demonstração dos resultados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que resultem do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas.

O Goodwill resultante dos investimentos em empresas do Grupo, entidades conjuntamente controladas e associadas, sediadas no estrangeiro e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, encontram-se registradas na moeda funcional dessas empresas, sendo convertidas para a moeda de relato do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registradas na rubrica do Capital próprio - 'Reservas de conversão cambiais'.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas são reconhecidas como ganho na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

ii) Ativos não correntes classificados como detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o valor dos mesmos for recuperado através de uma operação de venda, ao invés do seu uso continuado. Contudo, tal classificação exige que a transação de venda seja altamente provável, que o ativo se encontre disponível para venda imediata, que o Conselho de Administração do Grupo esteja comprometido com a alienação do mesmo e que a mesma ocorra no curto prazo (normalmente, mas não exclusivamente no prazo de um ano).

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados ao mais baixo do seu valor contabilístico, ou do seu justo valor, deduzido dos gastos com a sua alienação, sendo, no caso dos ativos fixos afetos à unidade operacional detida para venda, interrompida a depreciação durante tal período.

iii) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se forem identificáveis e se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo, se possa medir razoavelmente o seu valor e se o Grupo possuir o controlo sobre os mesmos.

Os ativos intangíveis são constituídos basicamente por *software* e direitos de propriedade industrial, sendo os mesmos amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três anos, bem como pelas despesas incorridas com a obtenção de licenças para a exploração de parques eólicos e solares, as quais são amortizadas de acordo com o período das licenças atribuídas (atualmente em 20 anos).

As despesas incorridas com o licenciamento de parques eólicos são capitalizadas em ativos intangíveis apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- os estudos de viabilidade económica demonstrem que existirão benefícios económicos futuros;
- o Grupo tenha capacidade técnica e financeira para proceder à instalação e exploração dos parques eólicos; e
- os gastos afetos à fase de licenciamento dos parques eólicos sejam mensuráveis de forma fiável.

Os gastos incorridos pelo Grupo durante a fase de pesquisa e de instalação de parques eólicos são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento em que são incorridos.

As restantes despesas de investigação são reconhecidas como gasto do exercício em que são incorridas.

Os ativos intangíveis identificados na aquisição de uma empresa subsidiária são registados separadamente da rubrica de 'Diferenças de consolidação' se o seu justo valor puder ser estimado com fiabilidade. O custo inicial de tais ativos intangíveis é o seu justo valor na data de aquisição.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados na aquisição de uma empresa filial, são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, da mesma forma que os ativos intangíveis adquiridos pelo Grupo. Tais ativos são amortizados pelo método das quotas constantes, geralmente durante o período em que se espera que benefícios económicos ocorram.

iv) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e quaisquer perdas de imparidade acumuladas. As revalorizações são efetuadas periodicamente, por avaliadores imobiliários independentes, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respetivo imóvel.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efetuadas aos ativos tangíveis são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um ativo fixo tangível que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das amortizações, sendo o seu excedente registado por contrapartida do resultado líquido do exercício.

As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos edifícios, atualmente variando entre 20 e 60 anos, enquanto os terrenos não são depreciables.

v) Outros ativos fixos tangíveis

Os outros ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para as IFRS) encontram-se registados ao seu *deemed cost*, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

Os ativos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção / desenvolvimento, encontrando-se os mesmos registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Estes ativos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias em termos de qualidade e fiabilidade técnica para operar. As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pelo Grupo, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamentos:

Equipamento básico	3 a 7 anos
Equipamento de transporte	4 a 5 anos
Ferramentas e utensílios	3 a 5 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis:

Parques eólicos e solares	15 a 20 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

vi) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas iv) e v) acima e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

vii) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização do capital, ou ambos, e não para utilização no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelos seus justos valores, com reconhecimento das alterações de justo valor nos resultados do exercício em que ocorram.

Os gastos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem.

viii) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira consolidada quando o Grupo se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

a) Instrumentos financeiros:

O Grupo classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: 'Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Ativos financeiros disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

- Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados: esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria, nomeadamente, se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável a sua realização num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira;
- Investimentos detidos até ao vencimento: esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e cuja intenção do Conselho de Administração é a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento;
- Ativos financeiros disponíveis para venda: incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Os 'investimentos detidos até ao vencimento' são classificados como Ativos financeiros não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira. Os ativos financeiros registados a justo valor através de resultados são classificados como ativos financeiros correntes.

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais gastos de transação, sendo a única exceção os 'ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os gastos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'ativos financeiros disponíveis para venda' e os 'ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados' são subsequentemente mensurados ao justo valor.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral na rubrica de 'Reservas de justo valor' até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulada é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transações de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para refletir as circunstâncias específicas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data da demonstração da posição financeira.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7- Instrumentos financeiros.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de avaliação geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

A entidade aplica técnicas de avaliação para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam informação de mercado como as curvas de taxa de juro.

Para alguns tipos de instrumentos financeiros mais complexos, são utilizados modelos de avaliação mais complexos contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a entidade utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (queda superior a 20%) ou prolongada (queda durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Para os restantes ativos financeiros, indícios objetivos de imparidade podem incluir:

- dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte para liquidar as suas dívidas;
- não cumprimento atempado por parte da contraparte dos créditos concedidos pelo Grupo;
- probabilidade elevada que a contraparte entre num processo de falência ou de reestruturação de dívida.

Para os ativos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado, o montante da imparidade resulta da diferença entre o seu valor contabilístico e o valor atual dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efetiva inicial.

O valor contabilístico dos ativos financeiros é reduzido diretamente pelas perdas de imparidade detetadas, com exceção das contas a receber de clientes e outros devedores em que o Grupo constitui uma conta de 'Perdas de imparidade acumuladas' específica para as mesmas. Quando uma conta a receber de clientes e outros devedores é considerada como incobrável a mesma é anulada por contrapartida da conta 'Perdas de imparidade acumuladas'. Recebimentos posteriores de contas a receber de clientes e outros devedores anuladas das demonstrações financeiras são registados a crédito na demonstração dos resultados do exercício. Alterações ocorridas na conta 'Perdas de imparidade acumuladas' são registadas na demonstração dos resultados do exercício.

Com exceção dos 'Ativos financeiros disponíveis para venda', que correspondem a instrumentos de capital noutra entidade, se, num exercício subsequente, ocorrer uma diminuição das Perdas de imparidade acumuladas e se esse decréscimo se dever objetivamente a um evento posterior à data de reconhecimento de tal imparidade, esse decréscimo é registado através da demonstração dos resultados do exercício até ao limite da conta.

b) Clientes e outros devedores

As dívidas de 'Clientes' e de 'Outros devedores' não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade reconhecidas nas rubricas de 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

d) Outras contas a pagar e outras dívidas de terceiros

As contas a pagar e a receber correntes, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

e) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação. São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos. São considerados passivos financeiros aqueles em que é expectável que ocorra um pagamento de fundos.

f) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente aprovada pelo Conselho de Administração do Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam exclusivamente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser mensurada com fiabilidade;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro (cobertura de *cash-flow*) são inicialmente registados pelo seu justo valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos, associadas à parcela de cobertura efetiva, são reconhecidas na demonstração do rendimento integral na rubrica 'Reservas de cobertura – Derivados', sendo transferidos para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta os resultados. A parcela de cobertura não efetiva é registada na demonstração dos resultados do exercício, no momento em que é apurada.

A mensuração dos instrumentos financeiros derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de qualificar como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas reconhecidas na demonstração do rendimento integral na rubrica 'Reservas de justo valor - Derivados' são mantidas no capital próprio, e as mensurações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

g) Letras descontadas e contas a receber cedidas em factoring

O Grupo desreconhece ativos financeiros das suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se o Grupo reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica de 'Empréstimos' a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada demonstração da posição financeira, com exceção das operações de 'factoring sem recurso', são relevadas nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do seu recebimento.

ix) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e seus equivalentes' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria (com vencimento inferior a três meses) para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

x) Inventários

As mercadorias, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição, ou do respetivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos gastos a incorrer com a sua alienação). Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão de obra direta e gastos gerais de fabrico.

São reconhecidas imparidades sempre que se estima que o seu valor realizável líquido é inferior ao seu valor contabilístico.

xi) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de 'Outros ativos correntes', 'Outros ativos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

xii) Rédito

O rédito é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis.

- a) Reconhecimento de gastos e rendimentos em obras (construção de estruturas metálicas e construção de parques eólicos e solares chave na mão)

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados, são contabilizadas nas sub-rubricas 'Trabalhos em curso' ou 'Faturação antecipada', incluídas nas rubricas 'Outros ativos correntes' e 'Outros passivos correntes', respetivamente.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação, e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que é provável que o cliente aceite a reclamação, e que é possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, o Grupo reconhece uma provisão para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do exercício, por contrapartida de provisões.

- b) Obras de curta duração

Nestes contratos de prestação de serviços, o Grupo reconhece os rendimentos e gastos à medida que se faturam ou incorrem, respetivamente.

- c) Reconhecimento de gastos e rendimentos na atividade imobiliária

Os gastos relevantes com os empreendimentos imobiliários são apurados tendo em conta os gastos diretos de construção, assim como todos os gastos associados à elaboração de projetos e licenciamento das obras. Os gastos imputáveis ao financiamento do empreendimento são também adicionados ao custo dos empreendimentos imobiliários, desde que estes se encontrem em curso.

Em 31 de dezembro de 2011, foram incluídos na rubrica de 'Inventários' o montante de Euro 0 (Euro 107.869 em 31 de dezembro de 2010) relativos a juros suportados especificamente com empréstimos destinados à construção de empreendimentos imobiliários.

Considera-se, para efeito de capitalização dos encargos financeiros, que o empreendimento está em curso se aguardar decisão das autoridades envolvidas, ou se se encontrar em fase de construção. Caso o empreendimento não se encontre nestas fases é considerado parado e as capitalizações acima referidas são suspensas.

O rédito, neste tipo de operações, tem sido gerado e reconhecido, essencialmente, aquando da transferência dos direitos e obrigações associados aos ativos, o que, em regra geral, coincide com a celebração da escritura de venda.

d) Reconhecimento de rédito em vendas de mercadorias e produtos acabados

O reconhecimento do rédito resultante da venda de mercadorias e de produtos acabados, ocorre unicamente quando todas as condições descritas abaixo se encontrarem cumpridas:

- O Grupo transferiu para o comprador todos os riscos e benefícios significativos inerentes à posse dos bens alienados;
- O Grupo não retém qualquer envolvimento ou qualquer controlo continuado sobre os bens alienados;
- O montante do rédito possa ser estimado de forma fiável;
- É provável que os benefícios económicos associados à alienação de tais bens venham a ser recebidos; e
- Os gastos incorridos, ou a incorrer, com tal alienação possam ser estimados com fiabilidade.

xiii) Trabalhos para a própria empresa

Os gastos internos (materiais, mão de obra e gastos gerais de fabrico) incorridos na produção de ativos fixos tangíveis são objeto de capitalização apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- existe forte probabilidade de os ativos gerarem benefícios económicos futuros; e
- os gastos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

Os trabalhos para a própria empresa registados no exercício de 2011 pelo Grupo correspondem, essencialmente, à atividade de construção da fábrica de estruturas metálicas no Brasil.

xiv) Gastos com a preparação de propostas

Os gastos incorridos com a preparação de propostas em concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, em virtude do desfecho das propostas não ser controlável.

xv) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Demonstrações financeiras individuais:

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas, pelo seu valor bruto, como ganhos e perdas na demonstração dos resultados do exercício.

Demonstrações financeiras consolidadas:

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras do Grupo são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data de fecho da demonstração da posição financeira. Os gastos e rendimentos, bem como os fluxos de caixa são igualmente convertidos para Euro, utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. Adicionalmente, alguns empréstimos de médio e longo prazo ou sem prazo de reembolso definido, concedidos a participadas que operam em países que não adotam o Euro, foram considerados como parte integrante do investimento líquido do Grupo, sendo a diferença cambial resultante registada na demonstração do rendimento integral na rubrica 'Reservas de conversão cambiais'. No momento da alienação de tais entidades estrangeiras, as diferenças de conversão cambiais acumuladas são registadas na demonstração dos resultados do exercício.

O Goodwill e os ajustamentos para o justo valor dos ativos e passivos adquiridos, resultantes da aquisição de entidades estrangeiras, são tratados como ativos e passivos em moeda estrangeira e são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data de fecho da demonstração da posição financeira.

Foram usadas as seguintes taxas de câmbio na preparação das demonstrações financeiras:

1 € equivale a:	TAXA DE FECHO			TAXA MÉDIA		
	ANO 2011	ANO 2010	VARIAÇÃO EM %	ANO 2011	ANO 2010	VARIAÇÃO EM %
Dólar da Austrália	1,272	1,314	-3,1%	1,344	1,442	-6,8%
Lev da Bulgária	1,956	1,956	-	1,956	1,956	-
Coroa checa	25,787	25,061	2,9%	24,590	25,284	-2,7%
Zloti da Polónia	4,458	3,975	12,2%	4,121	3,995	3,2%
Novo Leu da Roménia	4,323	4,262	1,4%	4,239	4,212	0,6%
Dólar dos Estados Unidos	1,294	1,336	-3,2%	1,392	1,326	5,0%
Rand da África do Sul	10,483	8,863	18,3%	10,097	9,698	4,1%
Real do Brasil	2,416	2,218	8,9%	2,327	2,331	-0,2%
Baht da Tailândia	40,991	40,170	2,0%	42,429	42,014	1,0%
Kwanza de Angola	122,850	126,470	-2,9%	131,746	125,436	5,0%
Dirham de Marrocos	11,094	11,241	-1,3%	11,206	11,250	-0,4%
Libra esterlina	0,835	0,861	-3,0%	0,868	0,858	1,2%
Dólar do Canadiano	1,322	1,332	-	1,376	1,365	-
Metical Moçambique	34,317	-	-	40,031	-	-
Peso Mexicano	18,093	-	-	17,087	-	-

xvi) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12. O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como a alguns créditos fiscais atribuídos ao Grupo.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados apenas quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação dos impostos diferidos ativos, sendo os mesmos desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O montante de imposto diferido que resulte de transações ou eventos reconhecidos em contas de capital próprio, é registado diretamente nessas mesmas rubricas, não afetando o resultado do exercício.

xvii) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto do exercício de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção de ativos fixos e de alguns inventários (projetos imobiliários) são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, no final de produção ou de construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

xviii) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação

possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor atual dos mesmos.

As provisões constituídas pela empresa resultam, essencialmente de:

i) **Garantias de construção**

O Grupo reconhece uma provisão para os custos estimados a incorrer no futuro com a garantia de construção prestada sobre os parques, eólicos ou solares, vendidos. Esta provisão é constituída na data da alienação ou da prestação do serviço, afetando o ganho obtida na mesma. No final do período de garantia (em média 5 anos) qualquer valor remanescente da provisão é revertido por resultados do exercício.

ii) **Contratos onerosos**

O Grupo reconhece uma provisão para contratos onerosos, na data em que para os contratos de construção em curso se determine que o custo a incorrer para satisfazer a obrigação assumida excede os benefícios económicos estimados. Esta análise é efetuada contrato a contrato de acordo com a informação prestada pelos responsáveis dos projetos.

iii) **Processos judiciais em curso**

É reconhecida uma provisão para processos judiciais em curso quando exista uma estimativa fiável de custos a incorrer decorrentes de ações interpostas por terceiros.

iv) **Ativos financeiros em equivalência patrimonial**

É reconhecida uma provisão sempre que a empresa participada tem capital próprio negativo e se considera que o Grupo assumiu responsabilidades para além da sua participação no capital.

xix) Subsídios atribuídos pelo Estado

Subsídios atribuídos para financiar ações de formação de pessoal e de apoio à contratação são reconhecidos como rendimentos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respetivos gastos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos em ativos são registados como rendimentos diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período de vida útil estimado para os bens subsidiados.

xx) Imparidade de ativos que não Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e, consequentemente, o ativo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (quer através do custo histórico, quer através do seu valor reavaliado, líquido de amortizações ou depreciações) caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

xxi) Benefícios aos empregadosComplementos de reforma

Conforme mencionado na Nota 37, o Grupo contratou junto de uma empresa de seguros uma apólice, que se traduz num fundo de capitalização, para fazer face aos complementos de reforma a atribuir no futuro aos seus colaboradores.

As dotações de capital efetuadas para a referida apólice de seguro, mantida na Companhia de Seguros Global, são efetuadas anualmente, sempre que o Conselho de Administração do Grupo assim o delibere, e caso venham a ter lugar, traduzem-se num montante equivalente a um salário base por colaborador e são registadas como gasto, na demonstração dos resultados, na rubrica 'Gastos com o pessoal'. Adicionalmente, o direito a receber tal seguro na idade de reforma apenas ocorrerá se o colaborador terminar a sua carreira no Grupo, caso contrário perderá o direito ao mesmo.

Opções sobre ações

O Grupo remunera os serviços prestados por alguns dos seus colaboradores, através de um plano de atribuição de opções sobre ações, liquidado com base em capital próprio. O justo valor dos serviços recebidos é registado como um gasto na demonstração dos resultados, por contrapartida de um incremento nos capitais próprios, ao longo do período de aquisição de direitos pelos colaboradores. O valor total a registar como gasto foi determinado com base no justo valor das opções atribuídas, que foi estimado apenas com recurso a condições de mercado. As condições de aquisição que não são as condições de mercado foram consideradas para estimar o número de opções que no final do período de aquisição terão direitos adquiridos. Em cada data de relato, o Grupo revê a estimativa do número de opções que se espera que se tornem exercíveis e reconhece o impacto da revisão da estimativa original na demonstração dos resultados por contrapartida da demonstração das alterações no capital próprio.

xxii) Classificação na demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

xxiii) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

xxiv) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e seus equivalentes' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos tangíveis e intangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, e pagamento de dividendos.

xxv) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que

ocorram após a data da demonstração da posição financeira (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

xxvi) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem:

- justo valor e vidas úteis dos ativos tangíveis, nomeadamente, dos terrenos e edifícios;
- testes de imparidade realizados ao Goodwill;
- registo de provisões e perdas de imparidade;
- reconhecimento de rendimentos em obras em curso e garantias;
- reconhecimento de ativos por impostos diferidos decorrentes de perdas fiscais;
- apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

xxvii) Gestão dos riscos financeiros

A incerteza, característica dominante dos mercados, comporta em si uma variedade de riscos aos quais as atividades do Grupo Martifer se encontram expostas, designadamente, risco de preço, risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

a) Risco de preço

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo. Alterações do preço do aço e do alumínio afetam a atividade operacional da área de negócio de construção metálica. A Martifer tem procurado mitigar este risco através de contratos com clientes que permitam repercutir as alterações do preço da matéria-prima no valor pago pelo cliente e garantindo junto dos seus fornecedores preços fixos para projetos de grande dimensão.

b) Risco de taxa de câmbio

O risco taxa de câmbio traduz-se na possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio do Grupo resulta da existência de subsidiárias localizadas em países em que a moeda local é diferente do Euro, das operações realizadas entre essas subsidiárias e outras empresas do Grupo e da existência de transações efetuadas pelas empresas operacionais em moeda diferente da moeda de reporte do Grupo.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo último diminuir ao máximo a sensibilidade dos seus resultados a flutuações cambiais.

No âmbito da atividade operacional de todas as subsidiárias, procura-se que as transações sejam realizadas nas respetivas moedas locais. Pela mesma razão, os empréstimos contraídos pelas subsidiárias estrangeiras são preferencialmente contraídos nas respetivas moedas locais.

Certas atividades desenvolvidas pelo Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio das moedas locais face a outras moedas. O preço de algumas matérias-primas, como sejam o aço e o alumínio, são geralmente expressos ou indexados ao dólar norte-americano, o que pode ter impacto nos resultados do Grupo. Em grande medida, é possível repercutir essas variações nos preços de venda. Quando não é possível, o Grupo procura mitigar esta exposição através da contratação de derivados cambiais.

No que respeita ao risco cambial emergente da conversão dos investimentos do Grupo em filiais que relatam em moedas diferentes do Euro, o Grupo procura efetuar a sua gestão com base em hedging natural, recorrendo ao balanço das empresas,

nomeadamente procurando contrair financiamento em moeda local. Paralelamente, o Grupo procura mitigar este impacto cambial através da diversificação dos países em que está presente.

O montante de ativos e passivos (em Euro) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, materialmente relevantes, pode ser resumido como se segue:

	ATIVOS			PASSIVOS		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Novo Leu (Roménia)	191.321.342	184.470.569	184.470.569	101.097.446	101.593.126	101.593.126
Zloti (Polónia)	79.254.371	167.373.298	171.742.898	77.595.036	163.259.129	168.886.764
Dólar Americano (E.U.A.)	89.790.128	65.750.284	78.012.779	79.106.652	34.766.119	36.111.992
Kwanza (Angola)	48.753.961	61.491.755	61.491.755	38.910.355	49.399.625	49.399.625
Real (Brasil)	61.303.650	58.095.144	58.095.144	38.433.779	30.164.765	30.164.765
Dirham (Marrocos)	2.385.409	24.530.513	24.530.513	2.656.239	23.031.876	23.031.876
Dólar Australiano (Austrália)	13.061.187	13.074.190	14.386.480	10.086.541	11.631.852	11.648.413
Coroa Checa (República Checa)	442.593	4.225.015	4.225.015	279.793	3.993.186	3.993.186
Dólar Canadiano (Canadá)	206.557	3.980.095	3.980.095	116.501	3.988.297	3.988.297
Libra Esterlina (Reino Unido)	5.483.005	526.248	526.248	5.629.925	521.246	521.246

Os eventuais impactos gerados nas demonstrações financeiras do Grupo pela transposição das demonstrações financeiras das suas subsidiárias, que relatam em moeda diferente do Euro, caso ocorresse uma variação de 1% nas taxas de câmbio acima referidas, podem ser resumidos como se segue (valores em Euro):

	DEPRECIAÇÃO DA MOEDA LOCAL FACE AO EURO	ANO 2011		ANO 2010 REEXPRESSO		ANO 2010	
		IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS
Novo Leu (Roménia)	1%	49.374	(893.306)	167.127	(820.569)	222.075	167.127
Zloti (Polónia)	1%	63.810	(16.429)	103.168	(40.734)	147.867	105.501
Dólar Americano (E.U.A.)	1%	73.559	(105.777)	61.269	(306.774)	4.181	61.269
Kwanza (Angola)	1%	1.327	1.455	(156)	(50)	(50)	(156)
Real (Brasil)	1%	193	(1.612)	(2.045)	(2.295)	(2.295)	(2.045)
Dirham (Marrocos)	1%	17.495	2.681	(14.728)	(14.838)	(14.838)	(14.728)
Dólar Australiano (Austrália)	1%	18.147	(29.452)	465	(14.281)	(22.210)	1.295
Coroa Checa (República Checa)	1%	(7.067)	(97.461)	(65.478)	(119.724)	(78.711)	(65.478)
Dólar Canadiano (Canadá)	1%	10.525	(226.434)	(41)	(276.538)	(276.538)	(41)
Libra Esterlina (Reino Unido)	1%	2.292	(892)	17	81	81	17

c) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro traduz a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado.

O Grupo recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira do Grupo está indexada a taxas de juro de mercado.

Nos empréstimos de médio e longo prazo mais significativos, o Grupo recorre a empréstimos de taxa fixa ou a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a alterações nas taxas de juro vigentes nesses empréstimos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes

aos derivados de taxa de juro contratados são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contraídos, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

A análise de sensibilidade à variação para mais ou para menos de 1% na taxa de juro é apresentada na Nota 28 'Empréstimos'.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade do Grupo fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis.

O Grupo gere o risco de liquidez de duas formas principais:

- Por um lado, procura garantir que a estrutura de financiamento do Grupo é adequada à natureza das suas obrigações. Investimentos realizados em ativos fixos, incluindo ativos financeiros, são financiados com recurso a financiamento de longo prazo (capitais próprios e empréstimos não correntes), enquanto que responsabilidades correntes são financiadas com empréstimos de curto prazo. Os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 5 a 7 anos, normalmente com períodos de carência de reembolso de capital de 1 a 2 anos.
- Por outro lado, as subsidiárias têm contratado com instituições financeiras facilidades de crédito disponíveis de imediato, por um montante que garante adequada liquidez. O montante das linhas de crédito disponíveis e não utilizadas, no final de 2011, ascendia a cerca de Euro 5,7 milhões. As subsidiárias contam, ainda, com disponibilidades suficientes para garantir os seus compromissos de curto prazo.

O risco de liquidez é analisado na nota 28 'Empréstimos'.

e) Risco de crédito

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo Martifer para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Cientes desta realidade, o Grupo procura avaliar o risco de crédito de todos os seus clientes como racional para o estabelecimento do crédito a conceder, sendo objetivo último assegurar a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos.

Com este objetivo, o Grupo recorre a agências de informação financeira e avaliação de crédito, e efetua regularmente análises de risco e controlo de crédito, bem como cobrança e gestão de processos em contencioso, procedimentos essenciais para gerir a atividade creditícia e minimizar a ocorrência de incobráveis.

2. EMPRESAS INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2011, as empresas incluídas na consolidação, respetivos métodos de consolidação, bem como as suas sedes sociais e proporção do capital detido, são como se segue:

EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO INTEGRAL

EMPRESA	SEDE	DESIGNAÇÃO	PROPORÇÃO DO CAPITAL DETIDO		
			DIRETAMENTE	INDIRETAMENTE	TOTAL
Martifer SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer SGPS	Holding		
Martifer Inovação e Gestão, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Inovação	100,00%	-	100,00%
Martifer Gestione Si Servicii, S.R.L.	Bucareste	Martifer Inovação Roménia	100,00%	-	100,00%
Martifer Metallic Construccions SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Metallic Construccions	100,00%	-	100,00%
Martifer - Construções Metalomecânicas, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Construções	-	100,00%	100,00%
Martifer Mota-Engil Coffey Construction Joint Venture Limited	Dublin	MMECC	-	60,00%	60,00%
Resun Developments, S.A.	Oliveira de Frades	Resun	-	100,00%	100,00%
Martifer – Construcciones Metálicas España, S.A.	Madrid	Martifer Espanha	-	100,00%	100,00%
Martifer – Construções Metálicas Angola, S.A.	Luanda	Martifer Angola	-	78,75%	78,75%
Martifer Construction Limited	Dublin	Martifer Irlanda	-	100,00%	100,00%
Martifer Polska Sp. Zo.o.	Gliwice	Martifer Polska	-	100,00%	100,00%
Martifer Construccions, SAS	Rungis	Martifer França	-	100,00%	100,00%
Martifer Constructii SRL	Bucareste	Martifer Constructii	-	100,00%	100,00%
Park Logistyczny Biskupice	Gliwice	Biskupice	-	100,00%	100,00%
Martifer Konstrukcje Sp. Z o.o.	Gliwice	Martifer Konstrukcje	-	100,00%	100,00%
Martifer Slovakia S.R.O.	Bratislava	Martifer Slovakia	-	100,00%	100,00%
Sociedade de Madeiras do Vouga, S.A.	Albergaria-a-Velha	Madeiras do Vouga	-	100,00%	100,00%
Martifer - Gestão de Investimentos, S.A.	Oliveira de Frades	MGI	-	100,00%	100,00%
Nagatel Viseu, Promoção Imobiliária, S.A.	Oliveira de Frades	Nagatel Viseu	-	100,00%	100,00%
Martifer Retail & Warehousing Angola, S.A.	Luanda	Martifer Retail Angola	-	100,00%	100,00%
Martifer - Alumínios, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Alumínios	-	100,00%	100,00%
Martifer - Alumínios, S.A.	Madrid	Martifer Alumínios Espanha	-	100,00%	100,00%
Martifer Alumínios Angola, S.A.	Luanda	Martifer Alumínios Angola	-	100,00%	100,00%
Martifer Recycling Sp. Zo.o	Gliwice	Martifer Recycling Polónia	-	100,00%	100,00%
Martifer Aluminium Pty, Ltd	Sidney	Sassall	-	100,00%	100,00%
Martifer Aluminium Limited	Dublin	Martifer Aluminium Irlanda	-	100,00%	100,00%
Martifer UK Limited	Londres	Martifer UK	-	100,00%	100,00%
MT Construction Maroc, S.A.R.L.	Tânger	Martifer Marrocos	-	100,00%	100,00%
Martifer - Construções Metálicas, Ltda.	Fortaleza	Martifer Brasil	-	100,00%	100,00%
Saudi Martifer Construccions LLC	Riyadh	Martifer Arábia Saudita	-	100,00%	100,00%
Martifer Beteiligungsverwaltungs GmbH	Viena	Martifer GmbH	100,00%	-	100,00%
M City Gliwice Sp. Zo.o	Gliwice	M City Gliwice	-	52,80%	52,80%
Martifer Energy Systems SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Energy Systems	100,00%	-	100,00%
Martifer Energia S.R.L.	Bucareste	Martifer Energia Roménia	-	100,00%	100,00%
Martifer Energia LLC	Kiev	Martifer Energia Ucrânia	-	100,00%	100,00%
Martifer Wind Energy Systems LLC	San Angelo TX	Martifer Wind USA	-	100,00%	100,00%
Martifer Energy Systems PTY	Cidade do Cabo	Martifer Energia África do Sul	-	85,00%	85,00%
Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, S.A.	Aveiro	Navalria	-	100,00%	100,00%
Gebox, S.A.	Ílhavo	Gebox	-	65,00%	65,00%
Martifer Solar SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Solar SGPS	100,00%	-	100,00%
Martifer Solar, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Solar	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar Sistemas Solares, S.A.	Madrid	Martifer Solar Sistemas Solares	-	75,00%	75,00%
Solar Parks Construcccion Parques Solares ETVE, S.A.	Madrid	Solar Parks	-	75,00%	75,00%

EMPRESA	SEDE	DESIGNAÇÃO	PROPORÇÃO DO CAPITAL DETIDO		
			DIRETAMENTE	INDIRETAMENTE	TOTAL
Parque Solar Seseña II, S.L.	Madrid	Seseña II	-	75,00%	75,00%
Parque Solar Segovia, S.L.	Madrid	Segovia	-	75,00%	75,00%
Parque Solar Quintanar, S.L.	Madrid	Quintanar	-	75,00%	75,00%
Parque Solar Seseña III, S.L.	Madrid	Seseña III	-	75,00%	75,00%
MTS Solar Sistemas Solares, S.A.	Cidade do México	Martifer Solar México	-	74,25%	74,25%
Inovsun, Lda.	Oliveira de Frades	Inovsun	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar S.R.L.	Milão	Martifer Solar Itália	-	75,00%	75,00%
MTS1 S.R.L.	Siracusa	MTS1	-	75,00%	75,00%
MTS2 S.R.L.	Siracusa	MTS2	-	75,00%	75,00%
MTS3 S.R.L.	Siracusa	MTS3	-	75,00%	75,00%
MTS4 S.R.L.	Siracusa	MTS4	-	75,00%	75,00%
MTS5 S.R.L.	Siracusa	MTS5	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar Inc.	S. Francisco CA	Martifer Inc.	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar USA, Inc.	Santa Monica CA	AEM 1)	-	47,63%	47,63%
Martifer Aurora Solar, LLC	Santa Monica CA	Solar Aurora 1)	-	47,14%	47,14%
MT Silverado Fund LLC	S. Francisco CA	Silverado 1)	-	38,25%	38,25%
Martifer Solar Hellas, A.T.E.	Atenas	PVI	-	50,58%	50,58%
Martifer Solar Angola	Luanda	Martifer Solar Angola	-	56,25%	56,25%
Martifer Solar N.V.	Deerlijk	Martifer Solar Bélgica	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar UK Limited	Londres	Martifer Solar UK	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar S.A.S.	Lyon	Martifer Solar França	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar CZ	Praga	Martifer Solar República Checa	-	75,00%	75,00%
Home Energy France SAS	Lyon	Home Energy França	-	75,00%	75,00%
PVGlass, S.A.	Oliveira de Frades	PVGlass	-	52,50%	52,50%
PVGLASS S.r.l	Milão	PVGlass Itália	-	52,50%	52,50%
MPrime Solar Solutions, S.A.	Oliveira de Frades	MPrime	-	75,00%	75,00%
MPrime Italia S.r.l	Oliveira de Frades	MPrime Itália	-	75,00%	75,00%
MPrime GMBH	Munique	MPrime GMBH	-	75,00%	75,00%
Sol Cativante, Lda.	Sever do Vouga	Sol Cativante 2)	-	6,83%	6,83%
Sol Cativante V, Lda.	Viseu	Sol Cativante V	-	6,83%	6,83%
Sol Cativante VI, Lda.	Viseu	Sol Cativante VI	-	6,83%	6,83%
Martifer Solar Investments, B.V.	Amesterdão	Martifer Solar Holanda	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar Canadá, Ltd.	Toronto	Martifer Solar Canadá	-	75,00%	75,00%
MTS6 S.R.L.	Siracusa	MTS6	-	63,75%	63,75%
Martifer Solar SK s.r.o.	Dolny Kubin	Martifer Solar Eslováquia	-	75,00%	75,00%
Ginosa Solar Farm, S.R.L.	Roma	Ginosa Solar Farm	-	75,00%	75,00%
Solar Spritehood S.R.L	Roma	Solar Spritehood	-	75,00%	75,00%
MTS7, S.R.L.	Roma	MTS7	-	75,00%	75,00%
Sol Cativante II, S.A.	Sever do Vouga	Sol Cativante II	-	75,00%	75,00%
Sol Cativante IV, S.A.	Sever do Vouga	Sol Cativante IV	-	75,00%	75,00%
Canopy - Naos	Paris	Canopy Naos	-	75,00%	75,00%
Eviva Mepe	Atenas	Eviva Grécia	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar MZ, S.A.	Maputo	Martifer Solar Moçambique	-	38,25%	38,25%
Greencoverage Unipessoal, Lda.	Oliveira de Frades	Greencoverage	-	75,00%	75,00%
Martifer Renewables SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Renewables SGPS	100,00%	-	100,00%
Martifer Renewables, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Renewables SA	-	100,00%	100,00%
Martifer Renovables ETVE, S.A.U.	Madrid	Martifer Renovables	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 1 S.L.	Madrid	Eurocab 1	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 2 S.L.	Madrid	Eurocab 2	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 3 S.L.	Madrid	Eurocab 3	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 4 S.L.	Madrid	Eurocab 4	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 5 S.L.	Madrid	Eurocab 5	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 6 S.L.	Madrid	Eurocab 6	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 7 S.L.	Madrid	Eurocab 7	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 8 S.L.	Madrid	Eurocab 8	-	100,00%	100,00%

EMPRESA	SEDE	DESIGNAÇÃO	PROPORÇÃO DO CAPITAL DETIDO		
			DIRETAMENTE	INDIRETAMENTE	TOTAL
Eurocab FV 9 S.L.	Madrid	Eurocab 9	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 10 S.L.	Madrid	Eurocab 10	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 11 S.L.	Madrid	Eurocab 11	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 12 S.L.	Madrid	Eurocab 12	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 13 S.L.	Madrid	Eurocab 13	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 14 S.L.	Madrid	Eurocab 14	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 15 S.L.	Madrid	Eurocab 15	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 16 S.L.	Madrid	Eurocab 16	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 17 S.L.	Madrid	Eurocab 17	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 18 S.L.	Madrid	Eurocab 18	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 19 S.L.	Madrid	Eurocab 19	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 20 S.L.	Madrid	Eurocab 20	-	100,00%	100,00%
Eviva Energy S.R.L.	Bucareste	Eviva Roménia	-	100,00%	100,00%
Eviva Nalbant S.R.O.	Bucareste	Eviva Nalbant	-	99,00%	99,00%
Eviva Agighiol S.R.L.	Bucareste	Eviva Agighiol	-	99,00%	99,00%
Eviva Casimcea S.R.O.	Bucareste	Eviva Casimcea	-	99,00%	99,00%
Premium Management Consulting, S.R.L.	Bucareste	Premium Management	-	85,00%	85,00%
MW Topolog, S.R.L.	Bucareste	MW Topolog	-	99,00%	99,00%
Martifer Renewables, S.A.	Gliwice	Eviva Polónia	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Pty, Ltd.	Sidney	Eviva Austrália	-	100,00%	100,00%
Eviva Beteiligungsverwaltungs GmbH	Viena	Eviva GmbH	-	100,00%	100,00%
Eviva Hidro S.R.L.	Bucareste	Eviva Hidro	1,00%	99,00%	100,00%
Martifer Deutschland GmbH	Berlim	Martifer Deutschland	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Bippen GmbH	Berlim	Eviva Bippen	-	100,00%	100,00%
Eviva Energy SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	Enerpetra	-	100,00%	100,00%
Wind Farm Odrzechowa Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Odrzechowa	-	100,00%	100,00%
Energia Wiatrowa Sp. Zo.o	Gliwice	Energia Wiatrowa	-	100,00%	100,00%
Eviva Gizalki Sp. Zo.o	Miastko	Eviva Gizalki	-	72,00%	72,00%
Wind Farm Bukowsko Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Farm Bukowsko	-	100,00%	100,00%
Wind Farm Markowa Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Farm Markowa	-	100,00%	100,00%
Wind Farm Lada Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Farm Lada	-	100,00%	100,00%
Wind Farm Jawornik Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Farm Jawornik	-	100,00%	100,00%
Wind Farm Piersno Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Farm Piersno	-	100,00%	100,00%
Wind Farm Oborniki Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Farm Oborniki	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Brazil B.V.	Amesterdão	Renewables Holanda	-	100,00%	100,00%
Vesto EAD	Varna	Vesto	-	100,00%	100,00%
DVP1 Limited	Varna	DVP1	-	100,00%	100,00%
DVP2 Limited	Varna	DVP2	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Investments ETVE, S.A.	Madrid	Eurocab 21	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Italy BV	Amesterdão	Renewables Italy Holanda	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Brasil Participações LTDA	Fortaleza	Martifer Renewables Brasil	-	100,00%	100,00%
Martifer Renováveis - Geração de Energia e Participações S.A.	Fortaleza	Ventania	-	55,00%	55,00%
Eólica Cajueiro da Praia, Ltda .	Fortaleza	Cajueiro	-	55,00%	55,00%
Eólica Cacimbas, Ltda.	Fortaleza	Cacimbas	-	55,00%	55,00%
SBER – Sociedade Brasileira de Energias Renováveis, Ltda.	Fortaleza	SBER 1)	-	41,25%	41,25%
Melosa – Geração de Energia e Participações, Ltda.	Fortaleza	Melosa	-	55,00%	55,00%
Eólica Paraipaba, Ltda .	Fortaleza	Paraipaba	-	55,00%	55,00%
Eólica Chapadão, Ltda.	Fortaleza	Chapadão	-	55,00%	55,00%
Rosa dos Ventos - Geração e Comercialização de Energia, S.A	Fortaleza	Rosa dos Ventos	-	52,25%	52,25%
Prio Agriculture, B.V.	Delft	Prio Holanda	-	100,00%	100,00%
Porthold Project Development BV	Amesterdão	Porthold	-	55,00%	55,00%
Ventinveste Indústria SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	Ventinveste Indústria 3)	-	46,00%	46,00%

1) A consolidação destas empresas pelo método integral justifica-se na medida em que o Grupo detém participações em escada com controlo a cada nível.

2) A consolidação desta empresa pelo método integral justifica-se pela existência de controlo sobre a mesma, nomeadamente pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais.

3) A consolidação desta empresa pelo método integral justifica-se pela existência de acordos parassociais que determinam o controlo da mesma.

EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, suas sedes sociais e proporção do capital detido, são como se segue:

EMPRESA	SEDE	DESIGNAÇÃO	PROPORÇÃO DO CAPITAL DETIDO		
			DIRETAMENTE	INDIRETAMENTE	TOTAL
Construção Metálica					
Empresas Associadas:					
Proempar	Porto	Proempar	-	24,00%	24,00%
Parque Tecnológico do Tâmega	Felgueiras	PTT	-	19,40%	19,40%
Liszki Green Park, Sp. Zo.o	Gliwice	Liszki Green Park	-	45,00%	45,00%
Empreendimentos conjuntos::					
Promoquatro – Investimentos Imobiliários, Lda.	Oliveira de Frades	Promoquatro	-	50,00%	50,00%
Martifer – Hirschfeld Energy Systems LLC	San Angelo TX	Martifer Energy Systems USA	-	50,00%	50,00%
M City Bialystok Sp. Zo.o	Gliwice	M City Bialystok	-	50,00%	50,00%
M City Radom Sp. Zo.o	Gliwice	M City Radom	-	50,00%	50,00%
Solar					
Empresas Associadas:					
Parque Solar Seseña I, S.L.	Madrid	Seseña I	-	28,11%	28,11%
Canaverosa Renovables, SL	Madrid	Canaverosa	-	49,00%	49,00%
Outros					
Empresas Associadas:					
Nutre SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	Prio SGPS	49,00%	-	49,00%
Nutre, S.A.	Oliveira de Frades	Prio Foods	-	49,00%	49,00%
Prio Foods - Industrias Alimentares, S.A.	Oliveira de Frades	Prio Alimentar	-	49,00%	49,00%
Prio Agricultura. S.A.	Maputo	Prio Agricultura Moçambique	-	49,00%	49,00%
Prio Agricultura. S.R.L.	Bucarest	Prio Agricultura Roménia	-	49,00%	49,00%
Prio Agromart S.R.L.	Bucarest	Prio Agromart	-	49,00%	49,00%
Prio Balta S.R.L.	Bucarest	Prio Balta	-	49,00%	49,00%
Prio Facaieni S.R.L.	Bucarest	Prio Facaieni	-	49,00%	49,00%
Prio Ialomita S.R.L.	Bucarest	Prio Ialomita	-	49,00%	49,00%
Prio Rapita S.R.L.	Bucarest	Prio Rapita	-	49,00%	49,00%
Prio Terra Agrícola S.R.L.	Bucarest	Prio Terra Agrícola	-	49,00%	49,00%
Prio Turism Rural S.R.L	Bucarest	Prio Turism Rural	-	49,00%	49,00%
Agromec Balaciu	Bucarest	Agromec Balaciu	-	42,60%	42,60%
Miharox S.R.L.	Bucarest	Miharox	-	40,47%	40,47%
Zimbrul. S.A.	Bucarest	Zimbrul	-	49,00%	49,00%
Agrozootehnica. S.A.	Bucarest	Agrozootehnica	-	48,98%	48,98%
Prio Agrotrans S.R.L.	Bucarest	Prio Agrotrans	-	49,00%	49,00%
Prio Agricultura e Extração LTDA	S. Luís do Maranhão	Prio Agricultura e Extração	-	49,00%	49,00%
Prio Extractie S.R.L.	Bucarest	Prio Extractie	-	49,00%	49,00%
Prio Agro Industries. Sp. Z o.o.	Gliwice	Prio Polónia	-	49,00%	49,00%
Prio Biocombustibil S.R.L.	Bucarest	Prio Biocombustibil	-	49,00%	49,00%
Prio Meat S.R.L	Bucarest	Prio Meat	-	49,00%	49,00%
Prio Foods – AJFS Construções, ACE	Lisboa	Prio Foods ACE	-	24,50%	24,50%
Prio Energy SGPS. S.A.	Oliveira de Frades	Prio EnergySGPS	49,00%	-	49,00%
Prio Biocombustíveis. S.A.	Oliveira de Frades	Prio Biocombustíveis	-	49,00%	49,00%
Prio Energy. S.A.	Oliveira de Frades	Prio Energy	-	49,00%	49,00%
Mondefin	Coimbra	Mondefin	-	49,00%	49,00%
Veiga & Seabra. S.A.	Aguada de Baixo	Veiga & Seabra	-	49,00%	49,00%

EMPRESA	SEDE	DESIGNAÇÃO	PROPORÇÃO DO CAPITAL DETIDO		
			DIRETAMENTE	INDIRETAMENTE	TOTAL
Prio Parque de Tanques de Aveiro, S.A.	Oliveira de Frades	Prio Tanques	-	49,00%	49,00%
Prio Energy II, S.A.	Oliveira de Frades	Prio Energy II	-	49,00%	49,00%
Park Charge-Energy Systems, Lda	Oliveira de Frades	Park Charge	-	39,20%	39,20%
<i>Empreendimentos conjuntos::</i>					
Ventinveste, S.A.	Lisboa	Ventinveste SA	5,00%	41,00%	46,00%
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	Lisboa	Ventinveste Eólica	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico de Torrinheiras, S.A.	Lisboa	PE Torrinheiras	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	Lisboa	PE Douro Sul	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico do Pinhal do Oeste, S.A.	Lisboa	PE Pinhal do Oeste	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	Lisboa	PE Vale Grande	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	Lisboa	PE Vale do Chão	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	Lisboa	PE Cabeço Norte	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	Lisboa	PE Serra do Oeste	-	46,00%	46,00%
Parque Eólico do Planalto, S.A.	Lisboa	PE Planalto	-	46,00%	46,00%
Eviva Dunowo, Sp. Z o.o.	Gliwice	Eviva Dunowo	-	50,00%	50,00%
SPEE 3 – Parque Eólico do Baião, S.A.	Lisboa	SPEE 3	-	50,00%	50,00%
SPEE 2 – Parque Eólico de Vila Franca de Xira, S.A.	Oliveira de Frades	SPEE 2	-	50,00%	50,00%
Macquarie Capital Wind Fund Pty Limited	Sidney	Macquarie	-	50,00%	50,00%
Silverton Wind Farm Holding	Sidney	Silverton 1)	-	25,00%	25,00%
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	Oliveira de Frades	PE Penha da Gardunha	-	50,00%	50,00%
MS – Participações Societárias, S.A.	Fortaleza	MS (ex-Faixa Biomassa)	-	11,91%	11,91%
Eólica Embuaca, Ltda.	Fortaleza	Embuaca	-	11,91%	11,91%
Eólica Mar e Terra, Ltda.	Fortaleza	Mar e Terra	-	11,91%	11,91%
Eólica Bela Vista, Ltda.	Fortaleza	Bela Vista	-	11,91%	11,91%
Eólica Icarai, Ltda.	Fortaleza	Icarai	-	11,91%	11,91%

1) A consolidação destas empresas pelo método de equivalência patrimonial, justifica-se na medida em que o Grupo detém controlo conjunto sobre as empresas que detêm estas participações, as quais têm depois controlo ou controlo partilhado sobre a empresa participada.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2011 e durante o exercício de 2010, as alterações ocorridas no perímetro de consolidação foram como segue:

Constituição de empresas:

Em 2011:

Prio Foods - Industrias Alimentares, S.A. (Prio Alimentar)
 Prio Energy II, S.A. (Prio Energy II)
 MPrime Itália S.R.L. (MPrime Itália)
 PVGlass S.R.L. (PVGlass Itália)
 Martifer Solar UK, Limited (Martifer Solar UK)
 Wind Farm Oborniki Sp. Zo.o (Wind Farm Oborniki)
 Prio Meat S.R.L (Prio Meat)
 MTS Solar Sistemas Solares S.A. (Martifer Solar México)
 Prio Foods – AJFS, ACE (Prio Foods – AJFS)
 Saudi Martifer Constructions LLC (Saudi Martifer Constructions)
 Resun Developments, S.A. (Resun)
 Martifer Aurora Solar, LLC (Solar Aurora)
 Sol Cativante V, Lda. (Sol Cativante V)
 Sol Cativante VI, Lda. (Sol Cativante VI)
 Martifer Solar MZ, S.A. (Martifer Solar Moçambique)
 Greencoverage Unipessoal, Lda. (Greencoverage)

Em 2010:

Martifer Gestione Si Servicii, S.R.L. (Martifer Inovação Roménia)
MTS6 S.R.L. (MTS6)
Ginosa Solar Farm S.R.L. (Ginosa Solar Farm)
Solar Spritehood S.R.L. (Solar Spritehood)
Martifer - Construções Metálicas, Ltda (Martifer Brasil)
Martifer Solar SGPS, S.A. (Martifer Solar SGPS)
MT Silverado Fund LLC (Silverado)
Home Energy France S.A.S. (Home Energy França)
MPrime Solar Solutions, S.A. (MPrime)
Martifer Solar Canadá, Ltd. (Martifer Solar Canadá)
Eólica Faisa I, Ltda (Faisa I)
Eólica Faisa II, Ltda (Faisa II)
Eólica Faisa III, Ltda (Faisa III)
Eólica Faisa IV, Ltda (Faisa IV)
Eólica Faisa V, Ltda (Faisa V)
Eólica Icarai, Ltda. (Icarai)
Martifer Renewables Italy BV (Renewables Italy Holanda)
Martifer Constructions, S.A.S. (Martifer França)
Martifer Solar SK s.r.o. (Martifer Solar Eslováquia)
Canopy – Apollo S.A.S. (Canopy)
Parque Solar Segovia, S.L. (Segovia)
Parque Solar Quintanar, S.L. (Quintanar)
Parque Solar Seseña III, S.L. (Seseña III)
Inovsun, Lda. (Inovsun)
Prio Parque de Tanques de Aveiro, S.A. (Prio Tanques)

Aquisição de empresas:

Em 2011:

Canaverosa Renovables, SL (Canaverosa)
Sol Cativante II, S.A. (Sol Cativante II)
Sol Cativante IV, S.A. (Sol Cativante IV)
Sol Cativante, Lda. (Sol Cativante)
Park Charge-Energy Systems, Lda (Park Charge)
MPrime GmbH (Mprime GmbH)
Canopy – Naos (Canopy Naos)

Em 2010:

Gargano Solar Park, SRL (Gargano Solar Park)
MTSK1 s.r.o. (MTSK1)
Porthold Project Development BV (Porthold)

Alienação de empresas:

Em 2011:

Home Energy II, S.A. (Home Energy)
Repower Portugal – Sistemas Eólicos, S.A. (Repower Portugal)
WPT – Wind Power Transmission S.A.
Martifer Renewables Electricity LLC

Martifer Renewables Wind LLC
Martifer Renewables Solar Thermal LLC
MTSK1 s.r.o. (MTSK1))
Gesto Energia, S.A. (Gesto Energia)
Martifer Renewables II Microprodução, S.A. (Martifer Renewables II Microprodução)
G.I.G. - Gesto Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (G.I.G.)
Hidroavelar, Unipessoal Lda. (Hidroavelar)
Sociedade Hidroelétrica do Távora, Unipessoal Lda. (Soc. Hidroelétrica do Távora)
Sociedade Geotérmica da Bacia Lusitaniana, Unipessoal Lda. (Soc. Geotérmica da Bacia Lusitaniana)
Gesto Itália, S.R.L. (Gesto Itália)
Martifer II Inox SA (Arestalfer)
Martinox SA (Martinox Angola)
IWP Sp z.o.o. (IWP)
Bukowsko Wind Energy Sp. Z.o.o.(Bukowsko)
Eólica Faixa I, Ltda (Faixa I)
Eólica Faixa II, Ltda (Faixa II)
Eólica Faixa III, Ltda (Faixa III)
Eólica Faixa IV, Ltda (Faixa IV)
Eólica Faixa V, Ltda (Faixa V)
Eólica Faixa, Ltda. (Eólica Faixa))
Canopy – Apollo S.A.S. (Canopy)
Gargano Solar Park (Gargano)

Em 2010:

Wind Hidro Sun Energy Services, Lda. (WHS Energy Services)
Ground Investment Corp, S.R.L. (Ground Investment)
Nova Eco LLC (Nova Eco LLC)
Eviva Redecin Sp. Z o.o. (Eviva Redecin)
Eviva Rumsko Sp. Z o.o. (Eviva Rumsko)
Windpark Bippen GmbH & Co. KG (Bippen KG)
Windpark Holleben GmbH & Co. KG (Holleben KG)
Pro Wind LLC (Pro Wind)
Eviva Zebowo SP (Eviva Zebowo)
Eviva Gac SP (Eviva Gac)
Eviva Drzezewo SP (Eviva Drzezewo)
Clean Energy Solutions (Clean Energy Solutions)
Total Natural SRL (Total Natural)
Eviva S.R.O. (Eviva Eslováquia)

Alteração do método de consolidação:

Em 2011:

Ventipower, S.A. (Ventipower) – Em 2010 foi consolidada pelo método proporcional. Em 2011, este investimento está registado ao custo, em resultado da venda de 50% da participação na Repower Portugal, que cessou o controlo conjunto detido pelo grupo.

Gesto Energia, S.A. (Gesto Energia) – Em 2010 foi consolidada pelo método integral. Em 2011, após a venda de ações desta sociedade, o Grupo manteve apenas uma participação de 5%, a qual está registada ao custo.

MS – Participações Societárias, S.A. (MS Brasil) - de integral para equivalência patrimonial em virtude do contrato celebrado com o Santander no Brasil que define o controlo partilhado da sociedade.

Eólica Embuaca, Ltda. (Embuaca) - de integral para equivalência patrimonial em virtude do contrato celebrado com o Santander no Brasil que define o controlo partilhado da MS Brasil.

Eólica Mar e Terra, Ltda (Mar e Terra) - de integral para equivalência patrimonial em virtude do contrato celebrado com o Santander no Brasil que define o controlo partilhado da MS Brasil

Eólica Bela Vista, Ltda. (Bela Vista) - de integral para equivalência patrimonial em virtude do contrato celebrado com o Santander no Brasil que define o controlo partilhado da MS Brasil

Eólica Icarai, Ltda. (Icarai) - de integral para equivalência patrimonial em virtude do contrato celebrado com o Santander no Brasil que define o controlo partilhado da MS Brasil

Alteração do método de consolidação dos interesses financeiros detidos em empreendimentos conjuntamente controlados (do método de consolidação proporcional para o método da equivalência patrimonial) conforme explicado na Nota 1 acima.

Em 2010:

Parque Solar Seseña I, S.L. (Seseña I) – de integral para equivalência patrimonial em virtude da alteração na percentagem de participação detida pelo Grupo na participada

Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. (PE Penha da Gardunha) – de integral para proporcional em virtude da alteração na percentagem de participação e respetivo controlo sobre a participada que passou a ser conjunto

Nutre SGPS, S.A. (Prio SGPS)¹⁾
Nutre, S.A. (Prio Foods)¹⁾
Prio Agricultura, S.A. (Prio Agricultura Moçambique)¹⁾
Prio Agricultura, S.R.L. (Prio Agricultura Roménia)¹⁾
Prio Agromart S.R.L. (Prio Agromart)¹⁾
Prio Balta S.R.L. (Prio Balta)¹⁾
Prio Facaieni S.R.L. (Prio Facaieni)¹⁾
Prio Ialomita S.R.L. (Prio Ialomita)¹⁾
Prio Rapita S.R.L. (Prio Rapita)¹⁾
Prio Terra Agrícola S.R.L. (Prio Terra Agrícola)¹⁾
Prio Turism Rural S.R.L. (Prio Turism Rural)¹⁾
Agromec Balaciu (Agromec Balaciu)¹⁾
Miharox S.R.L. (Miharox)¹⁾
Zimbrul, S.A. (Zimbrul)¹⁾
Agrozootehnica, S.A. (Agrozootehnica)¹⁾
Prio Agrotrans S.R.L. (Prio Agrotrans)¹⁾
Prio Agricultura e Extração LTDA (Prio Agricultura e Extração)¹⁾
Prio Extractie S.R.L. (Prio Extractie)¹⁾
Prio Agro Industries, Sp. Z o.o. (Prio Polónia)¹⁾
Prio Biocombustibil S.R.L. (Prio Biocombustibil)¹⁾
Prio Advanced Fuels SGPS, S.A. (Prio AF SGPS)¹⁾
Prio Biocombustíveis, S.A. (Prio Biocombustíveis)¹⁾
Prio Energy, S.A. (Prio Energy)¹⁾
Mondefin (Mondefin)¹⁾
Veiga & Seabra, S.A. (Veiga & Seabra)¹⁾

¹⁾ Estas empresas alteraram o método de consolidação de integral para equivalência patrimonial em virtude da alteração na percentagem de participação detida pelo Grupo acompanhada pela perda de controlo económico nestas participadas.

3. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Para efeitos de gestão, o Grupo serve-se da sua organização interna como base para o seu reporte da informação por segmentos operacionais.

Conforme foi referido no Relatório Anual de 2010, e como consequência natural da focalização estratégica nos negócios principais, a Martifer alterou os segmentos operacionais relatáveis. A partir do exercício de 2011, o Grupo começou a apresentar as suas contas com a atividade dividida em dois segmentos principais: 'Construção Metálica' e 'Solar'. As outras atividades e empresas subsidiárias são incluídas no segmento 'Outros'. Este é o caso da Martifer Renewables (ou o segmento RE Developer).

O Grupo está organizado em duas áreas de negócio principais: 'Construção Metálica' e 'Solar', sendo ambas coordenadas e apoiadas pela Martifer SGPS. A área de negócio 'Construção Metálica' inclui as atividades de construção de estruturas metálicas em aço, fachadas em alumínio e vidro e soluções em aço inox. Inclui ainda, a divisão de Energia Eólica, de componentes, construção de parques eólicos chave na mão, divisão de Engenharia e a divisão Naval. O segmento 'Solar' abrange a produção de equipamentos para energia solar fotovoltaica, bem como, construção de parques em regime chave-na-mão, promoção, licenciamento, operação e manutenção de projetos.

O segmento 'RE Developer' integra a promoção e desenvolvimento de projetos de energia renovável, com especial enfoque no setor eólico. Os valores respeitantes a esta atividade, estão incluídos na linha 'Outros', em conjunto com a Martifer SGPS, a Martifer Inovação e Gestão, S.A. (MIG) e a Martifer Gestione Si Servicii, S.R.L. (MIG RO).

Para efeitos de comparabilidade, os valores referentes ao ano de 2010 foram reclassificados de acordo com a nova divisão das atividades do Grupo por segmento operacional.

As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na preparação da informação por segmentos foram os mesmos das demonstrações financeiras anexas (Nota 1).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as vendas e prestações de serviços por segmentos operacionais podem ser analisadas como se segue:

	VENDAS PARA CLIENTES EXTERNOS			VENDAS INTERSEGMENTOS		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Construção Metálica	223.600.054	339.180.647	347.672.732	66.440.677	116.038.573	116.511.106
Solar	290.082.512	213.380.354	213.380.354	72.727.548	97.385.192	97.385.192
Outros	18.169.580	24.128.218	26.172.752	27.959.452	17.907.469	18.339.090
	531.852.146	576.689.220	587.225.838	167.127.677	231.331.234	232.235.388

	TOTAL		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Construção Metálica	290.040.731	455.219.220	464.183.838
Solar	362.810.060	310.765.546	310.765.546
Outros	46.129.032	42.035.687	44.511.842
	698.979.823	808.020.453	819.461.226
Eliminações intersegmentos	(147.637.850)	(215.220.784)	(216.124.937)
Trabalhos para a própria empresa (Nota 5)	(19.489.826)	(16.110.450)	(16.110.450)
Vendas e das prestações de serviços para clientes externos	531.852.146	576.689.220	587.225.838

As vendas e prestações de serviços decresceram durante o exercício, quando comparado com o ano anterior. O segmento da 'Construção Metálica' registou uma diminuição de 34,1% nas vendas e prestações de serviços devido à menor atividade da divisão de Energia Eólica, à menor atividade na Península Ibérica e Europa de Leste, bem como ao reescalamento temporal na execução de alguns projetos em carteira. Gradualmente, a atividade no mercado Ibérico deverá ser compensada por outras geografias, tais como o Reino Unido, a França e o Brasil.

O segmento 'Solar' apresentou um elevado crescimento das vendas e prestações de serviços, na ordem dos 35,9%, quando comparado com o ano de 2010. Este crescimento significativo é resultado da estratégia de internacionalização implementada durante 2010, através da qual a Martifer Solar diversificou a sua atividade para outras geografias, de forma a tirar partido da atual tendência favorável do setor fotovoltaico.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os resultados operacionais antes (EBITDA) e depois de depreciações/amortizações e provisões e perdas de imparidade (EBIT) e o resultado líquido do exercício (RLE) por segmentos operacionais podem ser analisados como se segue:

	EBITDA			EBIT		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Construção Metálica	(20.108.840)	16.327.685	16.657.894	(35.783.547)	645.760	76.926
Solar	20.075.287	22.168.079	22.168.079	18.051.531	18.086.772	18.086.772
Outros	8.981.682	18.087.934	20.140.012	(3.034.916)	(40.443.601)	(39.131.200)
	8.948.129	56.583.698	58.965.985	(20.766.932)	(21.711.069)	(20.967.502)

	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Construção Metálica	(42.965.113)	(12.694.790)	(12.823.865)
Solar	9.483.084	10.404.086	10.404.086
Outros	(14.047.441)	(49.998.923)	(49.964.486)
	(47.529.470)	(52.289.627)	(52.384.265)

Os resultados operacionais antes de depreciações/amortizações, provisões e perdas de imparidade (EBITDA) atingiram, no exercício de 2011, 8,9 milhões de euros devido à fraca performance operacional na Construção Metálica, prejudicada pela redução de atividade em geral verificada no setor e pelo plano de reestruturação em curso, e às margens mais reduzidas nos projetos solares, bem como o esforço de internacionalização e custos de entrada associados nesta área de negócio.

Em particular, esta fraca performance operacional na Construção Metálica deveu-se às margens negativas verificadas em 2011 na atividade desenvolvida na Europa de Leste e Austrália e ao impacto da integração do *cluster* eólico em Portugal, que apresentou um nível reduzido de atividade e consequente incapacidade para diluir os custos fixos.

No segmento Solar, a margem EBITDA é mais baixa do que a registada no ano anterior, maioritariamente devido ao ambiente competitivo mais forte e também ao esforço na internacionalização, com os custos de entrada respetivos.

As perdas e os ganhos em empresas associadas, o valor de balanço dos ativos financeiros em associadas, bem como a constituição e reversão de provisões e perdas de imparidade por segmentos operacionais são como se segue:

	PERDAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS			GANHOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Construção Metálica	3.001.056	1.351.827	-	986.729	165.206	-
Solar	253.187	-	-	262.902	-	-
Outros	4.111.886	5.472.390	4.958.910	3.507.384	1.906.734	1.110.974
	7.366.129	6.824.217	4.958.910	4.757.015	2.071.940	1.110.974

	ATIVOS FINANCEIROS REGISTRADOS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Construção Metálica	2.012.779	15.575.985	-
Solar	23.961	5.458.396	5.458.396
Outros	12.831.087	8.986.744	6.495.894
	14.867.827	30.021.125	11.954.290

	PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE DO EXERCÍCIO			REVERSÕES DE PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE DO EXERCÍCIO		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Construção Metálica	6.376.810	5.652.248	5.652.248	263.369	-	-
Solar	1.916.289	1.768.487	1.768.487	2.095.687	-	-
Outros	4.236.427	46.349.313	46.443.787	20.127	-	-
	12.529.526	53.770.048	53.864.522	2.379.183	-	-

A divisão do ativo líquido total e do passivo do Grupo por segmentos operacionais, em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, pode ser analisada como se segue:

	ATIVO			PASSIVO		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Construção Metálica	422.316.180	511.595.743	522.950.636	313.526.187	436.923.401	449.415.250
Solar	316.051.710	248.776.546	248.776.546	238.252.385	180.667.686	180.667.686
Outros						
RE Developer	245.416.809	264.093.587	287.128.703	104.138.288	203.102.475	233.772.689
Holding and MIGs	551.616.966	511.288.018	511.288.018	165.041.863	151.012.332	151.012.332
Eliminações intragrupo	(497.568.330)	(440.056.243)	(444.092.557)	(66.442.024)	(216.368.943)	(229.064.607)
	1.037.833.335	1.095.697.651	1.126.051.346	754.516.699	755.336.952	785.803.351

O investimento (aquisições de ativos fixos tangíveis e intangíveis) e as depreciações/amortizações do Grupo por segmentos operacionais até 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são como se segue:

	INVESTIMENTO			AMORTIZAÇÕES		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Construção Metálica	13.720.635	7.194.856	12.027.285	9.572.328	10.124.151	10.928.719
Solar	27.878.864	11.758.640	11.758.640	2.422.225	2.312.821	2.312.821
Outros	19.655.340	27.370.195	31.029.581	7.570.165	12.087.748	12.827.425
	61.254.840	46.323.691	54.815.505	19.564.718	24.524.720	26.068.965

O aumento verificado no investimento em ativos tangíveis e intangíveis em 2011, face ao período homólogo, justifica-se pela construção de parques eólicos da área RE Developer, nomeadamente o parque eólico Babadag na Roménia, que o Grupo espera alienar a médio prazo, ao desenvolvimento de projetos solares nos EUA e em França pela Martifer Solar e pela construção da nova unidade de construção metálica no Brasil e investimento de manutenção diverso (Notas 17 e 18).

As vendas e prestações de serviços para clientes externos, por geografia, podem ser analisadas como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Península Ibérica	131.459.157	224.839.497	227.157.197
União Europeia	256.730.493	203.250.799	211.264.359
Outros Mercados	143.662.495	148.598.924	148.804.282
	531.852.146	576.689.220	587.225.838

Em 2011, verificou-se a redução do peso da Península Ibérica nas vendas e prestações de serviços totais do Grupo para 24,7% (2010: 39%).

Os ativos detidos e os investimentos efetuados por geografia podem ser analisados como se segue:

	ATIVO			INVESTIMENTO		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Península Ibérica	554.487.125	980.678.023	1.007.412.861	12.308.657	5.786.604	10.068.538
União Europeia	310.540.782	32.608.464	33.324.039	23.724.187	29.758.685	29.855.861
Outros Mercados	172.805.428	82.411.164	85.314.446	25.221.996	10.778.402	14.891.106
	1.037.833.335	1.095.697.651	1.126.051.345	61.254.840	46.323.691	54.815.505

4. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 têm a seguinte composição:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Vendas de mercadorias	143.766.817	120.998.709	116.918.673
Vendas de produtos	184.513.128	258.926.636	271.698.085
Prestações de serviços	203.572.201	196.763.875	198.609.081
Total das Vendas e Prestações de serviços	531.852.146	576.689.220	587.225.838

5. OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Variação da produção	(1.229.729)	(1.160.333)	(1.208.616)
Trabalhos para a própria empresa	19.489.826	16.110.450	16.110.450
Total dos outros rendimentos	18.260.097	14.950.118	14.901.834

O aumento verificado na rubrica 'Trabalhos para a própria empresa', durante o exercício de 2011, está relacionado, essencialmente, com a construção dos parques eólicos na Roménia, no segmento 'RE Developer', de um parque solar no segmento 'Solar' em Itália, bem como com o início da construção da fábrica de estruturas metálicas no Brasil, no segmento 'Construção Metálica'.

6. CUSTO DAS MERCADORIAS E SUBCONTRATOS

O custo das mercadorias e dos subcontratos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisado como se segue:

ANO 2010	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências iniciais	16.954.342	21.017.753	37.972.094
Compras	8.357.207	247.404.188	255.761.396
Variações de perímetro, diferenças cambiais, transferências e outros	(6.446.408)	(687.980)	(7.134.389)
Existências finais	(10.824.027)	(35.051.566)	(45.875.592)
	8.041.114	232.682.395	240.723.509
Subcontratos			142.792.905

ANO 2010 REEXPRESSO	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências iniciais	16.954.342	21.017.753	37.972.094
Alteração método de consolidação	(4.094.558)	(2.337.398)	(6.431.956)
Compras	8.239.362	242.440.129	250.679.492
Variações de perímetro, diferenças cambiais, transferências e outros	(6.579.073)	(84.892)	(6.663.966)
Existências finais	(6.478.958)	(32.555.678)	(39.034.637)
	8.041.114	228.479.913	236.521.027
Subcontratos			142.735.342

ANO 2011	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Existências iniciais	6.478.958	32.555.678	39.034.637
Compras	23.891.843	270.992.531	294.884.374
Variações de perímetro, diferenças cambiais, transferências e outros	(6.174.860)	(18.263.416)	(24.438.277)
Existências finais	(7.959.678)	(14.706.812)	22.666.490
	16.236.263	270.577.981	286.814.244
Subcontratos			101.667.505

7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Trabalhos especializados	26.225.835	28.527.236	30.239.857
Rendas e alugueres	15.821.094	17.298.452	16.820.952
Transportes de mercadorias	14.251.035	13.914.114	13.946.385
Honorários	5.612.011	7.750.352	7.865.977
Deslocações e estadas	5.348.475	6.249.835	6.378.779
Eletricidade e combustíveis	5.152.551	5.875.384	6.004.251
Seguros	4.235.809	4.216.818	4.451.660
Conservação e reparação	3.149.374	3.765.562	3.944.135
Comunicação	1.944.874	1.859.570	1.920.288
Vigilância e segurança	1.702.007	1.676.363	1.716.167
Ferramentas e utensílios	1.273.699	1.372.251	1.388.690
Publicidade e propaganda	1.212.540	1.166.352	1.168.193
Contencioso e notariado	965.930	1.274.109	1.322.073
Comissões	792.158	1.107.643	1.108.177
Limpeza, higiene e conforto	786.045	1.032.988	1.052.638
Outros	5.947.621	6.518.578	7.801.772
Eliminações intragrupo	(16.086.395)	(21.139.770)	(22.357.369)
	78.334.663	82.465.839	84.772.625

8. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Remunerações	61.839.837	59.616.057	60.715.628
Encargos sociais:			
Pensões e outros benefícios concedidos	46.543	58.006	59.192
Outros	16.265.389	16.555.416	16.860.123
	78.151.769	76.229.479	77.634.943

A rubrica 'Pensões e outros benefícios concedidos' inclui os valores depositados nos respetivos exercícios no fundo gerido pela Companhia de Seguros Global, conforme descrito nas Notas 1 xxi) e 37, bem como o justo valor dos serviços prestados no âmbito do plano de opções sobre ações (Notas 1 xxi) e 27).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica 'Outros' inclui, essencialmente, os custos suportados com a Segurança Social, com os subsídios de refeição e de doença e com os seguros de acidentes de trabalho.

NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios de 2011 e 2010, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo pode ser analisado como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Administradores	15	17
Empregados	1.985	2.242
Assalariados	1.124	1.034
	3.124	3.293
Portugueses	1.792	2.170
Portugueses no estrangeiro e estrangeiros	1.332	1.123
	3.124	3.293

9. OUTROS RENDIMENTOS / (GASTOS) OPERACIONAIS

Os outros rendimentos e gastos operacionais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Impostos	(1.967.548)	(3.975.271)	(4.046.440)
Perdas de imparidade e reversões de perdas de imparidade:			
- Clientes	(4.232.218)	1.565.988	1.565.988
- Outras perdas de imparidade	269.790	19	27.143
Proveitos suplementares	2.280.806	1.504.839	1.524.504
Ganhos/ (Perdas) capital em ativos não financeiros	1.290.329	-	-
Subsídios à exploração (Nota 38)	760.452	386.879	436.007
Subsídios ao investimento	315.540	-	-
Outros rendimentos /(gastos) operacionais	5.086.916	3.413.594	3.255.094
	3.804.067	2.896.048	2.762.295

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica inclui o efeito decorrente da capitalização de custos de desenvolvimento de parques eólicos, no segmento RE Developer, e também um rendimento relativo à recuperação de uma penalidade contratual suportada em 2010 e registada em custos nesse exercício, no valor de 1,4 milhões de euros, no segmento Construção Metálica, a qual foi reclamada e teve decisão favorável por parte do tribunal arbitral.

Durante o exercício de 2011, foram reforçadas as perdas de imparidade, sobretudo para para clientes e outros devedores, as quais foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica. Estas perdas de imparidade afetaram sobretudo o segmento da construção metálica, que aumentou as perdas de imparidades em Euro 2,7 milhões. De salientar que, em 2010, a constituição de perdas de imparidade para clientes foi apresentada na rubrica 'Provisões e perdas de imparidade' conforme refletido na nota seguinte.

10. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE

As provisões e as perdas de imparidade dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Perdas de imparidade em Goodwill (Nota 16)	790.190	20.371.745	20.371.745
Perdas de imparidade em ativos financeiros	6.106.747		
Perdas de imparidade em ativos intangíveis	-	4.851.537	4.851.537
Perdas de imparidade em ativos fixos tangíveis	219.071	12.518.916	12.518.916
Perdas de imparidade em clientes e outros devedores	-	3.768.430	3.790.278
	7.116.008	41.510.628	41.532.476
Provisões Cap. Próprio negativo de participações em equival. patrimonial	1.177.299		
Provisões para garantias de qualidade	(402.731)		
Outras provisões	2.259.767	12.259.419	12.332.046
	3.034.335	12.259.419	12.332.046

A variação ocorrida nas 'Perdas de Imparidade' deve-se, essencialmente, ao facto de a área de negócio 'RE Developer' ter reconhecido, durante o exercício de 2010, Euro 44.803.164 de perdas de imparidade não recorrentes, na sequência da incorporação, nas perspetivas futuras dos projetos, do comportamento dos mercados e do setor financeiro.

No último trimestre de 2011, foi registada uma perda de imparidade em ativos financeiros antecipando o efeito da venda potencial da participação de 50% na empresa Martifer – Hirschfeld Energy Systems nos Estados Unidos.

11. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como se segue:

RENDIMENTOS E GANHOS FINANCEIROS	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Empréstimos e contas a receber (incluindo depósitos bancários)			
Juros obtidos	3.605.978	5.430.156	4.941.294
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Rendimentos de participação de capital	-	2.745.389	2.745.389
Ganhos na alienação de ativos financeiros	-	3.004.041	3.004.041
Ativos financeiros detidos para venda			
Ganhos na alienação de ativos financeiros	7.188.806	13.062.857	13.062.857
Outros proveitos e ganhos financeiros relativos a outros ativos financeiros			
Diferenças de câmbio favoráveis	20.146.656	16.112.492	16.118.003
Descontos de pronto pagamentos obtidos	-	152.381	152.886
Outros proveitos e ganhos financeiros	1.262.808	269.860	272.394
	32.204.248	40.777.175	40.296.864

GASTOS E PERDAS FINANCEIRAS	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Empréstimos e contas a pagar			
Juros suportados em empréstimos bancários e em operações de locação financeira	24.163.100	21.877.423	22.884.203
Encargos financeiros incluídos no custo de aquisição de ativos em construção	(1.594.710)	(240.654)	(240.654)
Juros dos Swaps	306.874	418.101	418.101
Investimentos disponíveis para venda			
Perdas na alienação de investimentos	2.247.336	15.231.922	15.231.922
Outros custos e perdas financeiros relativos a outros passivos financeiros			
Diferenças de câmbio desfavoráveis	22.444.986	13.854.587	13.866.171
Descontos de pronto pagamentos concedidos	-	50.767	50.767
Outros custos e perdas financeiros	8.381.256	5.040.192	5.139.652
	55.948.842	56.232.338	57.350.161

A redução ocorrida nos Proveitos Financeiros, comparando com o exercício de 2010, deve-se, essencialmente à perda reconhecida pela perda de controlo nas filiais Nutre (anteriormente denominada Prio Foods) e Prio Energy, as quais originaram um ganho em 2010 no valor de Euro 13,1 milhões.

Os 'Ganhos na alienação de ativos financeiros detidos para venda' e as 'Perdas na alienação de ativos financeiros' em 2011, respeitam às mais e menos valias associadas, essencialmente, à venda de 50% da Repower Portugal à Repower Systems AG, à venda da Home Energy à EDP Serviços, à venda de dois parques eólicos na Polónia – Leki Dukieslskie (10MW) e Bukowsko (18MW) – ambos em operação – e à venda da participação na Arestalfer.

As rubricas 'Diferenças de câmbio favoráveis / (desfavoráveis)' estão relacionadas com a ocorrência de variações cambiais, essencialmente nas participadas do Grupo localizadas na Roménia, Polónia e Angola, sendo que a sua variação, face ao período homólogo, relaciona-se particularmente com a depreciação do Zloty (Polónia) e do Kwanza (Angola) face ao Euro.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, para efeito de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição de ativos em construção, foi utilizada uma taxa média de 8,41% e de 2,31%, respetivamente.

Os 'Encargos financeiros incluídos no custo de aquisição de ativos em construção' verificaram um aumento relativamente ao ano de 2010, em virtude da capitalização de encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para a construção de ativos que se qualificam e que tiveram início após a entrada em vigor da IAS 23 revista. Os principais valores referem-se aos encargos capitalizados na construção dos parques eólicos na Roménia e projetos solares nos Estados Unidos.

12. GANHOS / (PERDAS) EM EMPRESAS ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os ganhos e as perdas em empresas associadas e empresas conjuntamente controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Grupo Nutre (anteriormente designado Prio Foods)	(4.005.476)	(4.957.673)	(4.957.673)
Grupo Prio Energy	2.449.092	1.110.974	1.110.974
Martifer – Hirschfeld Energy Systems LLC	(2.669.655)	(607.560)	-
SPEE 2 – Parque Eólico de Vila Franca de Xira, S.A.	589.221	574.390	-
Ventinveste, S.A.	-	(394.510)	-
Gebox, S.A.	152.423	(267.326)	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	(34.114)	-
SPEE 3 – Parque Eólico do Baião, S.A.	190.790	221.369	-
Canaverosa Renovables, SL	9.715	-	-
Parque Solar Seseña I, S.L.	278.282	(1.237)	(1.237)
Promoquatro – Investimentos Imobiliários, Lda.	(186.546)	(247.074)	-
M City Bialystok Sp. Zo.o	834.306	-	-
M City Radom Sp. Zo.o	(144.855)	(105.577)	-
Repower Portugal - Sistemas Eólicos, SA	-	(122.563)	-
Ventipower, SA	-	165.206	-
Outras participações em associadas	(106.410)	(86.583)	0
	(2.609.114)	(4.752.277)	(3.847.936)

Em 2011, o Grupo procedeu à alteração do método de consolidação dos interesses financeiros que detem em empreendimentos conjuntamente controlados (do método de consolidação proporcional para o método da equivalência patrimonial). Os ganhos e perdas registados no exercício relativamente a estas participações estão incluídos nesta rubrica.

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe dos ativos e passivos geradores de impostos diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisado da seguinte forma:

	ANO 2011		ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS DEDUTÍVEIS	BASE	IMPOSTO DIFERIDO	BASE	BASE
Com impacto em resultado líquido				
Provisões não aceites fiscalmente	3.103.473	862.077	3.299.192	3.299.192
Prejuízos fiscais	36.068.914	9.420.512	21.316.700	23.096.596
Acréscimos de custos não aceites fiscalmente	-	-	-	-
Outras	2.749.738	1.081.846	2.887.013	2.887.013
Com impacto em capital próprio				
Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	366.141	97.027	383.148	383.148
Benefícios fiscais	(851)	-	1.108.489	1.108.489
Outras	111.324	29.500	-	-
	42.398.739	11.490.962	28.994.542	30.774.437

DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS TRIBUTÁVEIS	ANO 2011		ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
	BASE	IMPOSTO DIFERIDO	BASE	BASE
Com impacto em resultado líquido				
Revalorização de ativos fixos tangíveis	13.769.309	4.091.754	22.940.358	22.940.358
Diferimento de tributação de mais valias	60.565	325	92.668	92.668
Acréscimos de rendimentos não tributados	8.958.432	2.776.032	17.135.420	17.152.934
Outras	1.687.586	103.861	965	965
Com impacto em capital próprio				
Justo valor na aquisição de subsidiárias	5.800.770	1.102.146	-	-
Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	-	-	-	9.297
Outras	143.499	32.229	1.290.738	1.281.441
	30.420.161	8.106.346	41.460.149	41.477.663

A distribuição dos impostos diferidos por geografia pode ser apresentada como se segue:

	IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS			IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Austrália	689.623	203.239	203.239	689.623	445.525	445.525
Brasil	378.696	-	-	-	-	-
Canadá	103.297	-	-	-	-	-
Eslováquia	76.803	9.311	9.311	-	-	-
Espanha	3.069.007	1.180.724	1.180.724	-	-	-
Estados Unidos	-	-	489.184	1.091.930	-	-
França	-	260.168	260.168	-	-	-
Itália	454.667	396.698	396.698	-	2.719.717	2.719.717
México	34.163	-	-	-	-	-
Moçambique	19.293	-	-	-	-	-
Polónia	654.750	443.318	443.318	1.326.353	1.515.445	1.515.445
Portugal	5.402.300	2.776.194	2.865.841	4.998.440	5.647.652	5.653.326
Reino Unido	111.725	-	-	-	-	-
Roménia	496.639	597.586	597.586	-	-	-
	11.490.963	5.867.238	6.446.069	8.106.346	10.328.339	10.334.013

Do montante de impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, registados a 31 de dezembro de 2011, que totaliza Euro 9.420.512 euros, cerca de 51% foram gerados em Portugal e têm como data limite de utilização 2015. O Grupo reconheceu estes valores de impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais com base nas projeções elaboradas para os respetivos negócios, que demonstram que serão realizados lucros fiscais futuros que assegurem a sua recuperabilidade.

Em 31 de dezembro de 2011, os ativos e passivos por impostos diferidos ascendiam a Euro 11.490.962 e Euro 8.106.346, respetivamente (2010: Euro 5.867.238 e Euro 10.328.339, respetivamente), sendo o efeito na demonstração dos resultados positivo de Euro 7.707.672 (2010: efeito negativo de Euro 2.950.182).

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, face à legislação fiscal em vigor em Portugal no que concerne à tributação de dividendos, as diferenças temporárias relativas a resultados apropriados de subsidiárias, associadas e participadas para as quais não foram registados passivos por impostos diferidos não são materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente pode ser analisada como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Imposto corrente	8.116.501	7.420.937	7.895.555
Impostos diferidos relativos ao reconhecimento de diferenças temporárias	(2.634.553)	(758.977)	(758.977)
Impostos diferidos relativos à reversão de diferenças temporárias	(2.213.312)	4.272.731	4.272.731
Efeito das alterações nas taxas de imposto		-	-
Registo de ativos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis	(2.859.807)	(563.572)	(893.778)
Imposto diferido	(7.707.672)	2.950.182	2.619.975
Imposto do exercício	408.830	10.371.119	10.515.530

Em 31 de dezembro de 2011, a reconciliação entre a taxa normal e efetiva de imposto é como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Resultado antes de impostos	(47.120.640)	(41.918.508)	(41.868.736)
Imposto nominal sobre o rendimento (taxa nominal de 26,5%)	(12.486.970)	(11.108.405)	(11.095.215)
Resultados isentos de tributação:			
Alienação de ativos financeiros	(1.358.718)	(57.326)	(57.326)
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais:			
Amortizações de reavaliações de ativos fixos tangíveis			
Imparidade de ativos	1.885.742	12.091.824	12.091.824
Outros	562.187	-	-
Resultados em associadas em equivalência patrimonial	450.998	1.071.173	1.089.139
Utilização de benefícios fiscais	(182.288)	(1.345.239)	(1.878.325)
Prejuízos fiscais gerados no exercício para os quais não foi reconhecido imposto diferido ativo	12.284.021	9.727.107	10.088.237
Taxas de imposto diferenciadas	321.489	506.949	598.206
Excesso/ Insuficiência de estimativa de imposto	(463.760)	-	-
Outros ajustamentos	(603.871)	(514.965)	(321.011)
Imposto efetivo sobre o rendimento	408.830	10.371.119	10.515.530

A Martifer SGPS, S.A. e as suas empresas participadas encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 12,5% até ao quantitativo da matéria coletável de 12.500 Euros, sendo que ao seu excedente se aplica uma taxa de 25%, acrescida de derrama municipal à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%. Sobre a parte do lucro tributável sujeito a IRC superior a 2.000.000 Euros, incide ainda, a título de derrama estadual, uma taxa adicional de 2,5%.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a sociedade encontra-se, adicionalmente, sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referenciado normativo.

No exercício de 2011, a Martifer SGPS, S.A. optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), do qual fazem parte as empresas portuguesas em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 90% do seu capital e que cumprem simultaneamente com as restantes condições definidas por aquele regime.

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo Martifer, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Adicionalmente, os resultados gerados em subsidiárias estrangeiras são tributados às taxas de imposto sobre o rendimento locais, nomeadamente, os resultados gerados em Espanha, Polónia, Roménia, França, Itália e Bélgica são tributados, respetivamente a 30%, 19%, 16%, 33,9%, 28% e 34%.

Mais se informa que o Estado Polaco atribuiu à Martifer *Polska* uma isenção fiscal de Impostos sobre lucros durante 19 anos. No entanto, uma vez que o benefício fiscal está diretamente correlacionado com o valor dos lucros tributáveis futuros, não é possível quantificar o montante futuro de tal benefício, pelo que o mesmo não foi alvo de registo.

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos poderão ser alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2007 a 2010, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

Conforme corroborado pelos nossos advogados, não existem ativos ou passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis ou possíveis ou a liquidações adicionais recebidas das Autoridades Fiscais que devessem ser alvo de divulgação no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

14. DIVIDENDOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Acionistas que o resultado líquido negativo, das demonstrações financeiras individuais, de Euro 21.227.709,94, registado no ano de 2011, seja transferido para Resultados Transitados.

Em 2011 não foram distribuídos dividendos. Em 2010, foram distribuídos Euro 10.000.000 de dividendos, correspondentes à distribuição de um dividendo bruto por ação de 10 cêntimos.

15. RESULTADOS POR AÇÃO

A Martifer SGPS emitiu apenas ações ordinárias, pelo que não existem direitos especiais de dividendo ou voto.

A Martifer tem apenas um tipo de potenciais ações ordinárias dilutivas: as opções sobre ações. Para efeitos de cálculo do resultado por ação diluído é necessário determinar se estas opções, independentemente de poderem ou não ser exercidas, têm efeito de diluição, o que ocorre quando o preço de exercício da opção é inferior ao preço de mercado das ações.

Na medida em que o preço médio de mercado das ações da Martifer, no período compreendido entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2011, se situou no Euro 1,29, inferior ao preço de exercício das opções (Euro 3,84), as mesmas consideram-se não dilutivas porque o seu exercício daria lugar a uma redução do número de ações ordinárias em circulação.

Assim, em 31 de dezembro de 2011 não existe diferença entre o cálculo dos resultados por ação básicos e o cálculo dos resultados por ação diluídos.

O capital social da Martifer SGPS SA é representado por 100.000.000 de ações ordinárias, totalmente subscritas e realizadas, representativas de um capital social de Euro 50.000.000.

O número médio ponderado de ações em circulação encontra-se deduzido de 1.180.942 ações correspondente a um volume de ações próprias adquiridas pela Martifer SGPS, durante o exercício de 2010 e 2011, de 1.747.651 ações.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o cálculo do resultado por ação básico e diluído pode ser demonstrado como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Resultado líquido do exercício (I)	(49.600.348)	(54.799.419)	(54.894.057)
Número médio ponderado de ações em circulação (II)	98.819.058	99.929.092	99.929.092
Resultado por ação básico e diluído (I) / (II)	(0,5019)	(0,5484)	(0,5493)

16. GOODWILL

A informação relevante sobre as aquisições efetuadas pelo Grupo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, pode ser resumida como se segue:

EMPRESA ADQUIRIDA	ATIVIDADE	DATA DE AQUISIÇÃO	% DE PARTICIPAÇÃO AQUISIÇÃO	CUSTO DE AQUISIÇÃO
Eviva Wiatrowa	Geração de Energia Elétrica	junho 2008	-	790.190
M PRIME GMBH	Comercialização de sistemas de captação de energia solar	dezembro 2011	75%	28.000
				818.190

Relativamente à participação na Eviva Wiatrowa, foram efetuados em 2011 três pagamentos por *milestones*, de acordo com o contrato de compra e venda inicial, tendo sido corrigido o preço de aquisição, de acordo com as disposições da IFRS 3 aplicáveis à data de aquisição da participada.

As aquisições acima referidas foram contabilizadas de acordo com o método da compra e tiveram, maioritariamente, como contrapartida da sua aquisição numerário.

Como resultado das aquisições acima referidas, o Grupo não decidiu abandonar/alienar qualquer das operações desenvolvidas pelas empresas adquiridas.

O detalhe do exercício de imputação de justo valor aos ativos e passivos adquiridos pode ser resumido como se segue:

	VALOR DE BALANÇO DOS ATIVOS E PASSIVOS ADQUIRIDOS ANTES DA AQUISIÇÃO	AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR	JUSTO VALOR
Ativos Líquidos adquiridos			
Caixa e seus equivalentes	25.000	-	25.000
	25.000	-	25.000
Goodwill gerado nas aquisições			
			793.190
Total do custo de aquisição			818.190
Valor de aquisição a liquidar em espécie			-
Total dos custos de aquisição liquidados em numerário			818.190
Fluxos de caixa resultantes das aquisições:			
Montante de caixa e seus equivalentes pago			818.190
Montante de caixa e seus equivalentes nas empresas adquiridas			(25.000)
			793.190

O contributo das empresas adquiridas para os proveitos operacionais e para o resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, entre a data da sua aquisição e 31 de dezembro é imaterial. De igual forma, o efeito da consolidação de tais empresas desde 1 de janeiro de 2011, ao nível do resultado líquido e de proveitos operacionais é imaterial e por esse motivo não é divulgado.

Em virtude de as aquisições de empresas ocorridas entre 31 de dezembro de 2011 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras serem imateriais, o Conselho de Administração do Grupo não procedeu à divulgação de informação sobre as mesmas.

O movimento ocorrido na rubrica de 'Goodwill' nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Valor Bruto			
Saldo Inicial	43.073.211	67.513.979	67.513.979
Aquisições de filiais	793.190	1.927.961	1.927.961
Alterações resultantes da perda de controlo nas subsidiárias:			
- Parque Eólico Penha da Gardunha	-	(1.698.870)	(1.698.870)
Alienação de subsidiárias	(278.659)	(7.255.986)	(7.255.986)
Reclassificação resultante da alteração do método de consolidação (empreendimentos conjuntamente controlados):			
- Parque Eólico Penha da Gardunha	-	(1.974.515)	-
- Ventinveste	-	(473.525)	-
- M City Bialystok	-	(4.733)	-
- Macquarie	-	(16.850.087)	-
- Silverton	-	(249.875)	-
Atualização cambial	175.276	2.293.143	2.293.143
Anulação do Goodwill totalmente perdido	(24.836.560)	-	-
Outros	-	(154.280)	(154.280)
Saldo Final	18.926.458	43.073.211	62.625.947
Perdas de imparidade acumuladas			
Saldo inicial	24.836.559	27.018.396	27.018.396
Perdas de imparidade do exercício	790.190	20.371.745	20.371.745
Alienação de filiais	-	(5.453.620)	(5.453.620)
Reclassificação resultante da alteração do método de consolidação (empreendimentos conjuntamente controlados):			
- Macquarie	-	(16.850.087)	-
- Silverton	-	(249.875)	-
Anulação do Goodwill totalmente perdido	(24.836.560)	-	-
Outros	-	-	-
Saldo Final	790.190	24.836.559	41.936.522
Valor líquido no início do ano	18.236.652	40.495.583	40.495.583
Valor líquido no final do ano	18.136.269	18.236.652	20.689.425

O detalhe do 'Goodwill', com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, pode ser analisado como se segue:

		ANO 2011		ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
	VALOR BRUTO	IMPARIDADES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Martifer Construções	5.448.792	-	5.448.792	5.448.792	5.448.792
Sassall Glass & Joinery	4.994.727	-	4.994.727	4.837.691	4.837.691
Martifer Metallic Constructions	3.898.809	-	3.898.809	4.127.466	4.127.466
Navalria	1.618.675	-	1.618.675	1.618.675	1.618.675
Martifer Solar	1.493.776	-	1.493.776	1.493.776	1.493.776
Martifer Solar USA	383.467	-	383.467	371.328	371.328
Sassall Aluminium	194.040	-	194.040	187.940	187.940
Martifer Solar Hellas	72.205	-	72.205	72.205	72.205
Gargano Solar Park	-	-	-	50.002	50.002
Porthold	14.379	-	14.379	14.379	14.379
MGI	8.373	-	8.373	8.373	8.373
Martifer GmbH	6.026	-	6.026	6.026	6.026
Parque Eólico Penha da Gardunha	-	-	-	-	1.974.515
Ventinveste	-	-	-	-	473.525
M City Bialystok	-	-	-	-	4.733
Eviva Wiatrowa	790.190	(790.190)	-	-	-
M Prime GmbH	3.000	-	3.000	-	-
	18.926.459	(790.190)	18.136.269	18.236.652	20.689.425

As alterações efetuadas nos segmentos operacionais não deram origem à necessidade de realocar o Goodwill.

O processo de apuramento do justo valor dos ativos e passivos obtidos nas aquisições, bem como o apuramento definitivo do valor do Goodwill, foi realizado com base nas demonstrações financeiras das empresas adquiridas à data da respetiva aquisição.

O Grupo tem por procedimento efetuar testes anuais de imparidade ao Goodwill, tal como definido na secção 'Principais critérios valorimétricos'. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram registadas perdas de imparidade relativas ao Goodwill no valor de Euro 790.190, no segmento de RE Delevoper. Estas perdas de imparidade estão registadas na linha "Provisões e perdas de imparidade" da Demonstração dos Resultados.

Para efeitos da análise de imparidade, o Goodwill foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa que se espera que beneficiem das sinergias da concentração de atividades empresariais, dentro de cada segmento operacional. A quantia recuperável de cada uma das unidades geradoras de caixa foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base *business plans* desenvolvidos pelos responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que variam de acordo com os riscos inerentes aos diversos negócios.

Em 31 de dezembro de 2011, os métodos e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, para os principais valores de Goodwill registados por cada um dos segmentos nas demonstrações financeiras anexas foram como se segue:

CONSTRUÇÃO METÁLICA

	MARTIFER CONSTRUÇÕES	MARTIFER METALLIC CONSTRUCTIONS	SASSAL ALUMINIUM	NAVALRIA
Goodwill	5.448.792	3.898.809	4.994.727	1.618.675
Período utilizado	Projeções de cash flows para 5 anos	Projeções de cash flows para 5 anos	Projeções de cash flows para 5 anos	Projeções de cash flows para 5 anos
Taxas de crescimento (g) ¹	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de desconto utilizada ²	8,70%	9,27%	10,27%	9,29%

¹ Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan

² Taxa de desconto aplicada aos cash flows projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais das unidades geradoras de caixa deste segmento, descontados à taxa considerada aplicável a cada negócio, concluiu que, em 31 de dezembro de 2011, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o Goodwill, não excede o seu valor recuperável.

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

SOLAR

	MARTIFER SOLAR
Goodwill	1.493.776
Período utilizado	Projeções de cash flows para 5 anos
Taxas de crescimento (g) ¹	1,00%
Taxa de desconto utilizada ²	9,76%

¹ Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan

² Taxa de desconto aplicada aos cash flows projetados

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e tiveram em conta as expectativas de desenvolvimento do negócio. O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais descontados à taxa considerada aplicável a cada negócio, concluiu que, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o respetivo Goodwill, não excede o seu valor recuperável. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade, para além da perda já registada.

17. ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Valor bruto			
Software e outros direitos	30.057.374	16.532.351	16.624.051
Ativos intangíveis em curso	17.841.232	12.066.914	12.493.653
Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	687.015	26.672	5.874.994
	48.585.621	28.625.938	34.992.699
Amortizações Acumuladas e Imparidades			
Software e outros direitos	8.584.677	6.235.890	6.334.328
Ativos intangíveis em curso	-	-	-
Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	-	-	-
	8.584.677	6.235.890	6.334.328
Valor líquido	40.000.945	22.390.048	28.658.371

A informação relativa aos valores brutos do ativo intangível, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

ANO 2010	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
Saldo inicial 1 janeiro 2010	46.579.990	13.461.339	4.785.551	64.826.880
Aumentos	1.707.107	3.507.309	1.976.113	7.190.528
Alienações e abates	(17.299)	(4.194)	-	(21.493)
Diferenças cambiais	229.655	918.696	-	1.148.351
Variação de perímetro	(31.876.378)	(783.961)	(836.670)	(33.497.008)
Perdas de imparidade	-	(4.851.537)	-	(4.851.537)
Transferências e outros movimentos	976	246.001	(50.000)	196.977
Saldo final 31 dezembro 2010	16.624.051	12.493.653	5.874.994	34.992.699

ANO 2010 REEXPRESSO	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
Saldo inicial 1 janeiro 2010	46.579.990	13.461.339	4.785.551	64.826.880
Alteração do método de consolidação	(965.242)	(257.679)	(3.898.881)	(5.121.803)
Aumentos	1.712.717	3.417.307	26.672	5.156.696
Alienações e abates	(17.299)	-	(50.000)	(67.299)
Diferenças cambiais	1.097.587	918.696	-	2.016.283
Variação de perímetro	(31.876.378)	(935.714)	(836.670)	(33.648.762)
Perdas de imparidade	-	(4.851.537)	-	(4.851.537)
Transferências e outros movimentos	976	314.503	-	315.479
Saldo final 31 dezembro 2010	16.532.351	12.066.914	26.672	28.625.938

ANO 2011	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTEMENTOS POR CONTA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
Saldo inicial 1 janeiro 2011	16.532.351	12.066.914	26.672	28.625.938
Aumentos	1.808.352	16.586.262	659.471	19.054.085
Alienações e abates	(22.730.843)	-	-	(22.730.843)
Diferenças cambiais	161.280	30.841	872	192.993
Variação de perímetro	34.251.317	(10.349.403)	-	23.901.913
Transferências e outros movimentos	34.917	(493.382)	-	(458.465)
Saldo final 31 dezembro 2011	30.057.374	17.841.232	687.015	48.585.621

A 'Variação de perímetro' ocorrida em 2011, face a 2010, é essencialmente justificada pelo desenvolvimento de projetos solares em Portugal, no segmento da Solar (Euro 34,2 milhões), principalmente pela subsidiária Sol Cativante, que foi adquirida no primeiro semestre. As alienações de ativos intangíveis referem-se à venda, durante o último trimestre de 2011, de licenças para a construções de parques solares fotovoltaicos.

Os 'aumentos' de 2011 são justificados, essencialmente, pelo desenvolvimento de projetos solares nos Estados Unidos, no segmento 'Solar'.

Em 31 de dezembro de 2011 o montante de encargos financeiros capitalizados nos ativos intangíveis ascendeu a Euro 1.053.120 relativos a empréstimos obtidos para a construção de projetos solares nos Estados Unidos.

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas do ativo intangível, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

ANO 2010	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTEMENTOS POR CONTA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
Saldo inicial 1 janeiro 2010	9.511.639	-	-	9.511.639
Aumentos	3.859.662	-	-	3.859.662
Alienações e abates	(5.848)	-	-	(5.848)
Diferenças cambiais	10.381	-	-	10.381
Variação de perímetro	(7.041.507)	-	-	(7.041.507)
Saldo final 31 dezembro 2010	6.334.328	-	-	6.334.328

ANO 2010 REEXPRESSO	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTEMENTOS POR CONTA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
Saldo inicial 1 janeiro 2010	9.511.639	-	-	9.511.639
Alteração do método de consolidação	(65.524)	-	-	(65.524)
Aumentos	3.826.749	-	-	3.826.749
Alienações e abates	(14.345)	-	-	(14.345)
Diferenças cambiais	10.381	-	-	10.381
Variação de perímetro	(7.041.507)	-	-	(7.041.507)
Transferências e outros movimentos	8.497	-	-	8.497
Saldo final 31 dezembro 2010	6.235.890	-	-	6.235.890

ANO 2011	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE ATIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
Saldo inicial 1 janeiro 2011	6.235.890	-	-	6.235.890
Aumentos	2.328.378	-	-	2.328.378
Alienações e abates	(6.867)	-	-	(6.867)
Diferenças cambiais	(10.724)	-	-	(10.724)
Variação de perímetro	142.876			142.876
Transferências e outros movimentos	(104.876)	-	-	(104.876)
Saldo final 31 dezembro 2011	8.584.677	-	-	8.584.677

Valor líquido

2010	10.289.724	12.493.653	5.874.994	28.658.371
2010 REEXPRESSO	10.296.461	12.066.914	26.672	22.390.048
2011	21.472.697	17.841.232	687.015	40.000.944

18. ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Valor bruto			
Terrenos e edifícios	129.908.354	117.193.493	140.190.155
Equipamentos	109.719.941	104.163.423	109.916.789
Ativos fixos tangíveis em curso	91.880.914	90.998.086	98.459.577
Outros ativos fixos tangíveis	62.919.117	99.396.513	101.512.453
	394.428.326	411.751.515	450.078.974
Depreciações Acumuladas e Imparidades			
Terrenos e edifícios	30.329.493	26.791.627	27.582.922
Equipamentos	49.806.980	45.332.305	46.224.782
Outros ativos fixos tangíveis	9.352.706	7.727.570	8.788.447
	89.489.179	79.851.502	82.596.151
Valor líquido	304.939.148	331.900.013	367.482.823

A informação relativa aos valores brutos de terrenos e edifícios, equipamentos, ativos fixos tangíveis em curso e de outros ativos fixos tangíveis para os exercícios findos em 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

ANO 2010	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTOS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
Saldo inicial 1 janeiro 2010	129.925.778	159.500.917	97.441.061	92.638.317	479.506.073
Aumentos	3.617.418	8.201.954	26.975.876	8.829.729	47.624.977
Alienações e abates	(174.926)	(2.346.930)	(574.608)	(945.700)	(4.042.164)
Diferenças cambiais	828.371	2.943.686	883.575	364.592	5.020.225
Variação de perímetro	(1.016.001)	(60.641.566)	(1.617.206)	(62.206)	(63.336.979)
Perdas de imparidade	-	-	(12.518.916)	-	(12.518.916)
Transferências e outros movimentos	7.009.515	2.258.727	(12.130.205)	687.720	(2.174.243)
Saldo final 31 dezembro 2010	140.190.155	109.916.789	98.459.577	101.512.453	450.078.974

ANO 2010 REEXPRESSO	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTOS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
Saldo inicial 1 janeiro 2010	129.925.778	159.500.917	97.441.061	92.638.317	479.506.073
Alteração do método de consolidação	(11.565.304)	(2.392.191)	(23.717.289)	(14.267.578)	(51.942.361)
Aumentos	2.546.378	4.452.352	25.338.535	8.829.729	41.166.994
Alienações e abates	(174.926)	(2.298.544)	(574.608)	(935.763)	(3.983.841)
Diferenças cambiais	828.371	2.943.686	883.575	364.592	5.020.225
Variação de perímetro	(1.016.001)	(60.641.566)	(1.617.206)	(62.206)	(63.336.979)
Perdas de imparidade	0	0	(12.518.916)	-	(12.518.916)
Transferências e outros movimentos	(3.350.804)	2.598.769	5.762.934	12.829.421	17.840.321
Saldo final 31 dezembro 2010	117.193.493	104.163.423	90.998.086	99.396.513	411.751.515

ANO 2011	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTOS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
Saldo inicial 1 janeiro 2011	117.193.493	104.163.423	90.998.086	99.396.513	411.751.515
Aumentos	3.636.395	3.036.842	31.365.525	4.161.992	42.200.754
Alienações e abates	(539.613)	(8.097.849)	(732.038)	-	(9.369.500)
Diferenças cambiais	(2.006.870)	(2.484.809)	(1.896.350)	(224.185)	(6.612.214)
Variação de perímetro	6.504.381	(1.488.375)	(11.176.177)	(40.330.482)	(46.490.653)
Perdas de imparidade	-	-	-	(219.071)	(219.071)
Transferências e outros movimentos	5.120.568	14.590.709	(16.678.132)	134.350	3.167.495
Saldo final 31 dezembro 2011	129.908.354	109.719.941	91.880.914	62.919.117	394.428.326

O aumento do investimento verificado nos ativos tangíveis, face ao período homólogo, justifica-se, essencialmente, pela construção do parque eólico Babadag, na Roménia (Euro 15.914.804), no segmento 'RE Developer', e pelo desenvolvimento de projetos Solares nos Estados Unidos (Euro 5.809.053) e Itália (Euro 3.406.743), no segmento 'Solar' e pela construção da fábrica da Martifer Construções no Brasil (Euro 6.639.967), no segmento 'Construção Metálica'.

As variações de perímetro devem-se, essencialmente, à alienação dos parques eólicos na Polónia, Leki Dukielskie (10 MW) e Bukowsko (18 MW), no terceiro trimestre de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011 o montante de encargos financeiros capitalizados nos ativos fixos tangíveis ascendeu a Euro 541.590 relativos, essencialmente, a empréstimos obtidos para a construção de projetos eólicos na Roménia.

A informação relativa aos valores das depreciações e perdas de imparidade acumuladas de terrenos e edifícios, equipamentos, ativos fixos tangíveis em curso e de outros ativos fixos tangíveis para os exercícios findos em 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

ANO 2010	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTOS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
Saldo inicial 1 janeiro 2010	22.979.302	54.239.347	-	4.095.579	81.314.229
Aumentos	4.910.206	12.603.471	-	4.695.625	22.209.303
Alienações e abates	-	(1.054.389)	-	(2.309)	(1.056.697)
Diferenças cambiais	81.877	346.225	-	51.691	479.793
Variação de perímetro	(43.862)	(19.910.926)	-	(46.658)	(20.001.446)
Transferências e outros movimentos	(344.601)	1.053	-	(5.482)	(349.029)
Saldo final 31 dezembro 2010	27.582.922	46.224.782	-	8.788.447	82.596.151

ANO 2010 REEXPRESSO	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTOS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
Saldo inicial 1 janeiro 2010	22.979.302	54.239.347	-	4.095.579	81.314.229
Alteração do método de consolidação	(362.326)	2.542.810	-	(348.125)	1.832.360
Aumentos	4.490.080	12.224.838	-	3.983.053	20.697.971
Alienações e abates	(8.773)	(4.111.744)	-	(2.309)	(4.122.825)
Diferenças cambiais	81.807	346.926	-	51.510	480.243
Variação de perímetro	(43.862)	(19.910.926)	-	(46.658)	(20.001.446)
Transferências e outros movimentos	(344.601)	1.053	-	(5.482)	(349.029)
Saldo final 31 dezembro 2010	26.791.627	45.332.305	-	7.727.570	79.851.502

ANO 2011	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTOS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
Saldo inicial 1 janeiro 2011	26.791.627	45.332.305	-	7.727.570	79.851.502
Aumentos	4.267.767	9.158.552	-	3.810.023	17.236.341
Alienações e abates	(6.213)	(2.414.815)	-	-	(2.421.028)
Diferenças cambiais	(217.152)	(637.272)	-	(31.897)	(886.321)
Variação de perímetro	(251.156)	(1.825.760)	-	(2.152.989)	(4.229.905)
Transferências e outros movimentos	(255.380)	193.970	-	-	(61.410)
Saldo final 31 dezembro 2011	30.329.493	49.806.980	-	9.352.706	89.489.179

Valor líquido

2010	112.607.233	63.692.008	98.459.577	92.724.006	367.482.823
2010 REEXPRESSO	90.401.866	58.831.118	90.998.086	91.668.943	331.900.013
2011	99.578.861	59.912.961	91.880.914	53.566.411	304.939.148

Os critérios valorimétricos adotados e as taxas de depreciação utilizadas estão referidos nas alíneas iv) e v) dos principais critérios valorimétricos, julgamentos e estimativas, na Nota 1 'Políticas Contabilísticas'.

Os terrenos e edifícios estão registados ao seu valor de mercado de acordo com avaliações independentes, com referência a evidência no mercado de transações recentes de propriedades similares. As avaliações efetuadas estão em conformidade com os padrões internacionais de avaliação e foram, na sua maioria, efetuadas pela American Appraisal, Lda.

O método de avaliação utilizado pelos avaliadores imobiliários, quer em Portugal, quer na Polónia e Roménia para valorizar ao justo valor os imóveis do Grupo, foi o método do custo de reposição depreciado, tendo as avaliações sido efetuadas de acordo com os padrões internacionais de avaliação. O justo valor dos imóveis não inclui qualquer imposto ou custos que o comprador tenha de vir a incorrer com a compra do imóvel e foi apurado, no caso dos terrenos, tendo em conta os preços praticados no mercado em ativos semelhantes e no caso das edificações, no custo atual de proceder à construção dos mesmos. A localização, os acessos, o tamanho e a forma dos imóveis foi também tida em conta no apuramento do justo valor das mesmas.

O custo de aquisição das Imobilizações corpóreas detidas pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de dezembro de 2011 ascendia a Euro 39.653.618, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessa data, de Euro 33.044.256.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, exceto para os bens adquiridos em regime de locação financeira, em regime de *Project Finance* e para os bens mencionados na Nota 36, não existiam outros ativos fixos tangíveis que se encontrassem penhorados ou hipotecados a instituições financeiras como garantia de empréstimos obtidos pelo Grupo.

Durante o ano, o Grupo estimou a quantia recuperável de alguns ativos fixos tangíveis tendo em conta fatores internos e externos que indicavam que os mesmos poderiam estar contabilizados por um valor superior à sua quantia recuperável.

A aferição da existência de imparidade para os ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo foi efetuada tendo por base os *business plans* das diversas empresas cujos pressupostos se encontram detalhados na nota 16. A taxa de desconto usada variou entre 8,7% e 10,50%, dependendo dos riscos inerentes aos diversos negócios e países. Desta análise não resultou a necessidade de reforçar as perdas de imparidade para ativos fixos tangíveis.

19. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A rubrica 'Propriedades de investimento' respeita às seguintes propriedades detidas pelo Grupo Martifer: Centro Empresarial de Benavente, Armazéns de Albergaria-a-Velha e o terreno de Aricesti (Roménia), destinados ao arrendamento e projeto imobiliário de Szczecin (Polónia), destinado a valorização do capital.

Estes ativos encontram-se registados ao valor de mercado de acordo com a avaliação independente efetuada entidades especializadas, de acordo com os padrões internacionais do 'RICS Valuation Standards' (RICS Red Book). O Grupo Martifer efetua avaliações regulares a estes imóveis, sendo as eventuais variações no justo valor registadas em resultados.

O movimento ocorrido nos exercícios de 2011 e 2010 na rubrica de 'Propriedades de Investimento' foi como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Saldo inicial	14.981.893	57.013.000
Transferências	1.891.036	5.476.893
Variações de justo valor	835.252	-
Variações cambiais	(433.334)	-
Venda	-	(47.508.000)
	17.274.846	14.981.893

O quadro abaixo apresenta o valor global das avaliações realizadas no exercício, assim como o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas contas do Grupo:

	JUSTO VALOR REGISTADO	AVALIAÇÃO INDEPENDENTE
Centro Empresarial de Benavente (Portugal)	9.505.000,00	9.335.600,00
Armazéns de Albergaria-a-Velha (Portugal)	1.477.300,00	1.423.700,00
Terreno de Aricesti (Roménia)	1.891.036,00	6.670.000,00
Projeto imobiliário de Szczecin (Polónia)	4.401.511,00	4.543.000,00
	17.274.847,00	21.972.300,00

A transferência registada em 'Propriedades de Investimento' respeita à reclassificação do terreno em Aricesti (Roménia) da rubrica de 'Inventários' para esta rubrica, em virtude de a mesma ter sido arrendada. No final de 2011, este terreno, à semelhança das outras propriedades de investimento, foi alvo de uma avaliação independente, neste caso efetuada pela Accento, que atribuiu um valor de mercado de Euro 6,67 milhões, significativamente superior ao custo de aquisição. No entanto, dada a existência de um processo a decorrer em tribunal para reclamar a titularidade deste terreno, o Grupo optou por manter o valor deste terreno inalterado, mantendo uma atitude de prudência.

20. ATIVOS FINANCEIROS EM EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição dos valores referentes a ativos financeiros em equivalência patrimonial é como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Prio Energy	9.568.760	6.495.894	6.495.894
Macquarie	1.504.455	1.247.886	-
Martifer – Hirschfeld Energy Systems LLC	1.445.591	9.702.662	-
SPEE 2 - Parque eólico de Vila Franca de Xira, SA	771.854	873.250	-
MS Participações Societárias, SA	718.373	-	-
Promoquatro - Investimentos Imobiliários, Lda	567.188	752.968	-
SPEE 3 - Parque eólico de Baião, SA	291.607	369.714	-
MTSK1	-	4.250.462	4.250.462
Home Energy	-	1.207.934	1.207.934
Repower Portugal - Sistemas Eólicos, SA	-	5.036.441	-
Outras participações	-	83.914	-
	14.867.827	30.021.125	11.954.290

O movimento ocorrido nesta rubrica, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Saldo inicial	30.021.125	90.469	90.469
Aplicação do MEP	(571.881)	(315.411)	1.260.726
Aumentos de capital	399.567		
Alienações	(10.494.837)	(1.968)	(1.968)
Alteração do método consolidação para os empreendimentos conjuntamente controlados	-	19.876.318	-
Alterações resultantes da perda de controlo nas subsidiárias			
MS Participações Societárias	1.372.159	-	-
Prio Energy	-	5.235.168	5.235.168
MTSK1	-	4.250.462	4.250.462
Home Energy	-	1.207.934	1.207.934
Perdas de imparidade	(6.106.747)	-	-
Diferenças cambiais	347.392		
Outras variações	(99.352)	(321.847)	(88.501)
Saldo final	14.867.827	30.021.125	11.954.290

A 31 de dezembro de 2010, o grupo transferiu as subsidiárias MTSK1 e Home Energy para 'Ativos Financeiros em equivalência patrimonial' pelo montante do respetivo contributo para o consolidado do grupo. A base para esta transferência foi a venda e os acordos de compra estabelecidos com a Origis e EDP, respetivamente, que resultou em limitações significativas na gestão destas empresas pelo Grupo. A venda da Home Energy ocorreu em fevereiro de 2011 e a da MTSK1 ocorreu em maio de 2011.

Adicionalmente, a variação da rubrica é também justificada pela alteração, em 2011, do método de consolidação dos ativos financeiros em empreendimentos conjuntos, conforme mencionado na Nota 1 acima, pela venda da Repower Portugal, que ocorreu no primeiro trimestre de 2011, bem como pelo fraco desempenho do empreendimento conjunto Martifer – Hirschfeld Energy Systems LLC no exercício que implicou a redução do valor daquela participação.

21. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a composição dos valores referentes a ativos financeiros disponíveis para venda é como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Aplicação Financeira Não Corrente	1.739.039	20.000.000	20.030.000
Outros	439.982	138.045	156.393
	2.179.021	20.138.045	20.186.393

O movimento ocorrido nos exercícios de 2011 e 2010 na rubrica de 'Ativos financeiros disponíveis para venda' foi como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Saldo inicial	20.138.045	55.046.568	55.046.568
Aquisições	1.306	20.000.000	20.030.000
Diminuições	(20.000.000)	(55.011.600)	(55.011.600)
Variações de justo valor	(2.047)	-	-
Outras variações	2.041.717	103.077	121.425
	2.179.021	20.138.045	20.186.393

As diminuições no exercício de 2011 referem-se ao término de um depósito a prazo que estava cativo. Em 2010, as diminuições dizem respeito à alienação das ações que o Grupo detinha na EDP – Energias de Portugal, S.A.

Os ativos financeiros disponíveis para venda não têm uma maturidade definida.

22. INVENTÁRIOS

A informação relativa a existências com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, pode ser analisada como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	14.492.572	19.984.102	22.479.990
Produtos e trabalhos em curso	6.279.712	6.446.845	7.590.210
Mercadorias	7.959.678	19.050.534	23.395.603
Produtos acabados e intermédios	2.420.934	2.901.464	2.901.464
	31.152.897	48.382.946	56.367.267

A variação em 'Inventários', face a 2010, resulta da transferência das turbinas adquiridas nesse ano, no segmento 'RE Developer', inicialmente registadas como mercadorias, que passaram para ativos fixos tangíveis.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Grupo procedeu à constituição de perdas de imparidade em inventários no valor de Euro 325.941 no segmento de construção metálica, tendo revertido o montante de Euro 595.730.

Em 31 de dezembro de 2011, estão incluídos na rubrica 'Produtos e trabalhos em curso', Euro 5.628.584 referentes aos projetos imobiliários em curso a desenvolver pelo Grupo relativos ao segmento da Construção Metálica, designadamente na atividade imobiliária e incluem os seguintes projetos:

- Amarante Gran Plaza;
- Taveiro Gran Plaza.

Com exceção destes ativos, cujo prazo de realização pode ser superior a um ano, todos os outros ativos classificados na rubrica de 'Inventários' serão realizáveis no curto prazo e não foram dados como garantia de empréstimos obtidos pelo Grupo.

23. CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos financeiros detidos pelo Grupo, para além dos mencionados nas notas 20 e 21 acima, são os a seguir apresentados.

A informação relativa a 'Clientes e outros Devedores' com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

	NÃO CORRENTES				CORRENTES	
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Valor bruto:						
Cientes:						
Cientes, conta corrente	34.868.752	2.838.433	2.838.433	173.654.448	197.211.997	203.726.089
Cientes, títulos a receber	-	-	-	17.453.139	14.268.562	14.268.562
Cientes de cobrança duvidosa	-	-	-	10.776.302	9.111.833	9.242.706
Total 'clientes'	34.868.752	2.838.433	2.838.433	201.883.889	220.592.393	227.237.358
Outros devedores:						
Empresas associadas, participadas e participantes	95.520.254	94.475.216	80.447.533	13.470.752	2.629.842	2.897.353
Adiantamentos a fornecedores	89.247	5.702	5.702	9.540.641	15.034.350	15.180.108
Outros	5.208.083	58.343	59.171	22.856.433	19.786.894	19.640.303
Total 'outros devedores'	100.817.584	94.539.260	80.512.405	45.867.826	37.451.087	37.717.764
TOTAL	135.686.336	97.377.693	83.350.838	247.751.715	258.043.479	264.955.122

O saldo de clientes não correntes corresponde, essencialmente, a um valor a receber de uma empresa associada, do segmento 'Solar', o qual será regularizado à medida que aquela for obtendo receitas da venda de energia. Este valor vence juros à taxa de mercado.

As perdas de imparidade acumuladas em contas a receber são como se segue:

	NÃO CORRENTES				CORRENTES	
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Perdas de imparidade acumuladas:						
Cientes de cobrança duvidosa	-	-	-	10.776.302	8.225.604	8.352.871
Outros devedores	111.036	178.641	178.641	2.801.698	3.323.120	3.323.120
	111.036	178.641	178.641	13.578.000	11.548.724	11.675.990
Valor líquido - Clientes	34.868.752	2.838.433	2.838.433	191.107.587	212.366.789	218.884.487
Valor líquido - Outros devedores	100.706.548	94.360.619	80.333.764	43.066.127	34.127.966	34.394.644

O movimento das perdas de imparidade acumuladas em contas a receber é como se segue:

	CLIENTES			OUTROS DEVEDORES		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Saldo inicial	8.225.604	7.817.020	7.817.020	3.501.761	7.711.365	7.711.365
Alteração do método de consolidação	-	(105.418)	-	-	(101.781)	
Aumento (notas 9 e 10)	4.443.067	2.004.780	2.026.647	1.634.617	1.763.630	1.763.630
Redução (nota 10)	887.565	1.488.216	1.488.216	957.901	77.772	77.772
Variações de perímetro, diferenças cambiais e transferências	(1.004.804)	(2.562)	(2.580)	(1.265.743)	(5.793.681)	(5.895.462)
	10.776.302	8.225.604	8.352.871	2.912.734	3.501.761	3.501.761

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a antiguidade dos saldos relativos a contas a receber, antes de perdas de imparidade acumuladas, pode ser detalhada como se segue:

ANO 2010	TOTAL	NÃO VENCIDO	ATÉ 90 DIAS	VENCIDO		
				ENTRE 90 E 180 DIAS	ENTRE 180 E 360 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Cientes, conta corrente	206.564.523	97.119.149	65.141.561	19.730.978	7.238.076	17.334.758
Cientes, títulos a receber	14.268.562	14.265.118	-	-	3.444	-
Cientes de cobrança duvidosa	9.242.706	1.888.188	188.224	238.527	422.631	6.505.136
Outros devedores	118.230.169	112.344.534	212.416	105.231	5.291.367	276.620
	348.305.960	225.616.990	65.542.202	20.074.736	12.955.518	24.116.514

ANO 2010 REEXPRESSO	TOTAL	NÃO VENCIDO	ATÉ 90 DIAS	VENCIDO		
				ENTRE 90 E 180 DIAS	ENTRE 180 E 360 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Cientes, conta corrente	200.050.431	88.459.076	65.141.561	20.846.397	8.268.639	17.334.758
Cientes, títulos a receber	14.268.562	14.265.118	-	-	3.444	-
Cientes de cobrança duvidosa	9.111.833	1.741.908	188.224	241.402	422.631	6.517.668
Outros devedores	131.990.347	126.072.892	244.236	105.231	5.291.367	276.620
	355.421.172	230.538.994	65.574.022	21.193.029	13.986.081	24.129.046

ANO 2011	TOTAL	NÃO VENCIDO	ATÉ 90 DIAS	VENCIDO		
				ENTRE 90 E 180 DIAS	ENTRE 180 E 360 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Cientes, conta corrente	208.523.200	138.024.691	20.638.755	16.842.219	18.479.660	14.537.875
Cientes, títulos a receber	17.453.139	17.199.433	210.860	-	42.846	-
Cientes de cobrança duvidosa	10.776.302	641.107	274.327	54.919	-	9.805.949
Outros devedores	146.685.410	110.095.055	8.963.590	4.908.429	10.287.244	12.431.092
	383.438.051	265.960.286	30.087.532	21.805.567	28.809.750	36.774.916

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível, sobretudo, às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas de imparidade acumuladas para cobrança duvidosa, que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base nos condicionantes e na envolvente económica existente.

A totalidade dos créditos sobre clientes que se encontram registados na rubrica 'Clientes de cobrança duvidosa', em 31 de dezembro de 2011 encontra-se em imparidade.

Para os restantes valores vencidos, o Grupo considera não ter havido deterioração da qualidade creditícia da contraparte, pelo que não se encontram em risco de incobrabilidade.

O prazo médio de recebimentos das contas a receber do Grupo situou-se, em 2011, nos 199 dias, tendo em muito contribuído a atual conjuntura económica. Não obstante este enquadramento, o Grupo continua empenhado no cumprimento rigoroso da política de crédito definida, nomeadamente ao nível da seleção criteriosa do crédito concedido, quer em quantidade quer em qualidade, bem como na respetiva cobrança.

É convicção do Conselho de Administração do Grupo de que o valor pelo qual os saldos de Clientes e Outros Devedores estão registados no balanço se aproxima do seu justo valor.

O Grupo não cobra quaisquer encargos de juros enquanto os prazos de pagamento definidos (em média 90 dias) estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação, o que tenderá a ocorrer só em situações extremas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos não correntes mantidos com empresas associadas, participadas e participantes dizem respeito, essencialmente, a prestações acessórias de capital concedidas, as quais não vencem juros nem têm prazos de reembolso.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo não possui ativos financeiros detidos até ao vencimento nem investimentos registados ao justo valor através de resultados.

24. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS – ATIVO

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos da rubrica 'Estado e outros entes públicos' têm a seguinte composição:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Imposto sobre o rendimento	2.366.787	811.385	914.149
Imposto sobre o valor acrescentado	17.661.598	17.078.561	17.719.888
Impostos em outros países	1.549.516	1.675.400	1.675.502
Outros impostos	459.723	467.643	469.973
Estado e outros entes públicos	19.670.837	19.221.604	19.865.363

25. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica 'Outros ativos correntes' pode ser analisada como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Acréscimos de rendimentos			
Trabalhos em curso (contratos de construção)	119.390.752	158.844.792	158.844.792
Juros a receber	164.393	267.110	215.323
Outros acréscimos de rendimentos	4.139.138	1.929.413	1.940.445
	123.694.283	161.041.315	161.000.560
Gastos diferidos			
Seguros	1.573.546	732.670	791.921
Encargos financeiros	285.218	-	-
Rendas pagas antecipadamente	1.068.010	1.679.377	1.679.377
Outras despesas plurianuais pagas antecipadamente	1.497.242	1.887.010	1.915.685
	4.424.016	4.299.057	4.386.983
	128.118.298	165.340.373	165.387.543

A variação ocorrida na rubrica 'Trabalhos em curso (contratos de construção)' respeita, essencialmente, ao menor nível de atividade ocorrido no segmento Construção Metálica.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica 'Outras despesas plurianuais pagas antecipadamente' inclui, essencialmente, os desembolsos efetuados pelo Grupo associados a trabalhos especializados, os quais irão ser prestados/utilizados no decorrer do exercício de 2012.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a informação sobre os contratos de construção em curso é como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Gastos totais incorridos em contratos de construção em curso:			
- Construção Metalomecânica	964.365.580	806.189.486	806.854.563
- Solar	185.842.143	207.006.492	207.006.492
Gastos incorridos no ano em contratos de construção em curso:			
- Construção Metalomecânica	233.609.628	383.504.039	383.868.132
- Solar	143.048.361	116.723.694	116.723.694
Rendimentos totais incorridos em contratos de construção em curso:			
- Construção Metalomecânica	973.965.515	864.080.337	864.833.704
- Solar	200.868.003	239.664.986	239.664.986
Rendimentos incorridos no ano em contratos de construção em curso:			
- Construção Metalomecânica	287.385.231	350.226.860	350.658.685
- Solar	146.080.528	141.436.412	141.436.412
Adiantamentos recebidos para a execução de contratos de construção em curso:			
- Construção Metalomecânica	3.958.021	489.218	489.218
Retenções efetuadas por clientes em contratos de construção em curso:			
- Construção Metalomecânica	12.777.593	4.454.688	4.454.688
- Solar	34.587	-	-
Garantias prestadas a clientes relativas a contratos de construção em curso:			
- Construção Metalomecânica	65.463.618	69.338.307	78.163.784
- Solar	5.875.767	5.779.855	5.779.855
Acréscimos de rendimentos relativos a contratos de construção em curso:			
- Construção Metalomecânica	73.610.088	108.845.764	108.845.764
- Solar	45.780.664	49.999.028	49.999.028
Total de Trabalhos em curso (contratos de construção)	119.390.752	158.844.792	158.844.792
Rendimentos diferidos relativos a contratos de construção em curso:			
- Construção Metalomecânica	18.656.413	14.061.818	14.872.828
- Solar	2.768.133	511.417	511.417
Total de Faturação antecipada (relativa a contratos de construção) – Nota 34	21.424.546	14.573.235	15.384.245

As garantias prestadas a donos de obra referidas na Nota 36 dizem respeito a obras em curso e a obras encerradas, para as quais a duração média é de cinco anos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as principais obras em curso do Grupo que justificam o saldo de 'Acréscimos de rendimentos – trabalhos em curso' são como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Parque Fotovoltaico AVALADES 14MW (Martifer Solar)	13.280.696	-
Scotland's National Arena (Martifer Construções)	7.498.486	-
Parque Fotovoltaico de LÜE - 2,846MWp (Martifer Solar França)	4.947.157	-
Parque Fotovoltaico FERREIRAS - 6 MW (Martifer Solar)	4.944.888	-
Ponte da Ulla (Martifer Construções)	4.600.640	4.699.931
Edinburgh International Conferenc Centre (Martifer Construções)	4.171.913	-
Pontes Sisk - Polónia (Martifer Construções)	3.320.986	-
Reconversão Refinaria Sines-Fase 2 (Martifer Construções)	3.070.156	-
Alstom - Mannheim 9 (Martifer Construções)	2.969.196	6.919.056
Kanhangulo (Martifer Angola)	2.939.689	-
Edifício Marina Baía - Luanda (Martifer Construções)	2.911.667	-
Hertz Corporation (AEM)	2.354.336	-
Estádio Arena Fonte Nova (Martifer Construções)	2.226.487	-
Fábrica Renault Tanger Meditteranee (Martifer Construções)	-	21.422.891
Fábrica de Extração Prio (Martifer Cobstructii e Martifer Energia Roménia)	-	14.540.599
Parque Fotovoltaico Borox (Martifer Solar)	-	9.889.830
Sede Repsol YPF (Martifer Construções)	-	5.601.144
Parque Fotovoltaico Fideco Ambiente (Martifer Solar Itália)	-	3.452.565
Ferry Transtejo (Navalria)	-	2.780.787
Parque Fotovoltaico Monreale (Martifer Solar Itália)	-	2.457.785
Fábrica de pás Riablades (Martifer Energia)	-	2.331.721
Parque Fotovoltaico Fideco Ambiente II (Martifer Solar Itália)	-	1.697.298
Parque Fotovoltaico Pozzo D'Adda (Martifer Solar Itália)	-	1.579.198
Artenius Mega PTA (Martifer)	-	1.384.430

26. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A rubrica caixa e seus equivalentes pode ser analisada como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Caixa e seus equivalentes:			
Depósitos bancários	77.679.280	72.297.121	74.250.903
Caixa	207.203	396.232	396.359
Outras aplicações de tesouraria	-	2.019.169	2.019.169
	77.886.483	74.712.521	76.666.431

Caixa e seus equivalentes incluem o dinheiro detido pelo Grupo e os depósitos bancários de curto prazo, com maturidades originais iguais ou inferiores a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não existiam quaisquer restrições à utilização dos saldos registados nas rubricas de Caixa e seus equivalentes.

27. CAPITAL SOCIAL, RESERVAS, AÇÕES PRÓPRIAS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Capital social

O capital social da Martifer SGPS, totalmente subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2011, ascende a Euro 50.000.000 e é representado por 100.000.000 de ações ao portador com um valor nominal de 50 cêntimos cada. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto por cada ação. Durante os exercícios de 2011 e 2010 não ocorreram quaisquer movimentos no número de ações representativas do capital social do Grupo.

Durante o exercício de 2011, a Martifer SGPS adquiriu, através de compras realizadas em bolsa, 1.187.410 ações próprias (2010: 560.241 ações próprias foram adquiridas). Após estas aquisições, a Martifer detém 1.747.651 ações próprias, correspondentes a 1,75% do seu capital social.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Empresa é detido em 42,64% pela I'M SGPS, S.A., 37,5% pela Mota-Engil SGPS, S.A., 1,75% em ações próprias, encontrando-se os restantes 18,11% dispersos em Bolsa.

Opções sobre ações

Está em vigor um plano de remunerações em opções sobre ações, nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a alguns colaboradores, com vista a incentivar a criação de valor.

As opções atribuídas caducarão automaticamente, sempre que o colaborador deixe de estar ao serviço de qualquer uma das empresas do Grupo.

Todas as opções atribuídas à data de 31 de dezembro de 2011 são consideradas com liquidação com base em ações.

O movimento do plano de remunerações em opções sobre ações é analisado como segue:

	MOVIMENTO NAS OPÇÕES	PREÇO MÉDIO DE EXERCÍCIO POR AÇÃO
Saldo em 1 de janeiro de 2011	339.857	3,84
Opções exercidas	-	
Opções atribuídas	-	
Opções expiradas	(84.964)	3,84
Saldo em 31 de dezembro de 2011	254.893	3,84

As opções sobre ações em aberto no final do exercício têm as seguintes data de termo e preço de exercício:

	PREÇO DE EXERCÍCIO	OPÇÕES
2012	3,84	84.964
2013	3,84	169.929
		254.893

Na demonstração dos resultados, foi registado o custo de Euro 46.543 na rubrica 'Gastos com o pessoal'.

Reservas

Prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Este valor encontra-se incluído na rubrica de 'Outras Reservas' e ascende a Euro 7.696.844.

Reservas de justo valor – Revalorizações de ativos fixos tangíveis

As reservas de justo valor – Revalorizações de ativos fixos tangíveis não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tiverem sido alienados.

Reservas de justo valor – Ativos disponíveis para venda

As reservas de justo valor - Ativos disponíveis para venda refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros detidos para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reserva de justo valor – Reserva de cobertura

As Reservas de justo valor - Reserva de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de cash flow que se consideram eficazes e não são passíveis de serem distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de conversão cambiais

As reservas de conversão cambiais refletem as variações cambiais ocorridas: (i) na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro; (ii) na atualização do investimento líquido nas subsidiárias; e (iii) na atualização de Goodwill, as quais não são passíveis de serem distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas relativas a opções sobre ações

As reservas relativas a opções sobre ações refletem o justo valor dos serviços prestados pelos colaboradores corrigidas, a cada data de relato, pelo impacto da revisão da estimativa original em resultado da determinação do número de opções que se espera que se tornem exercíveis.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS'). Assim, as únicas reservas da Martifer SGPS, S.A., que, pela sua natureza, se considerariam distribuíveis, são as relativas a resultados transitados no montante de Euro 20.217.077, as quais são necessárias para compensar o resultado negativo do exercício.

Interesses não controlados

A evolução desta rubrica pode ser apresentada da seguinte forma:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Saldo Inicial	31.876.822	50.957.635	50.957.635
Resultado Líquido do período	2.070.878	2.509.792	2.509.792
Outras variações no capital próprio	315.090	4.988.873	4.100.230
Aumento de capital em empresas participadas	-	8.750.000	8.750.000
Alterações no perímetro de consolidação	(2.181.640)	(27.989.408)	(27.989.408)
Transações com interesses não controlados	(231.934)	(7.685.704)	(7.685.704)
Outros	(65.593)	345.634	345.634
	31.783.623	31.876.822	30.988.178

As 'Alterações no perímetro de consolidação' dizem respeito, essencialmente, à venda das subsidiárias da Martifer Renewables nos Estados Unidos (Euro 1,8 milhões), da Home Energy, da Martifer II Inox, da Martinex Angola e à aquisição de 15% da Gebox e de 8% da Martifer Alumínios Angola. Em 2010, o valor desta rubrica dizia respeito à Prio (atualmente Prio Energy e Nutre).

As 'transações com interesses não controlados' referem-se à aquisição de 12% do capital da subsidiária Eviva Gizalki SP.Z.o.o., aumentando a participação do grupo para 72%, à aquisição de 10% do capital da subsidiária Park Logistyczny Biskupice Sp. Z.o.o., passando o grupo a deter a totalidade do seu capital, à aquisição de 8% da Martifer Alumínios Angola, passando o Grupo a deter a totalidade do seu capital e à venda de 25% da Eviva MEPE, passando o Grupo a deter 75% do seu capital. Uma vez que se trataram de compras adicionais de capital de subsidiárias a interesses não controlados não foi reconhecido Goodwill, nem teve impacto em resultados.

O detalhe dos principais interesses não controlados pode ser analisado como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Martifer Solar, SA	15.614.942	14.773.729	14.773.729
Martifer Renováveis – Geração de Energia e Participações	2.974.849	4.012.979	4.012.979
Martifer Solar Itália	2.375.789	1.895.431	1.895.431
Rosa dos Ventos	2.110.961	1.668.708	1.668.708
Martifer Solar França	748.232	(113.720)	(113.720)
Martifer Construções Angola	697.033	739.908	739.908
M Prime	649.536	179.232	179.232
Martifer Solar Belgica	642.320	161.054	161.054
AEM	633.812	196.034	196.034
Martifer Solar Sistemas Solares	508.503	(612.190)	(612.190)
Solarparks	43.347	1.122.843	1.122.843
Martifer Inox	-	935.096	935.096
Outros interesses não controlados	4.784.299	6.917.718	6.029.074
	31.783.623	31.876.822	30.988.178

28. EMPRÉSTIMOS

Os montantes relativos a empréstimos, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são como se segue:

ANO 2010	ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 3 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	A MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	25.303.626	38.320.395	58.019.128	14.072.851	135.716.000
Descobertos bancários	30.239.050	-	-	-	30.239.050
Contas caucionadas	94.660.204	-	-	-	94.660.204
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	60.500.000	14.250.000	22.500.000	-	97.250.000
Outros empréstimos	1.951.639	826.944	2.381.024	17.072.695	22.232.303
	212.654.519	53.397.339	82.900.152	31.145.546	380.097.556

ANO 2010 REEXPRESSO	ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 3 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	A MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	24.649.441	37.012.025	57.203.312	14.072.851	132.937.628
Descobertos bancários	30.239.050	-	-	-	30.239.050
Contas caucionadas	92.437.704	-	-	-	92.437.704
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	60.500.000	14.250.000	22.500.000	-	97.250.000
Outros empréstimos	1.858.696	826.944	2.381.024	15.120.646	20.187.310
	209.684.891	52.088.969	82.084.336	29.193.496	373.051.692

ANO 2011	ATÉ 1 ANO	ENTRE 1 E 3 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	A MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	66.385.760	44.786.192	45.542.572	29.218.523	185.933.047
Descobertos bancários	22.174.582	1.000.000	775.664	-	23.950.246
Contas caucionadas	63.513.930	-	-	-	63.513.930
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	11.700.000	61.825.000	23.325.000	-	96.850.000
Outros empréstimos	3.434.736	531.770	4.576.174	3.859.665	12.402.345
	167.209.008	108.142.962	74.219.410	33.078.188	382.649.568

Em 31 de dezembro de 2011 o net debt do Grupo ascendeu a Euro 330.351.617. De notar que para o cálculo do net debt, para além dos empréstimos acima evidenciados, consideram-se os leasings, derivados e caixa e seus equivalentes.

Relativamente à estrutura de dívida do Grupo, é convicção da Administração que, durante 2012, serão renegociados os empréstimos necessários ao financiamento de fundo de maneio, no montante aproximado de Euro 120 milhões, sendo expectável que a liquidação do restante financiamento de curto prazo se realize com a venda de ativos, nomeadamente com a venda dos parques eólicos da Roménia e das restantes licenças de parques solares em Portugal.

Outros empréstimos

A variação da rubrica de 'outros empréstimos' com vencimento superior a 5 anos, em 2011, face ao ano de 2010, refere-se à transferência para locação financeira, dos pré-financiamento relacionados com o centro empresarial de Benavente, no valor de Euro 6,4 milhões, e com a unidade fabril da Gebox, no valor de Euro 3,9 milhões pelo facto de ter finalizado a sua construção, e também à saída do perímetro da Gargano Solar, por venda, a qual tinha outros empréstimos no montante de Euro 4 milhões. Atualmente, do valor de 'outros empréstimos', Euro 4 milhões correspondem a operações de locação financeira imobiliária (afetas ao financiamento dos projetos imobiliários registados na rubrica de Produtos e Trabalhos em Curso – Nota 22) as quais, em caso de alienação dos acima referidos projetos imobiliários terão de ser liquidadas nesse momento e não de acordo com o plano de reembolso definido, que contratualmente ocorre após 2011.

Os montantes considerados em 'Outros empréstimos' incluem, ainda, empréstimos obtidos junto da Agência Portuguesa para o Investimento (API) e da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) como apoio ao investimento efetuado pelo Grupo, no valor de Euro 5,6 milhões. Estes empréstimos não vencem juros, à exceção do empréstimo concedido pela API à Martifer Energia, o qual prevê um período de carência de quatro semestres, findo o qual vence juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um *spread* de 0,95%.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os montantes relativos a empréstimos estão denominados nas seguintes moedas:

ANO 2010	INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	TOTAL
Euros	219.699.645	119.482.303	339.181.948
Reais	20.657.939	-	20.657.939
Zlotis	8.947.285	-	8.947.285
Dólar americano	5.030.251	-	5.030.251
Novo Leu	4.506.567	-	4.506.567
Dólar australiano	1.773.566	-	1.773.566
	260.615.253	119.482.303	380.097.556

ANO 2010 REEXPRESSO	INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	TOTAL
Euros	214.806.988	117.437.311	332.244.299
Reais	20.657.939	-	20.657.939
Zlotis	8.854.942	-	8.854.942
Dólar americano	5.014.379	-	5.014.379
Novo Leu	4.506.567	-	4.506.567
Dólar australiano	1.773.566	-	1.773.566
	255.614.381	117.437.311	373.051.692

ANO 2011	INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	TOTAL
Euros	205.389.607	109.252.344	314.641.951
Reais	16.891.244	-	16.891.244
Novo Leu	16.906.973	-	16.906.973
Zlotis	5.685.506	-	5.685.506
Outros	28.523.895	-	28.523.895
	273.397.224	109.252.344	382.649.568

As taxas de juro médias suportadas em descobertos e empréstimos bancários são as seguintes:

ANO 2010	TAXAS MÉDIAS	INTERVALO DE TAXAS (%)
Dívidas a instituições de crédito:		
Empréstimos bancários	4,89%	[3,29% a 10,00%]
Descobertos bancários	5,31%	[2,33% a 7,55%]
Contas caucionadas	4,04%	[1,23% a 14,00%]
Outros empréstimos obtidos:		
Emissões de papel comercial	3,13%	[2,10% a 5,64%]
Outros empréstimos	2,76%	[1,89% a 4,89%]

ANO 2011	TAXAS MÉDIAS	INTERVALO DE TAXAS (%)
Dívidas a instituições de crédito:		
Empréstimos bancários	6,05%	[2,54% a 10,00%]
Descobertos bancários	6,30%	[4,00% a 10,00%]
Contas caucionadas	6,33%	[3,43% a 21,00%]
Outros empréstimos obtidos:		
Emissões de papel comercial	3,63%	[2,62% a 7,57%]
Outros empréstimos	3,33%	[1,89% a 6,54%]

As taxas de juro suportadas nos empréstimos bancários, por geografia, são as seguintes:

PAÍS	INDEXANTE	SPREAD
Austrália	BBSY	[2,00 a 5,73]
Brasil	CDI	[9,00 a 9,00]
Espanha	Euribor	[0,30 a 6,00]
Itália	Euribor	[3,91 a 3,91]
Portugal	Euribor	[0,38 a 5,85]
Polónia	Wibor	[2,00 a 2,80]
Roménia	Euribor	[2,00 a 4,50]
USA	Libor	[0,36 a 3,25]

Em 31 de dezembro de 2011, os principais empréstimos bancários obtidos pelo Grupo são como se segue:

	MOEDA ORIGINAL DO CONTRATO	VALOR (EUROS)	DATA CONTRATO	PRAZO	PERÍODO DE CARÊNCIA	PERIODICIDADE DAS RENDAS	MONTANTE DO PRIMEIRO REEMBOLSO	MONTANTE DO ÚLTIMO REEMBOLSO
Martifer SGPS	EUR	26.250.000	Ago/10	5 Anos	1 Ano	Trimestral	1.640.625	1.640.625
Martifer Construções SA	EUR	2.150.000	Mai/11	5 Anos	4 Meses	Mensal	32.673	44.253
Martifer Construções SA	EUR	1.000.000	Mai/10	4 Anos	1 Semestre	Trimestral	71.429	71.429
Martifer Aluminios SA	EUR	1.500.000	Mai/11	5 Anos	4 Meses	Mensal	22.795	20.853
Martifer Metallic Construction SGPS	EUR	20.000.000	Set/10	5 Anos	1 Ano	Trimestral	1.250.000	1.250.000
Gebox SA	EUR	6.500.000	Fev/08	7 Anos	2 Anos	Trimestral	325.000	325.000
Martifer Construções SA	EUR	5.250.000	Nov/05	7 Anos	2 Anos	Trimestral	262.500	262.500
Martifer Energy Systems SGPS	EUR	5.250.000	Set/10	5 Anos	-	Trimestral	76.924	99.568
Martifer Solar	EUR	18.500.000	Out/08	7 Anos	2 Anos	Trimestral	792.986	792.986
Martifer Renewables Investments ETVE, S.L.	EUR	11.500.000	Dez/11	4 Anos	-	Trimestral	718.750	718.750
Martifer Renewables Investments ETVE, S.L.	EUR	10.400.000	Fev/09	3 Anos	3 Anos	Semestral	5.400.000	5.000.000
Martifer Constructii Srl	RON	1.354.219	Ago/08	6 Anos	-	Trimestral	64.487	64.487
Martifer Constructii Srl	RON	4.103.694	Ago/08	6 Anos	-	Trimestral	195.414	195.414
Eviva Nalbant	RON	19.050.000	Abr/11	7 Anos	0,5 Anos	Semestral	1.360.714	1.360.714
Martifer Aluminium Pty Ltd	AUD	1.689.853	Ago/09	3 Anos	-	Trimestral	117.897	471.587

Em 31 de dezembro de 2011, os principais Project Finance obtidos pelo Grupo são como se segue:

	MOEDA ORIGINAL DO CONTRATO	VALOR (EUROS)	DATA CONTRATO	PRAZO	PERÍODO DE CARÊNCIA	PERIODICIDADE DAS RENDAS	MONTANTE DO PRIMEIRO REEMBOLSO	MONTANTE DO ÚLTIMO REEMBOLSO
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A.	BRL	13.453.629	Jun/08	20 Anos	1 Ano	Mensal	39.359	86.343

Este valor é apresentado na rubrica 'Empréstimos Bancários'.

Em 31 de dezembro de 2011, os principais programas de papel comercial do Grupo passíveis de renovação são como se segue:

	MONTANTE MÁXIMO DO CONTRATO (EUROS)	DATA CONTRATO	PRAZO DE VENCIMENTO DO CONTRATO	MONTANTE UTILIZADO
Martifer SGPS	50.000.000	Set/08	5 Anos	50.000.000
Martifer SGPS	14.250.000	Nov/10	3 Anos	14.250.000
Martifer SGPS	15.000.000	Mai/10	5 Anos	15.000.000
Martifer SGPS	5.000.000	Set/10	5 Anos	5.000.000
MMC SGPS	5.100.000	Mar/12	5 Anos	5.100.000
MMC SGPS	7.500.000	Abr/10	5 Anos	7.500.000
	96.850.000			96.850.000

Para parte dos empréstimos acima referidos e no âmbito da política de gestão de risco de taxa de juro, o Grupo contratou os instrumentos financeiros derivados mencionados na Nota 35 convertendo dessa forma em taxas fixas as taxas variáveis contratadas nos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2011 a sensibilidade do Grupo a alterações no indexante da taxa de juro pode ser analisada como segue:

	IMPACTO ESTIMADO 2011
Varição nos resultados financeiros pela alteração de 1 p.p na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	4.077.606
Proteção por taxa fixa	366.406
Proteção por instrumentos derivados de taxa juro	290.378
Sensibilidade do resultado financeiro a variações da taxa de juro	3.420.822

A adoção da política de gestão de risco de taxa de juro tem como objetivo reduzir a exposição do Grupo às taxas de juro variáveis através da contratação de swaps. Durante o ano de 2011, e decorrente da evolução das taxas de juro nos mercados financeiros, esta política conduziu à perda evidenciada no seguinte quadro:

EMPRESA	INSTRUMENTO DE COBERTURA	JURO LIQUIDO	JURO DO EMPRÉSTIMO	GANHO/(PERDA) DECORRENTE DO INSTRUMENTO DE COBERTURA
Martifer SGPS	Interest Rate SWAP	914.566	842.720	(71.846)
Martifer - Construções Metalomecânicas SA	Interest Rate SWAP	272.729	186.818	(85.911)
Martifer Solar	Interest Rate SWAP	470.464	321.348	(149.116)
				(306.874)

29. CREDORES POR LOCAÇÃO FINANCEIRA

Os contratos de locação financeira mais significativos em vigor em 31 de dezembro de 2011, são resumidos como se segue:

DESCRIÇÃO DO BEM	PERÍODO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	TERMO DE OPÇÃO DE COMPRA	VALOR DA OPÇÃO DE COMPRA	GARANTIAS
Edifício de Escritórios da Martifer Energia	72 meses	8.850.000	Final do contrato	177.000	Livrança em branco
Máquinas Fixas da Martifer	72 meses	6.000.000	Final do contrato	120.000	Livrança em branco
Estrutura Metálica Amovível	72 meses	5.185.415	Final do contrato	103.708	Livrança em branco
Equipamento diverso	84 meses	5.090.531	Opção de compra antecipada	101.811	Livrança em branco
Edifício Benavente	96 meses	6.366.458	Final do contrato	124.911	Livrança em branco
Terreno e construção edifício (Gebox)	180 meses	3.901.356	Final do contrato	78.027	Livrança em branco
Equipamento Diverso (Camara Decapagem, Mesa Corte, Calandra)	48 meses	2.192.058	Final do contrato	43.841	Livrança em branco
Equipamento para a linha de produção (Pvglass)	60 meses	1.850.000	Opção de compra antecipada	37.000	Livrança em branco

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor das rendas e o valor atual das rendas associados a contratos de locação financeira era como se segue:

	RENDAS VINCENDAS DE CONTRATOS DE LEASING			VALOR ATUAL DAS RENDAS DE CONTRATOS DE LEASING		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Até 1 ano	8.209.916	9.156.654	9.601.096	7.209.061	6.747.569	8.573.620
Entre 1 e 5 anos	14.660.321	24.141.653	25.390.154	12.695.446	15.692.885	23.538.086
Mais de 5 anos	6.027.402	7.860.637	8.498.578	5.206.560	94.020	7.860.319
	28.897.639	41.158.944	43.489.828	25.111.067	22.534.475	39.972.025
Juros incluídos nas rendas	(3.786.572)	(18.624.469)	(3.517.803)			
Valor atual das rendas de contratos de leasing	25.111.067	22.534.475	39.972.025	25.111.067	22.534.475	39.972.025
Dos quais registados como:						
Credores por locações financeiras correntes				7.209.061	6.747.569	8.573.620
Credores por locações financeiras não correntes				17.902.006	15.786.906	31.398.405
				25.111.067	22.534.475	39.972.025

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor das rendas associadas a contratos de locação operacional é como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Até 1 ano	869.575	441.153
Entre 1 e 5 anos	925.883	606.221
Mais de 5 anos	-	-
	1.795.458	1.047.374

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram reconhecidos na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' Euro 1.390.195 e Euro 954.636, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locações operacionais.

30. FORNECEDORES E CREDORES DIVERSOS

A informação relativa a fornecedores e credores diversos, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, pode ser analisada como se segue:

	NÃO CORRENTES			CORRENTES		
	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Fornecedores	10.747.650	4.392	33.442	202.293.996	193.279.249	197.532.331
Credores diversos:						
Fornecedores de imobilizado	-	-	-	965.889	1.873.641	1.913.028
Empresas associadas e outros acionistas	6.457.200	5.189.011	10.930.665	2.070.540	13.696.494	7.199.520
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	-	-	-	14.171.560	32.145.416	32.062.114
Credores diversos	253.774	556.804	556.804	21.073.731	21.982.919	22.446.502
Total dos credores diversos	6.710.974	5.745.815	11.487.469	38.281.720	69.698.469	63.621.164

O valor de fornecedores não correntes relaciona-se, essencialmente, com retenções em trabalhos efetuados por terceiros, as quais serão regularizadas após o período de garantia.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da atividade operacional do Grupo e de aquisições de ativos fixos tangíveis e intangíveis. O Conselho de Administração acredita que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico e que o efeito da atualização desses montantes não é material.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a maturidade contratual remanescente dos saldos registados nas rubricas de 'Fornecedores' e 'Credores diversos' era como se segue:

ANO 2010	VENCIDO					
	TOTAL	NÃO VENCIDO	ATÉ 90 DIAS	ENTRE 90 E 180 DIAS	ENTRE 180 E 360 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Fornecedores	197.565.772	147.739.456	26.744.034	11.418.460	2.173.339	9.490.484
Credores diversos	75.108.633	33.505.528	33.827.875	6.023.530	1.045.485	706.215
	272.674.405	181.244.984	60.571.908	17.441.990	3.218.824	10.196.699

ANO 2010 REEXPRESSO	VENCIDO					
	TOTAL	NÃO VENCIDO	ATÉ 90 DIAS	ENTRE 90 E 180 DIAS	ENTRE 180 E 360 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Fornecedores	193.283.641	145.168.346	25.565.773	11.062.451	1.996.587	9.490.484
Credores diversos	75.444.284	34.067.660	33.734.310	5.982.622	953.478	706.215
	268.727.925	179.236.006	59.300.083	17.045.073	2.950.064	10.196.699

ANO 2011	VENCIDO					
	TOTAL	NÃO VENCIDO	ATÉ 90 DIAS	ENTRE 90 E 180 DIAS	ENTRE 180 E 360 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Fornecedores	213.041.646	76.002.807	82.379.778	37.725.114	11.598.645	5.335.301
Credores diversos	44.992.694	27.759.270	5.603.367	1.858.745	1.206.508	8.564.804
	258.034.340	103.762.077	87.983.145	39.583.860	12.805.153	13.900.105

O prazo médio de pagamento das compras e dos serviços obtidos pelo Grupo ronda os 158 dias.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos não correntes mantidos com 'empresas associadas e outros acionistas' dizem respeito, essencialmente, a empréstimos obtidos junto de empreendimentos conjuntos e associadas, os quais vencem juros à Euribor a 3 meses acrescida de um *spread* de 4%.

Para além dos passivos financeiros referidos nesta nota e nas notas 28 e 29 acima, o Grupo não apresenta outros passivos financeiros.

31. PROVISÕES

A informação relativa a provisões, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 pode ser detalhada como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Garantias de qualidade	3.166.533	5.390.108	5.390.108
Processos judiciais em curso	225.203	322.556	322.556
Aplicação de equivalência patrimonial	3.880.288	4.298.074	505.388
Contratos onerosos	-	1.393.000	1.393.000
Outras	6.111.741	8.921.504	8.977.285
	13.383.765	20.325.242	16.588.337

O movimento ocorrido na rubrica de 'Provisões' nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como se segue:

	SALDO INICIAL	AUMENTO NOTA 10	REDUÇÃO NOTA 10	APLICAÇÕES	VARIAÇÕES DE PERÍMETRO, DIF. CAMBIAIS E TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
Garantias de qualidade	5.390.108	515.317	(918.048)	-	(1.820.843)	3.166.534
Processos judiciais em curso	322.556	-	-	-	(97.352)	225.204
Aplicação de equivalência patrimonial	4.298.074	1.177.299	-	-	(1.595.085)	3.880.288
Contratos onerosos	1.393.000	-	-	(1.393.000)	-	-
Outras	8.921.504	3.731.755	(1.471.988)	(8.013.124)	2.943.592	6.111.739
	20.325.242	5.424.371	(2.390.036)	(9.406.124)	(569.688)	13.383.765

As provisões para garantias de qualidade destinam-se a fazer face a eventuais problemas de qualidade nas obras efetuadas pelo Grupo, as quais contemplam, em média, um período de garantia de 5 anos. As provisões são constituídas por uma percentagem do valor da construção, que varia entre os 0,05% e os 0,5%, dependendo do segmento e empresa.

Durante o exercício, foram reduzidas provisões para garantias de qualidade no montante de Euro 918.048, pelo facto de o período de garantia das respetivas obras ter terminado.

O aumento das outras provisões prende-se, essencialmente, com o registo de provisões para processos fiscais no valor de um milhão de euros, para fazer face a correções ao imposto de exercícios anteriores, no segmento RE Developer e ao registo de uma provisão de Euro 1,5 milhões nos parques solares de Espanha, no mesmo segmento de negócio.

A aplicação efetuada nas provisões 'Outras' está essencialmente relacionada com a perda registada no 1º trimestre de 2011, no segmento 'RE Developer', pelo abandono do mercado dos EUA, cujo custo tinha sido provisionado em 2010.

O grupo não registou provisões para desmantelamento de parques eólicos ou solares, uma vez que não tem, atualmente, qualquer obrigação legal ou contratual para desmantelar esses ativos.

Dada a imprevisibilidade do momento de reversão das provisões e dada a natureza a que se destinam, o Grupo não procedeu à atualização financeira das mesmas.

32. PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de dezembro de 2011, existiam os seguintes passivos contingentes:

a) Em 29 de outubro de 2009, a Martifer Polska, em consórcio com a 'Ocekon Engenharia sro' (Eslováquia) celebrou, com a sociedade Energomontaz - Południe SA (Energomontaz), um acordo para as obras, cujo objeto era a fabricação, execução, entrega e instalação de telhado de aço do estádio Baltic Arena, em Gdańsk, na Polónia, no valor de aproximadamente 11,3 milhões de euros. Em 2 de setembro de 2010, a Martifer recebeu da Energomontaz um aviso de rescisão imediata do contrato, sem qualquer aviso prévio. O motivo indicado para a quebra do contrato foi os atrasos na execução da obra, que, na opinião da Martifer é totalmente improcedente e ineficaz. No dia 17 de dezembro de 2010, a Martifer entrou com uma ação em Tribunal contra a Energomontaz, exigindo um valor de aproximadamente 12,6 milhões de euros, valor que inclui juros, custo de capital envolvido e dano total causado à Martifer por falta de cooperação. Em 18 de janeiro de 2012, a Energomontaz - Południe SA entrou com uma ação judicial contra a Martifer no montante total de 5,8 milhões de euros.

Adicionalmente, a mesma empresa moveu um processo contra a Budimex Dromex SA em que reclama o pagamento de 1,3 milhões de euros, tendo sido, já em anos anteriores, reconhecida a perda de imparidade deste valor. Simultaneamente a Budimex Dromex SA, está a reclamar penalidades no valor de 3,9 milhões de euros, valor com o qual a empresa não concorda.

b) A Eviva Energy SRL (Roménia) solicitou o pedido de reembolso de IVA, no montante de Euro 3.530.000, o qual foi objeto de recusa por parte das autoridades fiscais romenas, encontrando-se atualmente em curso o processo de reclamação junto das mesmas de forma a reaver a totalidade do valor.

É expectativa da empresa que destes processos não ocorram perdas, pelo que não registou qualquer provisão para esse efeito.

33. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS - PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os saldos da rubrica 'Estado e outros entes públicos' têm a seguinte composição:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Imposto sobre o rendimento	5.051.259	3.944.070	4.201.347
Imposto sobre o valor acrescentado	19.445.055	11.525.548	11.582.094
Contribuições para a segurança social	1.814.090	1.530.330	1.530.330
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1.650.474	1.344.696	1.420.385
Outros impostos	322.960	662.685	662.971
Impostos em outros países	-	76.654	2.481.467
Estado e outros entes públicos	23.232.579	15.139.914	17.677.247

34. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

A informação relativa aos outros passivos correntes, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010 REEXPRESSO	ANO 2010
Acréscimos de gastos			
Encargos com férias e subsídios de férias	6.747.389	6.276.423	6.177.510
Juros a liquidar	2.235.754	1.336.110	1.683.749
Produção efetuada por subempreiteiros não faturada	1.520.772	11.441.138	11.441.138
Outros acréscimos de gastos	4.472.736	5.272.475	6.254.874
	14.976.651	24.326.146	25.557.271
Rendimentos diferidos			
Faturação antecipada (relativa a contratos de construção) (Nota 25)	21.424.546	14.573.235	15.384.245
Subsídios ao investimento (nota 38)	1.279.308	1.086.656	1.725.855
Outros rendimentos diferidos	789.805	916.109	1.217.196
	23.493.659	16.576.001	18.327.297
	38.470.309	40.902.147	43.884.568

O aumento ocorrido na rubrica 'Faturação antecipada (relativa a contratos de construção)' reflete, essencialmente, a faturação antecipada da Martifer Construções Brasil, efetuada por conta dos novos projetos que estão a iniciar.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as principais obras em curso do Grupo que justificam o saldo de 'Rendimentos diferidos – Faturação antecipada' são como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Estádio Fonte Nova (Martifer Construções Brasil)	5.539.753	-
Estádio Castelão (Martifer Construções Brasil)	1.592.759	-
Parque Fotovoltaico de Inti (Reunion) - 3,485MWp (Martifer Solar França)	1.498.293	-
Birmingham Gateway (Martifer Aluminios UK)	1.219.373	-
Cidade Financeira (Martifer Construções Angola)	1.148.939	-
Nova unidade cemengal Bélgica (Martifer Construções)	-	1.831.548
Parque Eólico Barão de S. João (Repower)	-	1.343.523
Douro Spirit (Navalria)	-	1.339.613
Parque Eólico Mingorubio (Repower)	-	443.171

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes nos seus contratos de financiamento, fixando taxas de juro. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram estabelecidos os seguintes contratos de derivados:

31 de dezembro de 2010

INSTRUMENTO FINANCEIRO	PARTICIPADA	CONTRAPARTE	NOCIONAL	TIPO	VENCIMENTO	JUSTO VALOR
Interest Rate Swap	Martifer Construções Metalomecânicas, SA	Banco Espírito Santo	100.000	Paga taxa fixa [3,45%] e recebe Euribor 3M	21/Mar/11	(606)
Interest Rate Swap	Martifer Construções Metalomecânicas, SA *	Banco Espírito Santo	2.100.000	Paga taxa fixa [4,390%] + Sell Cap [Taxa fixa 4.650%] e recebe Euribor 3 M	16/Nov/12	(132.064)
Interest Rate Swap	Martifer Solar SA	Santander Totta	18.500.000	Paga taxa fixa [2,24%] e recebe Euribor 3M	21/Out/15	(250.479)
Interest Rate Swap	Parque Eólico Vale Grande **	Banco Espírito Santo	5.040.000	Paga taxa fixa [2,19%] e recebe Euribor 6M	30/Jun/15	9.297
						(373.852)

* Anterior denominada Martifer Energia - Equipamentos para Energia SA

** Com a alteração da política do método de consolidação dos ativos financeiros em empreendimentos conjuntos, o Parque Eólico Vale Grande passou a ser consolidado pelo Método de Equivalência Patrimonial

31 de dezembro de 2011

INSTRUMENTO FINANCEIRO	PARTICIPADA	CONTRAPARTE	NOCIONAL	TIPO	VENCIMENTO	JUSTO VALOR
Interest Rate Swap	Martifer Construções Metalomecânicas, SA	Banco Espírito Santo	1.050.000	Fixed Rate 4.39% + Sell Cap 4,65% and receives Euribor 3M	16/Nov/12	(18.705)
Interest Rate Swap	Martifer Construções Metalomecânicas, SA	Millennium BCP	1.050.000	Fixed Rate 3.58% and receives Euribor 3M	16/Nov/12	(15.725)
Interest Rate Swap	Martifer, SGPS, SA	Barclays	14.250.000	Fixed Rate 1.91% and receives Euribor 6M	22/Nov/13	(111.324)
Interest Rate Swap	Martifer Solar, SA	Santander Totta	14.800.000	Pays fixed rate of 2,24% and receives Euribor 3M	21/Out/15	(331.711)
						(477.465)

O justo valor dos instrumentos financeiros acima referidos, avaliados pelas contrapartes, por se tratarem de *cash-flow hedges* foram registados por contrapartida da rubrica de capitais próprios 'Reservas de justo valor – Derivados' e em 'Derivados' no passivo.

O apuramento do justo valor dos derivativos contratados pelo Grupo (essencialmente, *swaps* de taxa de juro) foi efetuado pelas respetivas contrapartes (instituições financeiras com quem celebramos tais contratos). O modelo de avaliação destes derivativos, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos *Cash Flows* descontados, i.e, utilizando as *Par Rates de Swaps*, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas *Reuters* e/ou *Bloomberg*, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas *forwards* e fatores de desconto, que servem para descontar os *cash flows* fixos (*fixed leg*) e os *cash flows* variáveis (*floating leg*). O somatório das duas *legs*, dá o NPV (*Net Present Value* ou Valor Atualizado Líquido dos *cash flows* futuros ou justo valor dos derivativos).

36. COMPROMISSOS

Garantias Financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as garantias bancárias prestadas pelo Grupo a terceiros referentes a garantias bancárias e a seguros caução prestados a donos de obras cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do Grupo, discriminadas por moeda eram como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Euro	130.384.011	134.452.381
Zloti	22.392.677	4.806.124
Novo Leu	28.450	1.278.293
Dólar Americano	32.636.624	6.438.962
Dólar Australiano	6.230.111	1.356.053
Dirham Marroquino	81.059	160.197
Coroa Checa	748.988	-
Metical	59.591	-
Libra Estrelina	1.851.083	-
Dinar Tunisino	-	89.917
	194.412.594	148.581.927

O detalhe por empresa do Grupo é como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Martifer Construções	49.181.381	45.402.126
Martifer Solar Sistemas Solares	40.826.704	5.646.601
Martifer Solar	16.799.169	8.568.505
Martifer Renewables SGPS	16.262.898	-
Martifer Metallic Constructions SGPS	15.742.647	15.656.545
Martifer Alumínios	14.803.238	6.239.411
Martifer Solar Srl	14.751.686	13.889.203
Martifer Solar NV	12.188.936	4.317.183
Martifer Polska	4.212.885	3.807.602
Martifer Construcciones Metalicas Espanha	1.568.156	4.523.749
Navalria	1.494.486	7.014.207
Sassal Aluminium PTY LTD	1.435.644	1.356.053
Martifer Constructii	1.397.625	3.725.477
Martifer Konstrukcje	1.264.395	892.128
Mprime Solar Solutions SA	1.000.000	-
Martifer Alumínios Espanha	502.088	836.517
PV Glass SA	450.000	-
Promoquatro	192.072	192.073
Martifer Energia Srl	102.752	1.456.256
Martifer Solar Hellas	100.000	-
EUROCAB FV 1 SL	28.792	27.378
Eviva Nalbant SRL	28.450	-
EUROCAB FV 8 SL	11.227	11.227

	ANO 2011	ANO 2010
EUROCAB FV 9 SL	11.227	11.227
EUROCAB FV 10 SL	11.227	11.227
EUROCAB FV 11 SL	11.227	11.227
EUROCAB FV 12 SL	11.227	11.227
EUROCAB FV 17 SL	11.227	11.227
EUROCAB FV 18 SL	11.227	11.227
Solar Parks Construcción Parques Solares	-	3.000.000
Parque Solar Sesefia I, S.L.	-	2.448.200
Martifer Renovables ETVE SA	-	1.100.000
Eviva Nalbant SRL	-	28.880
Empresas que saíram do perímetro em 2011	-	18.375.244
	194.412.594	148.581.927

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos com créditos documentários à importação eram os seguintes:

	ANO 2011
Martifer Solar SA	43.805.985
Martifer Solar Sistemas Solares	12.677.905
	56.483.890

Adicionalmente, apresentam-se os principais valores de outras garantias operacionais:

	ANO 2011	ANO 2010
Martifer SGPS	88.898.000	135.131.204
Martifer Metallic Constructions SGPS	-	64.913.176
Martifer Solar	35.110.414	32.643.218
	124.008.414	232.687.598

O valor apresentado, em 2011 e 2010, inclui uma fiança a favor da BP Portugal, para garantir pagamentos resultantes da aquisição de combustíveis pela Prio Energy, S.A., bem como outras garantias no âmbito dos compromissos assumidos com a construção de parques solares. Em fevereiro de 2011 foram canceladas garantias assumidas de Euro 40,8 milhões em virtude de terem sido assinados os certificados de aceitação final de quatro parques solares em Espanha.

Em virtude dos contratos de EPC para construção de parque solares obrigarem a Martifer Solar e/ou empresas por si participadas a assumir determinadas garantias, entre as quais, a garantia da qualidade dos materiais e desenho, das instalações fotovoltaicas, de obtenção de determinados rácios de performance e de potência dos módulos fotovoltaicos, a Martifer SGPS comprometeu-se a dotar a Martifer Solar e/ou empresas por si participadas dos meios necessários para garantir o cumprimento integral das obrigações contratuais. Neste momento, considera-se que a Martifer Solar já tem capacidade de suportar estes compromissos sem o recurso à Holding.

O valor apresentado de responsabilidades assumidas pela Martifer Solar, SA respeita essencialmente a garantias no âmbito dos compromissos assumidos com a construção de parques solares em Espanha.

Garantias reais

Em 31 de dezembro de 2011 as garantias reais prestadas pelo Grupo são como se segue:

EMPRESA	GARANTIA	VALOR DO ATIVO SUBJACENTE	VALOR EM DÍVIDA
Martifer Metallic Constructions SGPS	Penhor de Ações da Martifer Aluminios SA	225.000	18.750.000
Martifer SGPS	Penhor de Ações da Martifer Solar SA	37.500.000	24.609.375
Martifer Renewables SGPS	Penhor de Ações da Martifer Renewables ETVE, S.A.U *	65.100	-
Martifer Polska	Hipoteca de terrenos e edifício	13.770.000	1.701.236
		51.560.100	45.060.611

* Está associada à garantia bancária no montante de 72.500.000 zlotys a favor do IKEA

** Também está associado a 4.748.756,29 zlotys de garantias em vigor na Martifer Polska.

No que respeita aos ativos fixos tangíveis adquiridos chama-se a atenção para os seguintes compromissos contratuais:

No âmbito do Contrato de Atribuição de Capacidade de Injeção de Potência na Rede do Sistema Elétrico de Serviço Público para Energia Elétrica Produzida em Centrais Eólicas estabelecido entre a Ventinveste, S.A. e o Estado Português, o consórcio no qual o Grupo se insere, ficou obrigado a contribuir em Euro 41.833.493 para o financiamento (através do Fundo de Inovação) de investigação a designar pelo Ministério da Economia e da Inovação, que ficará sob a orientação e supervisão de uma entidade pública. Deste montante já se encontra liquidado o valor de Euro 12.173.546 (ver nota 17). A responsabilidade do Grupo, relativamente a esta situação, será no máximo de 46% do valor que ainda não foi liquidado.

37. COMPLEMENTOS DE REFORMA

O Grupo não assumiu quaisquer responsabilidades com planos de reforma. No entanto, existe uma apólice, contratada com a Companhia de Seguros Global, que funciona como um fundo de capitalização, para complemento de reforma dos colaboradores do Grupo.

São abrangidos por este fundo todos os colaboradores com contrato de trabalho sem termo. Anualmente, sempre que o Conselho de Administração do Grupo assim o deliberar, é depositado um montante equivalente a um salário base em nome de cada um dos colaboradores. O exercício do direito ao referido complemento ocorre no momento da passagem ao estado de reforma. Cada colaborador pode então, optar pela transformação do fundo numa pensão mensal, ou em alternativa, resgatar 50% do valor acumulado e converter o restante numa renda mensal.

38. SUBSÍDIOS

O detalhe dos subsídios ao investimento atribuídos ao Grupo com impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é como se segue:

	VALOR DOS ATIVOS	VALOR DO SUBSÍDIO	SALDO EM RENDIMENTOS DIFERIDOS (NOTA 34)	EFEITO NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (NOTA 9)
Edifícios e outras construções	19.357.657	4.280.005	932.469	164.500
Equipamento básico	1.996.723	1.992.023	346.690	149.875
Equipamento administrativo	89.387	89.387	150	1.117
Outros subsídios ao investimento	56.296	55.314	-	48
Saldo final 31 dezembro 2011	21.500.062	6.416.729	1.279.308	315.540

O detalhe dos subsídios à exploração registados na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, na rubrica de outros rendimentos / (gastos) operacionais é como se segue:

EMPRESA	DESIGNAÇÃO	EFEITO NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Martifer SA	Apoio à Contratação	333.972
Martifer Alumínios SA	Apoio à Contratação	3.402
Martifer Solar, SA	Apoio à Contratação	3.411
Martifer Inovação e Gestão, SA	Apoio à Contratação	199.855
Martifer Inovação e Gestão, SA	Formação	79.709
Navalria	Desmantelamento navios	140.103
		760.452

39. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações

As participadas do Grupo têm relações entre si que se qualificam como transações com partes relacionadas. Todas estas transações são efetuadas a preços de mercado.

Nos procedimentos de consolidação estas transações são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.

Os saldos e transações com empresas associadas e empreendimentos conjuntos, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, não são eliminadas, e ascenderam aos seguintes montantes:

	CUSTOS		PROVEITOS		CONTAS A RECEBER		CONTAS A PAGAR	
	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010
Empresas associadas:								
Nutre SGPS, SA	-	-	302.371	292.081	720.446	51.899.159	-	5.967.102
Liszki Green Park Sp z o.o.	-	1.154	572.024	358.012	1.215	10.835.937	-	-
Prio Energy SGPS, SA	-	-	-	-	-	5.341.000	-	-
Parque Solar Seseña I, SL	-	-	-	-	8.486.913	1.445.250	-	-
Prio Biocombustíveis, SA	-	20.043	392.071	456.390	29.073	761.672	-	64.287
Prio Biocombustibil s.r.l.	-	7.389	142.611	-	1.051.004	462.841	81.310	18.078
Prio Agricultura s.r.l.	-	-	73.065	-	359.780	399.542	1.179.626	1.196.592
Nutre, SA	156	12.868	257.894	330.828	626.184	372.484	192	919.469
Prio Energy, SA	557.101	643.784	587.119	979.434	102.036	246.287	310.559	2.326.797
Prio Extractie s.r.l.	-	-	8.636.767	10.211.224	3.529.430	72.249	375	377
Agrozootecnia Facaeni, SA	-	-	-	-	59.732	54.400	-	-
Prio Agricultura, SA (Moçambique)	-	-	-	-	41.845	41.845	-	-
Veiga & Seabra, SA	-	-	5.000	5.525	472	17.440	-	-
Mondefin, SA	-	-	5.640	23.016	1.707	7.881	-	-
Prio Agricultura e Extração, Ltda	-	-	-	-	1.768	1.768	-	-
Agromec Balaciu, SA	-	-	27.865	957	38.548	-	-	-
Prio Biopaliwa	-	5.714	-	2.544	-	-	-	25.808
Canaverosa, s.l.	-	-	-	-	14.147.930	-	-	-
Parkcharge - Energy Systems, Lda	-	-	65	-	80	-	-	-
Prio Agrotrans s.r.l.	-	-	3.355	-	5.561	-	-	-
Prio Agroalimentar, S.A.	-	-	1.812	-	6.475	-	206.036	-
Prio Agro Industries Sp. Z o.o.	367	-	16.955	-	5.096	-	-	-
Prio Parque de Tanques de Aveiro, S.A.	-	-	61.899	-	7.228	-	-	-
Zimbrul, S.A.	-	-	105.903	-	99.537	-	19.485	-
	557.624	690.952	11.192.416	12.660.011	29.322.060	71.959.755	1.797.583	10.518.510

	CUSTOS		PROVEITOS		CONTAS A RECEBER		CONTAS A PAGAR	
	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010
Empreendimentos conjuntos:								
Proempar	-	-	-	-	-	-	-	5.000
Parque Tecnológico Tâmega	-	-	-	-	-	-	-	5.000
Eólica Belavista, Ltda.	-	-	-	-	1.095	-	-	-
Eólica Embuaca, Ltda.	-	-	-	-	1.301	-	-	-
Eviva Dunowo	-	-	-	-	754	-	-	-
MS Participações Societárias, S.A.	-	-	-	-	7.179	-	-	-
Eólica Icarai, Ltda.	-	-	-	-	3.861	-	-	-
Eólica Mar e Terra, Ltda.	-	-	-	-	2.394	-	-	-
M City Bialystok Sp. Z o. o.	-	-	345.435	-	6.523.334	-	-	-
M City Radom Sp. Z o. o.	-	-	266.659	-	4.962.496	-	-	-
Martifer Hirschfeld Energy Systems LLC	-	-	245.263	-	466.993	-	-	-
Parque Eólico Penha da Gardunha, Lda	-	-	261.687	-	6.649.749	-	-	-
Promoquatro	77.179	-	10.516	-	217.217	-	1.895.548	-
SPEE2	4.754	-	13.947	-	156.151	-	-	-
SPEE3	4.754	-	7.298	-	116.814	-	-	-
Ventinveste, S.A.	-	-	454.559	-	11.715.320	-	15.571.831	-
	86.687	-	1.605.364	-	30.824.658	-	17.467.379	10.000

As contas a receber da Nutre, SGPS, S.A. (anteriormente designada Prio Foods, SGPS, S.A.), relacionam-se com as prestações acessórias de capital, as quais não vencem juros e não têm prazo de reembolso e encontram-se deduzidas de Euro 8.695.327 relativos à aplicação do método de equivalência patrimonial no exercício de 2011.

Para além dos valores mencionados, nos quadros apresentados acima e abaixo, não existem quaisquer outros saldos ou transações mantidas com partes relacionadas do Grupo.

Os saldos e transações com acionistas e empresas com eles relacionadas são como se segue:

	CUSTOS		PROVEITOS		CONTAS A RECEBER		CONTAS A PAGAR	
	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010
Almina-Minas do Alentejo, S.A.	-	-	49.616	-	39.497	-	-	-
APCL Financeira SGPS SA	390.506	-	-	-	-	-	10.224.051	-
Creativ Centers	-	-	-	-	74.552	-	-	-
EPDM - Empresa de Perfuração e Desenvolvimento Mineiro, S.A.	-	-	8.175	-	5.627	-	-	-
Estia Development, Lda.	323.113	6.141	12.974	8.240	357.185	6.108	288.450	547.714
Estia Living Residência de Viana	-	-	890	-	1.095	-	-	-
Estia R&W, SRL	-	1.099	-	24.984	3.352	10.009	3.640	3.692
Estia RO, SRL	-	114	-	4.566	4.943	5.952	-	-
Estia SGPS, S.A.	-	-	-	-	50.000	88.343	146.702	185.044
Exclusipolis SGPS	8.441	-	-	-	-	-	-	-
Gesto Energia	-	-	19.716	-	12.121	-	627.575	-
GIG	-	-	2.488	-	-	-	-	-
GreenVouga	-	3.500	-	-	-	2.217.309	-	-
HSF SGPS, SA	-	3.719	-	-	-	-	4.694.000	9.170.106
I'M Serviços de Gestão, Lda.	-	-	15.345	-	16.744	-	-	-
I'M SGPS, SA	-	8.979	47.778	-	199.279	-	-	402.013
Kozielska Sp. z o.o.	25	-	2.786	-	3.139	-	-	-
Leszek Swedrowski	5.359	-	-	-	-	-	31.647	-
LusoLisboa - Autoestradas da Grande Lisboa, S.A.	-	-	-	20.798	-	-	-	-
Lusoscut - Autoestradas do Grande Porto, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusoscut - Autoestradas do Grande Porto, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-

	CUSTOS		PROVEITOS		CONTAS A RECEBER		CONTAS A PAGAR	
	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010
Lusoscut – Autoestradas das Beiras Litoral e Alta, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Magnum Cap	-	-	70	-	-	-	-	-
Mamaia Investments, SRL	-	-	-	5.136	3.082	4.064	-	-
Manvia, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	2.102
M-City Szczecin, Sp. z o.o.	-	-	-	2.067	-	211	-	-
Mota-Engil Angola, S.A.	15.163	-	8.641.781	-	3.046.018	-	16.261	-
Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados, Sociedade Unipessoal, Lda.	41.147	56.405	-	-	-	-	93.620	60.764
Mota-Engil Central Europe SGPS, S.A.	13.450	37.305	74.812	-	4.175	4.683	5.635	14.536
Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A.	106.541	729.740	10.386.668	15.443.348	9.425.998	14.771.967	1.007.412	1.477.587
MTO GMBH	-	1.078	-	-	-	-	-	1.305
Nana Fundulea Project Dev., BV	-	-	-	-	-	-	-	-
Operimo SGPS	-	-	-	-	-	-	372.495	-
Pawel Prondzynski	-	-	-	-	-	-	2.467	-
PowerBlades	-	71.587	-	6.809	-	219.669	-	-
Promodois, S.A.	-	-	118	2.021	145	-	-	-
Promodoze, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Promoleden, S.A.	-	74	-	18.111	-	1.077	-	-
Promoleden, Sp z.o.o.	29	-	14.412	-	24.371	-	-	-
Promoquinze	-	-	18.818	-	2.032.434	-	-	-
Quartzolita, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Rentaco, Lda.	-	1.046	-	-	-	-	-	-
Ria Blades	-	96.602	-	8.995.123	-	7.445.541	-	371.454
RO Sud, SRL	-	-	-	4.566	2.919	3.899	-	-
Rumo Soberano, Unipessoal, S.A.	-	-	-	-	-	-	63.217	-
Severis SGPS, S.A.	-	-	-	-	3.750.000	3.750.000	-	-
SOSEL - Corretores de Seguros, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Suma, S.A.	-	-	-	-	-	267.209	-	-
Tavira Gran-Plaza, S.A.	130.295	-	29.117	-	143.902	6.228	82.809	-
Ventipower S.A.	-	-	589	-	-	-	-	-
Vicaima GMBH	-	68	-	-	-	-	-	1.254
VIC SGPS Armental	-	-	-	-	-	-	212.716	-
	1.034.069	1.017.459	19.326.153	24.535.771	19.200.578	28.802.269	17.872.697	12.237.572

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não foram reconhecidas perdas de imparidade relativamente a contas a receber de partes relacionadas.

b) Compensações da administração e de outros gestores chave

As compensações atribuídas aos membros da administração e a outros gestores chave durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ascenderam a Euro 3.238.596 e Euro 3.038.469, respetivamente.

Estas compensações são determinadas pela comissão de vencimentos, tendo em conta o desempenho individual e a evolução deste tipo de mercado de trabalho.

As remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência por categoria de remuneração podem ser resumidas como se segue (valores em Euro):

	ANO 2011	ANO 2010
Remunerações fixas	2.657.428	2.631.099
Remunerações variáveis	331.336	177.500
Complementos de reforma (nota 37)	96.368	133.723
	3.085.131	2.942.322

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Martifer SGPS, aprovada nos termos da Lei 28/2009, bem como o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos referidos órgãos, de forma agregada e individual é apresentado no Relatório de Governo Societário.

Adicionalmente, e para além das empresas incluídas na consolidação (Nota 2), e das incluídas acima, procede-se à apresentação de uma listagem das partes relacionadas do Grupo Martifer (entidades relacionadas com os acionistas):

Águas de S. João, E.M., S.A.
 Akwangola, S.A.
 Almina - Minas do Alentejo, S.A.
 Ambigere, S.A.
 Ambilital – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM.
 Aquallevel - Gestão de Sistemas de informação, Soc. Unipessoal, Lda.
 Áreagolfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golf, S.A.
 Ascendi - Concessões de Transportes, SGPS, S.A.
 Ascendi - Serviços de Assessoria, Gestão e Operação, S.A.
 Ascendi Beiras Litoral e Alta - Autoestradas das Beiras Litoral e Alta, S.A.
 Ascendi Costa de Prata – Autoestradas da Costa de Prata, S.A.
 Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, S.A.
 Ascendi Grande Lisboa - Autoestradas da Grande Lisboa, S.A.
 Ascendi Grande Porto – Autoestradas do Grande Porto, S.A.
 Ascendi Group, SGPS, S.A.
 Ascendi International Holding, B.V.
 Ascendi México, S.A. de C.V.
 Ascendi Norte – Autoestradas do Norte, S.A.
 Ascendi O&M, S.A.
 Ascendi Operadora BLA – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.
 Ascendi Operadora CP – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.
 Ascendi Operadora DI - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.
 Ascendi Operadora GL - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.
 Ascendi Operadora GP – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.
 Ascendi Operadora NT – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.
 Ascendi Operadora PI - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.
 Ascendi Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, S.A.
 Asinter – Comércio Internacional, Lda.
 Aurimove – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Auto Sueco Angola, S.A.
 Bay 6.3 Kft.
 Bay Office, Kft.
 Bay Park, Kft.
 Bay Tower, Kft.
 Bay Wellness, Kft.
 Berd - Projeto Investigação e Engenharia de Pontes, SA
 Bergamon, A.S.
 Bicske Plaza Kft.
 Bohdalecká Project Development s.r.o.

Calçadas do Douro - Sociedade Imobiliária, Lda.
Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos S.A.
Cecot - Centro de Estudos e Consultas Técnicas, Lda.
CGR Catanduva - Centro de Gerenciamento de Resíduos, Ltda.
CGR Guataparã - Centro de Gerenciamento de Resíduos, Ltda.
CGR Jardinópolis - Centro de Gerenciamento de Resíduos, Ltda.
CGR Participações S.A.
Chinalog - Serviços Logísticos e Consultadoria, Lda.
Cimertex & Companhia- Comércio Equip. e Ser. Técnicos, Lda.
Cimertex Angola – Sociedade de Máquinas e Equipamentos, Lda.
Citrave - Centro Integrado de Resíduos de Aveiro, S.A.
Cittrup – Centro Integrado de Resíduos, Lda.
City Profit - Inv. Imobiliários e Turísticos, Lda.
Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S.A.
Concessionaria Autopista Perote Xalapa, S.A. DE C.V.
Construcciones Crespo, SA
Corgimobil - Empresa Imobiliária das Corgas, Lda.
Correia & Correia, Lda.
Detalhes Urbanos, S.A.
Devonská Project Development A.S.
Dmowskiego Project Development
Domínio Reservado, Lda.
Ecolezíria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, E. I. M.
Edifício Mota Viso – Soc. Imobiliária, Lda.
Edipainel – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda.
Ekosrodowisko Spółka z.o.o.
Eltor, S.A.
Emocil – Empresa Moçambicana de Construção Imobiliária
EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, S.A.
Engber Kft.
Engber Kft.
Enviroil – Resíduos e Energia, Lda.
EPDM - Empresa de Perfuração e Desenvolvimento Mineiro, S.A.
Estia Development, Lda.
Estia R&W, SRL
Estia RO, SRL
Estia SGPS, S.A.
Estialiving Residência Aveiro, S.A.
Estialiving Residência Porto, S.A.
Estialiving Residência Viana S.A.
Estialiving, S.A.
Estradas do Zambeze, S.A.
Expertooption, SGPS S.A.
Fatra - Fábrica de Trefilaria de Angola, S.A.
Ferreiros & Almeida, S.A.
Ferroviárias e Construções, S.A.
Fibreglass Sundlete (Moç), Lda
Finibanco Holding SGPS, SA
Geo Vision, Soluções Ambientais e Energia, S.A.
Gestiponte - Operação e Manutenção das Travessias do Tejo, S.A.
Glan Agua, Ltd
Grossiman, S.L.
GT - Investimentos Internacionais SGPS, SA
Haçor, Conc. Edifício do hospital da ilha terceira, SA
HEPP - Hidroenergia de Penacova e Poiães, Lda.
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A.
HSF SGPS, SA
Hungária Hotel Kft. Achat
Ibercargo Rail, S.A.

Icer – Indústria de Cerâmica, Lda.
 I'M Mining SGPS, SA
 I'M Serviços de Gestão, Lda.
 I'M SGPS, SA
 Immo Park, Sp. z o.o.
 Impulsora de Desarrollo Integral, S.A de C.V.
 Indaqua – Indústria e Gestão de Águas, S.A.
 Indaqua Fafe – Gestão de Águas de Fafe, S.A.
 Indaqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A.
 Indaqua Matosinhos - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A.
 Indaqua Santo Tirso – Gestão de Águas de Santo Tirso, S.A.
 Indaqua Vila do Conde - Gestão de Águas de Vila do Conde, S.A.
 Invespor Holding, BV
 InvestAmbiente - Recolha de Resíduos e Gestão de Sistemas de Saneamento Básico, S.A.
 Jeremiasova Project Development, s.r.o.
 Kilińskiego Project Development Sp. z o.o.
 Kordylewskiego Project Development Sp. z o.o.
 Kozielska, Sp. z o.o.
 Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda.
 Leão Ambiental, S.A.
 Liscont - Operadores de Contentores, S.A.
 Logz - Atlantic Hub, S.A.
 Lokemark - Soluções de Marketing
 Luma - Limpeza Urbana e Meio Ambiente, Ltda.
 Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.
 Mamaia Investments, SRL
 Mamaia Investments, SRL
 Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A.
 Manvia II Condutas, Lda.
 M-City Szczecin, Sp. z o.o.
 Mercado Urbano - Gestão Imobiliária, S.A.
 MESP - Mota Engil , Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S.A.
 MESP Central Europe Sp. z o. o.
 Metroepszolg, Zrt
 Mil e Sessenta – Sociedade Imobiliária, Lda.
 M-Invest Bohdalec, A.S., v likvidaci
 M-Invest Devonska, s.r.o.
 M-Invest Slovakia Mierova , s.r.o.
 M-Invest Slovakia Trnavska, s.r.o.
 M-Invest, sro
 MK Contractors, LLC
 Mota Internacional – Comércio e Consultadoria Económica, Lda.
 Motadómus - Sociedade Imobiliária, Lda.
 Mota-Engil África, SGPS, S.A.
 Mota-Engil Angola, S.A.
 Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados, Sociedade Unipessoal, Lda.
 Mota-Engil Brand Management B.V.
 Mota-Engil Brasil Participações, Ltda.
 Mota-Engil Central Europe Ceska Republika
 Mota-Engil Central Europe Hungary Beruházási és Építőipari Kft.
 Mota-Engil Central Europe Romania S.R.L.
 Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika
 Mota-Engil Central Europe, S.A.
 Mota-Engil Central Europe, SGPS, S.A.
 Mota-Engil Colômbia, S.A.S
 Mota-Engil Energia, S.A.
 Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A.
 Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, S.A.
 Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, S.A.

Mota-Engil Investitii AV s.r.l.
Mota-Engil Ireland Construction Limited
Mota-Engil Ireland Services Ltd.
Mota-Engil Magyarország Zrt.
Mota-Engil México, S.A. de C.V.
Mota-Engil Pavimentações, S.A.
Mota-Engil Peru, S.A.
Mota-Engil Project 1 Kft.
Mota-Engil Property Investments Sp. z o.o.
Mota-Engil Real Estate Hungary Kft
Mota-Engil Real Estate Management
Mota-Engil Real Estate Portugal, S.A.
Mota-Engil S.Tomé e Príncipe
Mota-Engil Srodowisko, Sp. z o.o.
Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A.
Mota-Engil, Brands Development Limited
Mota-Engil, SGPS, S.A., Sociedade Aberta
Mota-Engil-Opway Mexicana, S.A. De C.V.
MTO GmbH
Multiterminal - Soc. De Estiva e Tráfego, S.A.
Nádor Öböl Kft.
Nádor Öböl, Kft.
Nana Fundulea Project Dev., BV
NGA - Núcleo de Gerenciamento Ambiental, Ltda.
NGA Jardinópolis - Núcleo de Gerenciamento Ambiental, Ltda.
NGA Ribeirão Preto - Núcleo de Gerenciamento Ambiental, Ltda.
Nortedómus, Lda.
Nova Beira - Gestão de Resíduos, S.A.
Novaflex - Técnicas do Ambiente, S.A.
Novicer-Cerâmicas de Angola, Lda.
Öböl Invest Kft.
Öböl Invest, Kft.
Öböl XI Kft.
Öböl XI, Kft.
Operadora das Estradas do Zambeze, S.A.
Operestiva - Empresa de Trabalho Portuário de Setúbal, Lda.
Padrão Invulgar, Lda.
Park Charge - Energy Systems, Lda.
Parquegil - Planeamento e Gestão de Estacionamento, S.A.
Pentele-Alisca Autópálya - Uzemeleto Kft.
Plastowska Project Development Sp. z o.o.
Planinova – Sociedade Imobiliária, S.A.
Plaza Center, S.A.
Prefal – Préfabricados de Luanda, Lda.
Probigalp Ligantes Betuminosos, S.A.
Proempar - Promoção e Gestão de Parques Empresariais e Tecnológicos, S.A.
Promodois, S.A.
Promodoze, S.A.
Promojeden, S.A.
Promovinte, S.A.
Przedsiębiorstwo Robót Drogowo - Mostowych w Lublinie Sp z o.o.
PTT - Parque Tecnológico do Tâmega
Quartzolita - Minas, Geotecnia e Construções, S.A.
Real Verde - Técnicas de Ambiente, S.A.
Reciclax - Reciclagem de Resíduos da Construção Civil Ltda.
Rentaco - Equipamentos de Construção, Transportes, Combustíveis e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda.
Rentaco Angola
Resiges - Gestão de Resíduos Hospitalares, Lda.
Resilei – Tratamento de Resíduos Industriais, Lda

Rima – Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A.
 RO Sud, SRL
 RTA - Rio Tâmega, Turismo e Recreio, S.A.
 Rumo Soberano, Unipessoal Lda.
 Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, S.A.
 Sampaio Kft.
 Sampaio, Kft.
 Sealine - Navegação e Afretamentos
 Sedengil – Sociedade Imobiliária, Lda.
 Serurb Brasil Participações Ltda.
 Severis SGPS, S.A.
 SGA – Sociedade de Golfe de Amarante, S.A.
 SIGA - Serviço Integrado Gestão Ambiental
 Símbolo Abstrato, Lda.
 SLPP - Serviços Logísticos de Portos Portugueses, S.A.
 Socarpor - Soc. Cargas Port. (Aveiro), S.A.
 Socarpor - Soc. Gestora de Participações Sociais (Douro e Leixões) S.A.
 Sociedade de Terminais de Moçambique, Lda
 Sol-S Internacional, Tecnologias de Informação, S.A.
 Soltysowska Project Development Sp. z o.o.
 Soltysowska, Sp. z o.o.
 Sonauta - Sociedade de Navegação, Lda.
 SOSEL - Corretores de Seguros, S.A.
 Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, S.A.
 SRI - Gestão de Resíduos, Lda
 Steinerova Project Development A.S.
 Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.
 Suma Brasil Participações Ltda.
 Suma Douro
 Suma Esposende
 Suma Matosinhos
 Suma Porto
 Száz - Invest Project Development Kft.
 Tabella Holding, BV
 Takargo-Trasporte de Mercadorias, S.A.
 Tavira Gran-Plaza, S.A.
 TCL - Terminal de Contentores de Leixões, S.A.
 Tecnocarril – Sociedade de Serviços Industriais e Ferroviários, Lda.
 Terminais Portuários Euroandinos
 Ternor - Sociedade de Exploração de Terminais, S.A.
 Tersado - Terminais Portuários do Sado, S.A.
 Tertir - Concessões Portuárias, SGPS, S.A.
 Tertir - Terminais de Portugal, S.A.
 Tetenyi Project Development Kft
 Tracevia – Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda.
 Tracevia Angola - Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda.
 Transitex - Trânsitos de Extremadura, S.A.
 Transitex - Trânsitos de Extremadura, S.L.
 Transitex do Brasil Serviços e Logística, Ltda.
 Transitex México, S.A. de C.V.
 Transitex Moçambique, Lda
 Transitos de Extremadura S.L. Transitex Lietuvos filialas
 Tratofoz - Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A.
 Traversofer - Industrie et Services Ferroviaires SARL
 Triu - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A.
 TTRM, Transferência e Triagem de Resíduos da Madeira ACE
 Turalgo-Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S.A.
 VBT - Projetos e Obras de Arquitetura Paisagística, Lda
 Via Verde Portugal, S.A.

Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A.
Vic, GmbH
Vicaima, GmbH
Vista Energy Environment & Services
Vista Waste Management, Lda
Vista Water, Lda.
Vortal – Comércio Eletrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A.
Wideland Vision, Lda.
Wilanów PD, Sp. z o.o.
Wilanow Project Development SP. z.o.o.
Wilenska Project Development Sp. z.o.o.
Zöld-Project 2 Kft.
Zsombor Utcai Kft.

Adicionalmente, procede-se à apresentação dos Administradores da Martifer SGPS:

- i. Carlos Manuel Marques Martins
- ii. Jorge Alberto Marques Martins
- iii. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
- iv. Luís Filipe Cardoso da Silva
- v. Mário Jorge Henriques Couto
- vi. Luís Valadares Tavares
- vii. Jorge Bento Ribeiro Barbosa Farinha

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Martifer decide encerrar fábrica de Benavente

A administração da Martifer Metallic Constructions tomou a decisão de encerrar, em agosto de 2012, a fábrica de estruturas metálicas de Benavente. Este encerramento deve-se a um reajuste da capacidade de resposta ao nível industrial devido à quebra na procura no setor da construção em toda a península Iberica.

Martifer vence adjudicação de dois navios-hotel

A Martifer vence a adjudicação de dois navios-hotel da Douro Azul vão ser construídos até 2013 na Navalria, num negócio de aproximadamente 22 milhões de euros.

41. RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE ATIVOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de ativos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 podem ser analisados como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Recebimentos:		
Alienação da Bukowsko	692.395	-
Alienação da Repower	10.000.000	-
Alienação da IWP	2.749.526	-
Redução do interesse económico na MS Participações societárias (Faisas)	2.054.147	-
Alienação da Gargano Solar	877.573	-
Adiantamento Wiatrowa	16.324.784	-
Alienação da participação financeira na EDP	-	45.202.282
Alienação do PE Holleben	-	15.711.000
Alienação do PE Bippen	-	10.639.000
Redução do interesse económico na PRIO	-	10.000.000
Alienação de 50% do PE Penha da Gardunha	-	5.149.002
Alienação da Home Energy	-	2.050.814
Alienação da GreenVouga	-	1.750.000
Outros	85.578	2.135.610
	32.784.004	92.637.708
Pagamentos:		
Aquisição de 12% da Gizalki	330.000	-
Milestones Wiatrowa	790.190	1.624.082
Aquisição da Martifer Alumínios	4.988.750	11.250.000
Milestones SPEE2	-	1.375.000
Outros	28.000	2.500
	6.136.940	14.251.582

No caso dos recebimentos e pagamentos de ativos financeiros, não existem diferenças entre os valores reportados em 2010 e a sua reexpressão em virtude da alteração do método de consolidação dos empreendimentos conjuntos.

42. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1 de março de 2012. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de dezembro de 2011, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

Oliveira de Frades, 1 de março de 2012

O Técnico Oficial de Contas

Isabel Cristina Loureiro Silva

A Administração

Carlos Manuel Marques Martins

Jorge Alberto Marques Martins

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo

Luís Filipe Cardoso da Silva

Mário Jorge Henriques Couto

Luís Valadares Tavares

Jorge Bento Ribeiro Barbosa Farinha



INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL

13

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS**

13 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	NOTAS	ANO 2011 IFRS (AUDITADO)	ANO 2010 IFRS (AUDITADO)
Vendas e prestações de serviços	2	4.083.346	4.139.631
Fornecimentos e serviços externos	3	(1.138.198)	(972.859)
Gastos com o pessoal	4	(2.024.767)	(2.047.753)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	5	(826.362)	-
Outros rendimentos e ganhos		82.681	104.634
Outros gastos e perdas		(17.448)	(38.952)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		159.253	1.184.701
Amortizações e depreciações	10 e 11	(51.470)	(47.480)
Provisões e perdas de imparidade	5	(21.680.643)	(65.776.190)
Resultado operacional		(21.572.860)	(64.638.969)
Juros e rendimentos similares obtidos	6	10.630.299	6.895.828
Juros e gastos similares suportados	6	(9.054.472)	(4.271.434)
Ganhos/perdas em ativos financeiros	7	-	(7.990.165)
Resultado antes de impostos		(19.997.033)	(70.004.740)
Imposto sobre o rendimento	8	(1.230.677)	(831.798)
Resultado líquido do exercício		(21.227.710)	(70.836.538)
Resultado líquido por ação			
Básico	9	(0,2148)	(0,7089)
Diluído	9	(0,2148)	(0,7089)

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	ANO 2011 IFRS (AUDITADO)	ANO 2010 IFRS (AUDITADO)
Resultado líquido do exercício	(21.227.710)	(70.836.538)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados, líquido de imposto	(81.823)	-
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imposto	-	-
Reserva de revalorização de ativos fixos tangíveis, líquida de imposto	-	-
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	(81.823)	-
Rendimento integral do exercício	(21.309.533)	(70.836.538)

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	NOTAS	31 DEZEMBRO 2011 IFRS (AUDITADO)	31 DEZEMBRO 2010 IFRS (AUDITADO)
ATIVO			
Não Corrente			
Ativos intangíveis	10	20.594	4.061
Ativos fixos tangíveis	11	50.407	98.529
Ativos financeiros	12	360.261.725	180.348.429
Empresas do grupo	13	1.178.460	129.876.000
Ativos por impostos diferidos	8	133.697	1.304.196
		361.644.883	311.631.215
Corrente			
Clientes	14	2.089.423	2.024.835
Adiantamentos a fornecedores		4.594	-
Imposto sobre o rendimento	15	830.178	295.533
Empresas do grupo	13	25.000.351	64.773.283
Outras contas a receber	14	4.034.252	4.617.604
Diferimentos		1.278.585	1.280.225
Caixa e seus equivalentes	16	937.405	235.312
		34.174.788	73.226.793
Total do Ativo		395.819.670	384.858.008
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	17	50.000.000	50.000.000
Ações próprias	17	(2.415.630)	(852.587)
Prêmios de emissão	17	186.500.000	186.500.000
Reservas legais	17	7.696.844	7.696.844
Outras reservas	17	2.614.609	966.082
Resultados transitados	17	20.217.077	92.616.657
Outras variações do capital próprio	17	(81.823)	-
Resultado líquido do exercício		(21.227.710)	(70.836.538)
Total do Capital Próprio		243.303.367	266.090.458
PASSIVO			
Não Corrente			
Financiamentos obtidos	18	91.796.875	53.859.375
		91.796.875	53.859.375
Corrente			
Fornecedores	19	672.661	345.028
Estado e outros entes públicos	15	52.615	207.753
Empresas do Grupo		108.131	
Financiamentos obtidos	18	58.460.703	63.310.625
Outras contas a pagar	19	1.313.995	1.044.769
Instrumentos financeiros derivados	20	111.324	
		60.719.428	64.908.175
Total do Passivo		152.516.303	118.767.550
Total do Capital Próprio e do Passivo		395.819.670	384.858.008

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	CAPITAL	AÇÕES PRÓPRIAS	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo em 1 de janeiro de 2010	50.000.000	-	186.500.000	2.713.238	17.347	(8.847.106)	-	117.299.956	347.683.436
Aplicação do resultado líquido de 2009	-	-	-	4.983.606	-	112.316.350	-	(117.299.956)	-
Rendimento integral do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(70.836.538)	(70.836.538)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de revalorização de ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Rendimento Integral do período	-	-	-	-	-	-	-	(70.836.538)	(70.836.538)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(10.000.000)	-	-	(10.000.000)
Aquisição/alienação de ações próprias	-	(852.587)	-	-	852.587	(852.587)	-	-	(852.587)
Opções sobre ações – valor dos serviços prestados	-	-	-	-	96.147	-	-	-	96.147
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prêmios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010	50.000.000	(852.587)	186.500.000	7.696.844	966.082	92.616.657	-	(70.836.538)	266.090.458
Saldo em 1 de janeiro de 2011	50.000.000	(852.587)	186.500.000	7.696.844	966.082	92.616.657	-	(70.836.538)	266.090.458
Aplicação do resultado líquido de 2010	-	-	-	-	-	(70.836.538)	-	70.836.538	-
Rendimento integral do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(21.227.710)	(21.227.710)
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-	(81.823)	-	(81.823)
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de revalorização de ativos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Rendimento Integral do período	-	-	-	-	-	-	(81.823)	(21.227.710)	(21.309.533)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição/alienação de ações próprias	-	(1.563.042)	-	-	1.563.042	(1.563.042)	-	-	(1.563.042)
Opções sobre ações – valor dos serviços prestados	-	-	-	-	85.484	-	-	-	85.484
Alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prêmios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	50.000.000	(2.415.630)	186.500.000	7.696.844	2.614.609	20.217.077	(81.823)	(21.227.710)	243.303.367

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

	ANO 2011 IFRS (AUDITADO)	ANO 2010 IFRS (AUDITADO)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	3.918.171	9.164.543
Pagamentos a fornecedores	(836.003)	(817.100)
Pagamentos ao pessoal	(2.085.495)	(1.959.712)
Fluxos gerados pelas operações	996.673	6.387.731
Pagamento de imposto sobre o rendimento	(221.377)	397.606
Outros recebimentos /(pagamentos) de atividades operacionais	(347.091)	683.361
Outros fluxos gerados	(568.468)	1.080.967
Fluxos das atividades operacionais (1)	428.205	7.468.697
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos financeiros	343.495.303	209.491.821
Ativos fixos tangíveis	29.435	72.298
Ativos intangíveis		
Juros e rendimentos similares	1.004.250	1.776.753
Dividendos		
Outros		
	344.528.987	211.340.872
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos financeiros	(367.180.135)	(244.212.600)
Ativos fixos tangíveis	(663)	(108.153)
Ativos intangíveis	(25.789)	(624)
Outros		
	(367.206.587)	(244.321.376)
Fluxos das atividades de investimento (2)	(22.677.600)	(32.980.505)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	337.534.800	350.909.904
Aumentos de capital, prest. suplem., prémios de emissão		
Subsídios e doações		
Outros		
	337.534.800	350.909.904
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(304.447.222)	(310.041.771)
Amortizações de contratos de locação financeira		
Juros e gastos similares	(8.573.048)	(5.272.984)
Dividendos		(9.871.178)
Aquisição de ações próprias	(1.563.042)	(850.004)
Outros		
	(314.583.312)	(326.035.937)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	22.951.488	24.873.967
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	702.093	(637.840)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	235.312	873.152
Caixa e seus equivalentes no fim do período	937.405	235.312

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

14

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS**

14 | ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Martifer SGPS, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima, com sede na Zona Industrial, Apartado 17, Oliveira de Frades - Portugal, constituída em 29 de outubro de 2004 e que tem como atividade principal a gestão das participações sociais por si detidas e prestação de serviços de suporte às empresas do Grupo.

A partir de junho de 2007 e após a realização com sucesso de uma Oferta Pública de Subscrição a Martifer SGPS, S.A. passou a ter as suas ações cotadas na Euronext Lisboa.

A Empresa encontra-se obrigada, nos termos do Artº 4º do Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, a elaborar as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas pela União Europeia nos termos do Artº 3º do referido regulamento.

De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Todos os montantes apresentados nestas notas explicativas são apresentados em Euro, salvo se expressamente referido em contrário.

1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras individuais da Martifer, SGPS, SA e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS'), tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2011. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ('SIC'), que tenham sido adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para a revalorização de certos ativos não correntes e de certos instrumentos financeiros, que se encontram registados pelo justo valor.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os IAS/IFRS, o Conselho de Administração da Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados (Nota 1 xvii)). Todas as estimativas e assumpções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

Adoção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	DATA DE EFICÁCIA
IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Emendas)	01-07-10
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações (Emendas)	01-07-10
IAS 24 – Partes relacionadas (Revista)	01-01-11
IFRIC 14 – O limite sobre um ativo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respetiva interação	01-01-11
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital	01-07-10
IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos	01-01-11
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro	01-01-11

O efeito nas demonstrações financeiras da Empresa do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi material.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adotadas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

	DATA DE EFICÁCIA
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações (Transferência de Ativos Financeiros)	01-07-11

Não é possível nesta data estimar os efeitos que a aplicação destas normas pode ter nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas ainda em processo de aprovação pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram já emitidas a esta data, embora não se encontrem ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

	DATA DE EFICÁCIA
IFRS 9 – Instrumentos financeiros: classificação e mensuração	01-01-15
IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Emendas)	01-07-11
IAS 12 – Impostos sobre o rendimento (Emendas)	01-01-12
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	01-01-13
IFRS 11 – Acordos conjuntos	01-01-13
IFRS 12 – Divulgações de interesses em outras entidades	01-01-13
IFRS 13 – Mensuração do justo valor	01-01-13
IAS 19 – Benefícios de empregados	01-01-13
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras	01-07-12

Não é possível nesta data estimar os efeitos que a aplicação destas normas pode ter nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Os principais critérios valorimétricos, julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais da Empresa, nos exercícios apresentados, são os seguintes:

i) Ativos não correntes classificados como detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o valor dos mesmos for recuperado através de uma operação de venda, ao invés do seu uso continuado ou quando a Empresa perde o controlo sobre uma unidade operacional significativa. Contudo, tal classificação exige que a transação de venda seja altamente provável, que o ativo se encontre disponível para venda imediata, que o Conselho de Administração da Empresa esteja comprometido com a alienação do mesmo e que a mesma ocorra no curto prazo (normalmente, mas não exclusivamente no prazo de um ano).

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados ao mais baixo do seu valor contabilístico, ou do seu valor de realização, deduzido dos gastos com a sua alienação, sendo a amortização dos ativos fixos afetos à unidade operacional detida para venda interrompida durante tal período.

ii) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos pela Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para a Empresa, se possa medir razoavelmente o seu valor e se a Empresa possuir o controlo sobre os mesmos.

Os ativos intangíveis são constituídos basicamente por *software* e direitos de propriedade industrial, sendo os mesmos amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

iii) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 a 5 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

iv) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

a) Instrumentos financeiros:

A Empresa classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: 'Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Ativos financeiros disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

- Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados: esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativos financeiros detidos para negociação' e 'Ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria, nomeadamente, se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira;

- Investimentos detidos até ao vencimento: esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e cuja intenção do Conselho de Administração é a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento;

- Ativos financeiros disponíveis para venda: incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Os 'investimentos detidos até ao vencimento' são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira. Os investimentos registados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é considerado como sendo o valor pago, incluindo despesas de transação, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ativos financeiros que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas resultantes da alteração de justo valor dos instrumentos financeiros valorados ao justo valor através de resultados são registados nas demonstrações dos resultados na rubrica de resultados financeiros.

Os ativos financeiros detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

Os ativos financeiros em partes de capital em empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27 ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Clientes e outras contas a receber

As dívidas de 'Clientes' e de 'Outros devedores' não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade reconhecidas nas rubricas de 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

c) Financiamentos obtidos

Os financiamentos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses financiamentos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

d) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

e) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação. São considerados pela Empresa instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transação evidencie que a Empresa detém um interesse residual num conjunto de ativos após dedução de um conjunto de passivos.

f) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos financeiros de cobertura de fluxos de caixa respeitam exclusivamente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro (cobertura de *cash-flow*) são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente revalorizados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos, associadas à parcela de cobertura efetiva, são reconhecidas na demonstração do rendimento integral na rubrica 'Reservas de justo valor – Derivados', sendo transferidos para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta os resultados. A parcela de cobertura não efetiva é registada na demonstração dos resultados do exercício, no momento em que é apurada.

A revalorização dos instrumentos financeiros derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas reconhecidas na demonstração do rendimento integral na rubrica 'Reservas de justo valor - Derivados' são transferidas para resultados do exercício, e as revalorizações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

v) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e seus equivalentes' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria (com vencimento inferior a três meses) para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

vi) Rédito e especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de 'Outras contas a receber', 'Diferimentos' e 'Outras contas a pagar'.

O rédito associado a dividendos é reconhecido no momento em que o direito da Empresa ao recebimento dos mesmos for estabelecido.

O rédito associado aos juros é reconhecido de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o valor do capital mutuado e a taxa de juro efetiva da operação.

vii) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas, pelo seu valor bruto, como ganhos e perdas na demonstração dos resultados do exercício.

viii) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12. O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como a alguns créditos fiscais atribuídos à Empresa.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados apenas quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação dos impostos diferidos ativos, sendo os mesmos desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O montante de imposto diferido que resulte de transações ou eventos reconhecidos em contas de capital próprio, é registado diretamente nessas mesmas rubricas, não afetando o resultado do exercício.

ix) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto do exercício de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

x) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor atual dos mesmos.

xi) Imparidade de ativos

É efetuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e, consequentemente, o ativo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (quer através do custo histórico, quer através do seu valor reavaliado, líquido de amortizações ou depreciações) caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

xii) Benefícios aos empregados**Complementos de reforma**

Conforme mencionado na Nota 22, a Empresa contratou junto de uma empresa de seguros uma apólice, que se traduz num fundo de capitalização, para fazer face aos complementos de reforma a atribuir no futuro aos seus colaboradores.

As dotações de capital efetuadas para a referida apólice de seguro, mantida na Companhia de Seguros Global, são efetuadas anualmente, sempre que o Conselho de Administração da Empresa assim o delibere, e caso venham a ter lugar, traduzem-se num montante equivalente a um salário base por colaborador e são registadas como gasto, na demonstração dos resultados, na rubrica 'Gastos com o pessoal'. Adicionalmente, o direito a receber tal seguro na idade de reforma apenas ocorrerá se o colaborador terminar a sua carreira no Grupo, caso contrário perderá o direito ao mesmo.

Opções sobre ações

A Empresa remunera os serviços prestados por alguns dos seus colaboradores, através de um plano de atribuição de opções sobre ações, liquidado com base em capital próprio. O justo valor dos serviços recebidos é registado como um gasto na demonstração dos resultados, por contrapartida de um incremento nos capitais próprios, ao longo do período de aquisição de direitos pelos colaboradores. O valor total a registar como gasto foi determinado com base no justo valor das opções atribuídas, que foi estimado apenas com recurso a condições de mercado. As condições de aquisição que não são as condições de mercado foram consideradas para estimar o número de opções que no final do período de aquisição terão direitos adquiridos. Em cada data de relato, a Empresa revê a estimativa do número de opções que se espera que se tornem exercíveis e reconhece o impacto da revisão da estimativa original na demonstração dos resultados por contrapartida da demonstração das alterações no capital próprio.

xiii) Classificação na demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

xiv) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

xv) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e seus equivalentes' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos tangíveis e intangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, e pagamento de dividendos.

xvi) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (*adjusting events*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (*non adjusting events*), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

xvii) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem:

- testes de imparidade realizados aos ativos financeiros;
- registo de provisões e perdas de imparidade;
- apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados;
- reconhecimento de ativos por impostos diferidos decorrentes de perdas fiscais;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

xviii) Gestão dos riscos financeiros

A incerteza, característica dominante dos mercados, comporta em si uma variedade de riscos aos quais as atividades do Grupo Martifer se encontram expostas, designadamente, risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

O risco taxa de câmbio traduz-se na possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio da Empresa resulta da existência de subsidiárias localizadas em países em que a moeda local é diferente do Euro e das operações realizadas entre essas subsidiárias e outras empresas do Grupo e da existência de transações efetuadas pelas empresas operacionais em moeda diferente da moeda de reporte do Grupo.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pela Empresa tem como objetivo último diminuir ao máximo a sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

b) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro traduz a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado.

A Empresa recorre a financiamentos externos no decurso da sua atividade, estando exposta ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira da Empresa está indexada a taxas de juro de mercado.

Nos empréstimos de médio e longo prazo mais significativos, a Empresa recorre a empréstimos de taxa fixa ou a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a alterações nas taxas de juro vigentes nesses empréstimos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos derivados de taxa de juro contratados são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contraídos, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da Empresa fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis.

A Empresa procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações. Investimentos realizados em ativos fixos, incluindo ativos financeiros, são financiados com recurso a financiamento de longo prazo (capitais próprios e empréstimos não correntes), enquanto que responsabilidades correntes são financiadas com empréstimos de curto prazo. Os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 5 a 7 anos, normalmente com períodos de carência de reembolso de capital de 1 a 2 anos.

O risco de liquidez é descrito mais pormenorizadamente na Nota 18.

d) Risco de crédito

O risco de crédito, na Empresa, resulta maioritariamente do seu relacionamento com Instituições financeiras, no decurso normal da sua atividade, associado ao potencial incumprimento, por parte de Instituições financeiras, com as quais a Sociedade tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados.

Para mitigar este risco, a Empresa diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito e privilegia a contratação de instrumentos financeiros pouco complexos, em detrimento de instrumentos cuja estrutura não seja completamente conhecida.

2. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 referem-se, maioritariamente, aos fees de gestão (management fees) debitados às participadas:

	ANO 2011	ANO 2010
Prestações de serviços	4.083.346	4.139.631
	4.083.346	4.139.631

O nível dos serviços de suporte que a Holding prestou às restantes empresas do Grupo, durante 2011, manteve-se relativamente estável.

3. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é a seguinte:

	ANO 2011	ANO 2010
Trabalhos especializados	586.669	412.788
Rendas e alugueres	195.853	190.001
Honorários	129.607	166.771
Deslocações e estadas	67.348	58.885
Combustíveis	22.072	19.588
Seguros	80.082	73.838
Comunicação	27.881	18.116
Conservação e reparação	10.014	11.969
Material de escritório	4.990	9.196
Contencioso e notariado	1.166	1.775
Artigos para oferta	1.424	1.385
Despesas de representação	1.291	405
Publicidade e propaganda	609	386
Outros	9.190	7.755
	1.138.198	972.859

4. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Remunerações	1.657.664	1.719.417
Encargos Sociais:		
Outros	367.103	328.335
	2.024.767	2.047.753

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica 'Outros' inclui, essencialmente, os gastos suportados com a Segurança Social, com gastos de ação social, formação, medicina no trabalho e seguro de acidentes de trabalho.

5. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE

As provisões e as perdas de imparidade dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Perdas de imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	826.362	-
Perdas de imparidade em ativos financeiros (Nota 12)	21.680.643	65.776.190

No final de 2011, foram registadas perdas de imparidade, na participação detida na Martifer Renewables, SGPS, SA, no valor de 18 milhões de euros, resultantes do teste de imparidade efetuado àquele ativo. O reforço da perda de imparidade no exercício deve-se essencialmente ao resultado líquido negativo registado por aquela participada decorrente dos fortes encargos financeiros suportados, de perdas de imparidade em algumas subsidiárias e provisões para riscos e encargos. Por outro lado também reflete a perda na venda das participações na IWP Sp.Z.o.o. e Bukowsko Wind Energy Sp.Z.o.o. (parques eólicos Leki Dukielskie e Bukowsko) que ocorreu em setembro de 2011.

Já no final de 2010, tinham sido registadas perdas de imparidade, na participação detida na Martifer Renewables, SGPS, SA, resultantes de perdas de imparidade registadas nos ativos daquela área de negócio relacionadas com a incorporação das alterações de comportamento nos mercados financeiros mundiais nas perspetivas futuras dos projetos em curso, em particular nos projetos dos EUA, Polónia, Roménia e Austrália.

Adicionalmente foram registadas perdas de imparidade no valor de 2 milhões de euros para a participação e empréstimos concedidos à participada Eviva Hidro, s.r.l. por existirem incertezas acerca da recuperabilidade daqueles montantes, de 1,6 milhões de euros para a participação na Martifer Inovação e Gestão, bem como uma perda de 0,8 milhões de euros para o saldo a receber da empresa Martifer Renewables Electricity LLC vendida no primeiro trimestre de 2011.

Os testes de imparidade aos vários investimentos da Empresa foram elaborados de acordo com o método de Discounted Cash Flow (DCF). Os valores das avaliações são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projeções, a cinco anos, de cash flows futuros para cada um dos negócios, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelos Conselhos de Administração.

Essas estimativas foram elaboradas considerando uma taxa de desconto 9,27% para Portugal, entre 8,74% a 9,30% para a Roménia, e de 9,64% para o Brasil, e uma taxa de crescimento na perpetuidade entre 0% e 1% para os vários negócios.

6. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser analisados como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Juros e rendimentos similares obtidos		
Empréstimos e contas a receber (incluindo depósitos bancários)		
Juros obtidos	10.630.299	6.895.828
Outros rendimentos e ganhos financeiros relativos a outros ativos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	-	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	-
Total dos juros e rendimentos similares obtidos	10.630.299	6.895.828
Juros e gastos similares suportados		
Empréstimos e contas a pagar		
Juros suportados em empréstimos bancários	6.522.674	3.053.899
Outros gastos e perdas financeiros relativos a outros passivos financeiros		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2.720	188
Outros gastos e perdas financeiros	2.529.078	1.217.347
Total dos juros e gastos similares suportados	9.054.472	4.271.434

Os outros gastos e perdas financeiras resultam essencialmente de comissões suportadas nas emissões de papel comercial.

7. GANHOS/(PERDAS) EM ATIVOS FINANCEIROS

Não se registaram ganhos ou perdas em activos financeiros em 2011. A perda registada em 2010, refere-se à alienação de 11% das participações detidas na Prio Energy, SGPS, SA e Nutre, SGPS, SA (anteriormente designada Prio Foods, SGPS, SA) no primeiro trimestre desse ano.

8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe dos ativos e passivos geradores de impostos diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisado da seguinte forma:

	ANO 2011	ANO 2010
Prejuízos fiscais	104.196	1.304.196
Justo valor dos instrumentos financeiros derivados	29.501	-
	133.697	1.304.196

Em 31 de dezembro de 2011, os ativos por impostos diferidos ascendiam a Euro 133.697 (2010: Euro 1.304.196), sendo o efeito na demonstração dos resultados negativo de Euro 1.200.000 (2010: efeito negativo de Euro 750.000). A redução do imposto diferido ativo deve-se por um lado à utilização de prejuízos fiscais reportáveis, mas também ao ajustamento efetuado no valor deste ativo para o adequar à expectativa de existência de lucro tributável futuro no qual a diferença temporária dedutível possa ser usada.

Em 31 de dezembro de 2011 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de Euro 28.252.238 (Euro 25.646.376 em 31 de dezembro de 2010), cujos ativos por impostos diferidos, no valor de Euro 7.063.060 (Euro 6.411.594 em 31 de dezembro de 2010), numa ótica de prudência, não se encontram registados. A sua decomposição pode ser analisada como se segue:

	PREJUÍZOS FISCAIS	DATA LIMITE DE UTILIZAÇÃO
Gerados em 2008	25.598.500	2015
Dos quais estão reconhecidos ativos por impostos diferidos	(416.784)	2015
Gerados em 2009	3.070.522	2016
Prejuízos fiscais para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos	28.252.238	

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente pode ser analisada como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Imposto corrente	33.879	81.798
Insuficiência / Excesso de estimativa de imposto	(3.202)	-
Impostos diferidos relativos à reversão de diferenças temporárias	1.200.000	750.000
Imposto sobre o rendimento do exercício	1.230.677	831.798
Imposto do exercício	-5,8%	-1,2%

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a reconciliação entre a taxa normal e efetiva de imposto é como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Resultado antes de impostos	(19.997.033)	(70.004.740)
Imposto nominal sobre o rendimento (taxa nominal de 25%)	(4.999.258)	(17.501.185)
Resultados isentos de tributação:		
Alienação de ativos financeiros	-	1.997.542
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais:		
Imparidade de ativos	5.420.161	16.444.047
Provisões não aceites	206.590	-
Outros	(78.959)	-
Resultados em associadas em equivalência patrimonial		
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis que não geraram em exercícios anteriores ativos por impostos diferidos		(190.404)
Prejuízos fiscais gerados no exercício para os quais não foi reconhecido imposto diferido ativo		
Reversão de ativos por impostos diferidos no exercício	651.466	-
Insuficiência / Excesso de estimativa de imposto	(3.202)	
Tributação autónoma	10.114	8.281
Derramas	23.765	73.517
Imposto efetivo sobre o rendimento	1.230.677	831.798

A Martifer SGPS, S.A. e as suas empresas participadas encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 12,5% até ao quantitativo da matéria coletável de 12.500 Euros, sendo que ao seu excedente se aplica uma taxa de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de 26,5%. A esse montante acresce a Derrama Estadual à taxa de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000.000 Euros.

Contudo, em virtude de a sociedade se localizar em Oliveira de Frades, a sociedade beneficia de uma redução de taxa de IRC para 15%, até ao limite de Euro 200.000 durante um período de três exercícios, ao abrigo dos auxílios "de minimis". Estes auxílios concedidos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, da Comissão, de 15 de dezembro, viram o seu limite aumentar para Euro 500.000, aplicável a todos os apoios concedidos desde 1 de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2011, conforme disposto na Portaria n.º 184/2009 de 20 de fevereiro e na Portaria 70/2011, de 9 de fevereiro.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a sociedade encontra-se, adicionalmente, sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referenciado normativo.

No exercício de 2011, a Martifer SGPS, S.A. optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), do qual fazem parte as empresas em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 90% do seu capital e que cumprem simultaneamente com as restantes condições definidas por aquele regime. As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo Martifer, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2007 a 2010, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2011.

9. RESULTADOS POR AÇÃO

A Martifer SGPS emitiu apenas ações ordinárias, pelo que não existem, nomeadamente, direitos especiais de dividendo ou voto.

A Martifer tem apenas um tipo de potenciais ações ordinárias dilutivas: as opções sobre ações. Para efeitos de cálculo do resultado por ação diluído é necessário determinar se estas opções, independentemente de poderem ou não ser exercidas, têm efeito de diluição, o que ocorre quando o preço de exercício da opção é inferior ao preço de mercado das ações.

Na medida em que o preço médio de mercado das ações da Martifer, no período compreendido entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2011, se situou nos Euro 1,29, inferior ao preço de exercício das opções (Euro 3,84), as mesmas consideram-se não dilutivas porque o seu exercício daria lugar a uma redução do número de ações ordinárias em circulação.

Assim, em 31 de dezembro de 2011 não existe diferença entre o cálculo dos resultados por ação básicos e o cálculo dos resultados por ação diluídos.

O capital social da Martifer SGPS SA é representado por 100.000.000 de ações ordinárias, totalmente subscritas e realizadas, representativas de um capital social de Euro 50.000.000.

O número médio ponderado de ações em circulação encontra-se deduzido de 1.180.942 ações correspondente a um volume de ações próprias adquiridas pela Martifer SGPS, durante o exercício de 2010 e 2011, de 1.747.651 ações.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o cálculo do resultado por ação básico e diluído pode ser demonstrado como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Resultado líquido do exercício (I)	(21.227.710)	(70.836.538)
Número médio ponderado de ações em circulação (II)	98.819.058	99.929.092
Resultado por ação básico e diluído (I) / (II)	(0,2148)	(0,7089)

10. ATIVOS INTANGÍVEIS

A informação relativa aos valores brutos do ativo intangível, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INTANGÍVEIS	TOTAL
31 de dezembro de 2010				
Saldo inicial	1.265	9.586	-	10.851
Aumentos	84	540	-	624
	1.349	10.126	-	11.475
31 de dezembro de 2011				
Saldo inicial	1.349	10.126	-	11.475
Aumentos	-	25.789	-	25.789
	1.349	35.915	-	37.264

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas do ativo intangível, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INTANGÍVEIS	TOTAL
31 de dezembro de 2010				
Saldo inicial	880	2.900	-	3.780
Aumentos	304	3.330	-	3.634
	1.184	6.230	-	7.414
31 de dezembro de 2011				
Saldo inicial	1.184	6.230	-	7.414
Aumentos	165	9.090	-	9.255
	1.349	15.320	-	16.669
Valor líquido:				
2010	165	3.896	-	4.061
2011	-	20.594	-	20.594

11. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A informação relativa aos valores brutos de equipamento de transporte, equipamento administrativo e de outros ativos fixos tangíveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
31 de dezembro de 2010				
Saldo inicial	103.516	17.984	-	121.500
Aumentos	38.613	13.732	-	52.345
Alienações e abates	(21.347)	(2.192)	-	(23.539)
	120.781	29.525	-	150.307
31 de dezembro de 2011				
Saldo inicial	120.781	29.525	-	150.307
Aumentos	-	1.637	-	1.637
Alienações e abates	(29.435)	-	-	(29.435)
	91.346	31.162	-	122.508

A informação relativa aos valores das depreciações e perdas de imparidade acumuladas de equipamento de transporte, equipamento administrativo e de outros ativos fixos tangíveis para os exercícios findos em 2011 e 2010 pode ser analisada como se segue:

	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
31 de dezembro de 2010				
Saldo inicial	12.530	1.810	-	14.340
Aumentos	30.235	13.630	-	43.865
Alienações e abates	(5.822)	(606)	-	(6.428)
	36.943	14.833	-	51.777
31 de dezembro de 2011				
Saldo inicial	36.943	14.833	-	51.777
Aumentos	32.806	9.409	-	42.214
Alienações e abates	(21.890)	-	-	(21.890)
	47.859	24.242	-	72.101
Valor líquido:				
2010	83.838	14.692	-	98.529
2011	43.487	6.920	-	50.407

12. ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 o detalhe dos ativos financeiros em empresas do grupo e associadas era o abaixo indicado:

	% DETIDA	VALOR DE AQUISIÇÃO	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS DE CAPITAL	PERDA DE IMPARIDADE	TOTAL
31 de dezembro de 2010					
Nutre, SGPS, SA *	49%	-	56.459.000	-	56.459.000
Martifer Renewables, SGPS, SA	100%	99.765.635	69.601.173	(127.450.334)	41.916.474
Eviva Hidro, Srl	1%	47	2.006.564	-	2.006.611
Martifer Metallic Constructions, SGPS, SA	100%	12.228.848	1.544.359	-	13.773.207
Martifer Inovação e Gestão, SA	100%	101.291	8.187.941	-	8.289.232
Martifer GMBH	100%	21.800	101.011	-	122.811
Ventinveste SA	5%	2.500	-	-	2.500
Martifer Energy Systems, SGPS, SA	100%	6.079.142	14.826.000	-	20.905.142
Prio Energy, SGPS, SA	49%	5.235.168	5.341.000	-	10.576.168
Martifer Gestioni si Servicii	100%	1.265	-	-	1.265
Martifer Solar, SGPS, SA	100%	26.266.020	-	-	26.266.020
Powerblades	-	5.000	-	-	5.000
CEC	-	25.000	-	-	25.000
		149.731.715	158.067.048	(127.450.334)	180.348.429

* Anteriormente designada Prio Foods, SGPS, SA

	% DETIDA	VALOR DE AQUISIÇÃO	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS DE CAPITAL	PERDA DE IMPARIDADE	TOTAL
31 de dezembro de 2011					
Nutre, SGPS, SA *	49%	-	58.909.000	-	58.909.000
Martifer Renewables, SGPS, SA	100%	99.765.968	169.601.173	(145.461.088)	123.906.053
Eviva Hidro, Srl	1%	47	2.006.564	(2.006.611)	0
Martifer Metallic Constructions, SGPS, SA	100%	12.261.256	76.544.359	-	88.805.615
Martifer Inovação e Gestão, SA	100%	101.291	5.974.941	(1.663.277)	4.412.954
Martifer GMBH	100%	21.800	98.291	-	120.091
Ventinveste SA	5%	2.500	-	-	2.500
Martifer Energy Systems, SGPS, SA	100%	6.087.775	30.826.000	-	36.913.775
Prio Energy, SGPS, SA	49%	5.235.168	2.891.000	-	8.126.168
Martifer Gestioni si Servicii	100%	1.265	-	-	1.265
Martifer Solar, SGPS, SA	100%	26.280.763	12.758.540	-	39.039.303
CEC	-	25.000	-	-	25.000
		149.782.833	359.609.868	(149.130.976)	360.261.725

* Anteriormente designada Prio Foods, SGPS, SA

As principais variações nesta rubrica referem-se:

- Ao reforço das prestações acessórias de capital nas participações Martifer Renewables, SGPS, SA, Martifer Metallic Constructions, SGPS, SA, na Martifer Energy Systems, SGPS, SA e na Martifer Solar, SGPS, SA;
- Ao registo de perdas por imparidades na participação detida na Martifer Renewables, SGPS, no valor de Euro 18 milhões, na Eviva Hidro Srl, no valor de Euro 2 milhões e na Martifer Inovação e Gestão, no valor de Euro 1,6 milhões, conforme descrito na Nota 5 acima.

13. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as posições em aberto referentes a contratos de suprimentos e outras operações financeiras, são as seguintes:

	31 DE DEZEMBRO DE 2011			31 DE DEZEMBRO DE 2010		
	NÃO CORRENTE	CORRENTE	TOTAL	NÃO CORRENTE	CORRENTE	TOTAL
Nutre, SGPS, SA *	-	2.514	2.514	-	2.514	2.514
Martifer Renewables, SGPS, SA	-	12.248.451	12.248.451	90.939.000	35.215.613	126.154.613
Martifer Metallic Constructions, SGPS, SA	-	10.717.771	10.717.771	25.000.000	15.944.495	40.944.495
Martifer Inovação e Gestão, SA	-	73.587	73.587	-	73.587	73.587
Martifer Energy Systems, SGPS, SA	1.178.460	1.865.544	3.044.003	1.178.460	6.683.976	7.862.435
Martifer Solar, SGPS, SA	-	1.959	1.959	12.758.540	6.532.765	19.291.305
Powerblades	-	-	-	-	212.216	212.216
Outras	-	90.526	90.526	-	108.117	108.117
	1.178.460	25.000.351	26.178.810	129.876.000	64.773.283	194.649.283

* Anteriormente designada Prio Foods, SGPS, SA

A variação registada prende-se com a transferência de suprimentos e outros empréstimos de curto prazo para prestações acessórias, conforme mencionado na nota anterior.

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado.

14. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a antiguidade dos saldos relativos a contas a receber, pode ser detalhada como se segue:

31 DE DEZEMBRO DE 2010	TOTAL	NÃO VENCIDO	ATÉ 90 DIAS	VENCIDO		
				ENTRE 90 E 180 DIAS	ENTRE 180 E 260 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Clientes, conta corrente	2.024.835	1.254.296	407.896	-	360.094	2.550
Outros devedores	4.617.604	38.110	826.362	3.752.949	-	183
	6.642.440	1.292.406	1.234.257	3.752.949	360.094	2.733

31 DE DEZEMBRO DE 2011	TOTAL	NÃO VENCIDO	ATÉ 90 DIAS	VENCIDO		
				ENTRE 90 E 180 DIAS	ENTRE 180 E 260 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Clientes, conta corrente	2.089.423	665.423	341.034	159.542	499.183	424.242
Outros devedores	4.034.252	3.884.069		150.000		183
	6.123.676	4.549.492	341.034	309.542	499.183	424.426

A Empresa considera não ter havido deterioração da qualidade creditícia da contraparte, pelo que os saldos que apresentam alguma antiguidade não se encontram em risco de incobrabilidade.

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os saldos da rubrica 'Estado e outros entes públicos' têm a seguinte decomposição:

	31 DEZEMBRO 2011	31 DEZEMBRO 2010
Imposto sobre o rendimento	830.178	295.533
Retenções de impostos	(22.091)	(27.943)
Imposto sobre o valor acrescentado	(10.643)	(150.425)
Contribuições para a Segurança Social	(19.881)	(29.386)
Estado e outros entes públicos	(52.615)	(207.753)

16. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A rubrica caixa e seus equivalentes pode ser analisada como se segue:

	31 DEZEMBRO 2011	31 DEZEMBRO 2010
Depósitos bancários	937.405	235.312

Caixa e seus equivalentes incluem os depósitos bancários de curto prazo, com maturidades originais iguais ou inferiores a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não existiam quaisquer restrições à utilização dos saldos registados nas rubricas de Caixa e seus equivalentes.

17. CAPITAL SOCIAL, RESERVAS E AÇÕES PRÓPRIAS

Capital social

O capital social da Martifer SGPS, totalmente subscrito e realizado, em 31 de dezembro de 2011, ascende a Euro 50.000.000 e é representado por 100.000.000 de ações ao portador com um valor nominal de 50 céntimos cada. Todas as ações têm os mesmos direitos, correspondendo um voto por cada ação. Durante os exercícios de 2011 e 2010 não ocorreram quaisquer movimentos no número de ações representativas do capital social da Empresa.

Durante o exercício de 2011, a Martifer SGPS adquiriu, através de compras realizadas em bolsa, 1.187.410 ações próprias (2010: 560.241 ações próprias foram adquiridas). Após estas aquisições, a Martifer detém 1.747.651 ações próprias, correspondentes a 1,75% do seu capital social. De acordo com a legislação em vigor, a Empresa tem de manter indisponível uma reserva no valor de aquisição das ações próprias.

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Empresa é detido em 42,64% pela I'M SGPS, S.A., 37,5% pela Mota-Engil SGPS, S.A., 1,75% em ações próprias, encontrando-se os restantes 18,11% dispersos em Bolsa.

Opções sobre ações

Está em vigor um plano de remunerações em opções sobre ações, nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a alguns colaboradores, com vista a incentivar a criação de valor.

As opções atribuídas caducarão automaticamente, sempre que o colaborador deixe de estar ao serviço de qualquer uma das empresas do Grupo.

Todas as opções atribuídas à data de 31 de dezembro de 2011 são consideradas com liquidação com base em ações.

Outras variações no capital próprio

As outras variações no capital próprio, conforme explicado na Nota 20, resultam do justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

Reservas

Prêmios de emissão

Os prêmios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva legal

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual positivo tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Outras reservas

As reservas relativas a opções sobre ações incluídas nesta rubrica ascendem a Euro 198.980 (2010: Euro 113.495) e refletem o justo valor dos serviços prestados pelos colaboradores, corrigidas, a cada data de relato, pelo impacto da revisão da estimativa original em resultado da determinação do número de opções que se espera que se tornem exercíveis.

Esta rubrica inclui também uma reserva indisponível no valor de Euro 2.415.630 (2010: Euro 852.587), relativa ao valor das ações próprias.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS'). Assim, as únicas reservas da Martifer SGPS, S.A., que, pela sua natureza, se consideram distribuíveis, são as relativas a resultados transitados no montante de Euro 20.217.077, as quais, no final deste exercício não se encontram disponíveis dado serem necessárias para cobrir o prejuízo.

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os montantes relativos a empréstimos, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são como se segue:

	ATÉ 1 ANO	A 2 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	A MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
31 de dezembro de 2010					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	1.640.625	13.125.000	11.484.375	-	26.250.000
Descobertos bancários	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	1.170.000	-	-	-	1.170.000
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	60.500.000	14.250.000	15.000.000	-	89.750.000
	63.310.625	27.375.000	26.484.375	-	117.170.000

	ATÉ 1 ANO	A 2 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	A MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
31 de dezembro de 2011					
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	6.562.500	6.562.500	11.484.375	-	24.609.375
Descobertos bancários	11.940	-	-	-	11.940
Contas caucionadas	41.386.263	-	-	-	41.386.263
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	10.500.000	58.750.000	15.000.000	-	84.250.000
	58.460.703	65.312.500	26.484.375	-	150.257.578

Os financiamentos da Empresa, nomeadamente as contas caucionadas, têm cláusulas de renovação, pelo que, é expectativa da Administração que, à semelhança do que tem ocorrido no passado e com base nas negociações atualmente em curso com os credores, uma parte destes financiamentos sejam renovados no seu prazo de liquidação. A liquidação do restante financiamento prevê-se que ocorra com a venda de ativos das filiais que lhes permitirão devolver suprimentos ou prestações acessórias de capital à Empresa, nomeadamente a venda dos parques eólicos da Roménia.

Em 31 de dezembro de 2011, os principais programas de papel comercial da Empresa passíveis de renovação são como se segue:

	MONTANTE MÁXIMO DO CONTRATO (EUROS)	DATA CONTRATO	PRAZO DE VENCIMENTO DO CONTRATO	MONTANTE UTILIZADO
Martifer SGPS	50.000.000	Set-08	5 Anos	50.000.000
Martifer SGPS	14.250.000	Nov-10	3 Anos	14.250.000
Martifer SGPS	15.000.000	Mai-10	5 Anos	15.000.000
Martifer SGPS	5.000.000	Set-10	5 Anos	5.000.000
	84.250.000			84.250.000

A taxa média dos financiamentos da Martifer SGPS durante o ano de 2011 foi 4,775 %.

19. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A informação relativa a fornecedores e credores diversos, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, pode ser analisada como se segue:

	31 DEZEMBRO 2011	31 DEZEMBRO 2010
Fornecedores	672.661	345.028
Credores diversos	21.232	131.692
Acréscimos de gastos	1.286.981	909.854
Outros	5.781	3.223
Outras contas a pagar	1.313.995	1.044.769

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores e outros credores decorrentes da atividade operacional da Empresa e de aquisições de ativos fixos tangíveis e intangíveis. O Conselho de Administração acredita que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico e que o efeito da atualização desses montantes não é material.

20. DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2011, está em vigor um instrumento financeiro derivado de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes num contrato de financiamento, fixando taxas de juro.

INSTRUMENTO FINANCEIRO	CONTRAPARTE	NOCIONAL	TIPO	VENCIMENTO	JUSTO VALOR
Interest Rate Swap	Barclays	14.250.000	Paga taxa fixa [1,91%] e recebe Euribor 6M	22/11/2013	(111.324)

O justo valor do instrumento financeiro acima referido, avaliado pela contraparte, por se tratar de cash-flow hedges, foi registado por contrapartida da rubrica de capitais próprios 'Outras variações no capital próprio' e em 'Instrumentos financeiros derivados' no passivo.

O apuramento do justo valor do derivado contratado pela Martifer, SGPS, SA foi efetuado pela respetiva contraparte. O modelo de avaliação deste derivado, utilizado pela contraparte, baseia-se no método dos Cash Flows descontados, i.e, utilizando as Par Rates de Swaps, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas Reuters e/ou Bloomberg, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas forwards e fatores de desconto, que servem para descontar os cash flows fixos (fixed leg) e os cash flows variáveis (floating leg). O somatório das duas legs, dá o NPV (Net Present Value ou Valor Atualizado Líquido dos cash flows futuros ou justo valor dos derivados).

21. COMPROMISSOS

Garantias Financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as principais garantias operacionais prestadas pela Empresa são como se segue:

	31 DEZEMBRO 2011	31 DEZEMBRO 2010
Martifer SGPS	88.898.000	135.131.204

O valor apresentado, em 2011 e 2010, inclui uma fiança a favor da BP Portugal, para garantir pagamentos resultantes da aquisição de combustíveis pela Prio Energy, S.A., bem como outras garantias no âmbito dos compromissos assumidos com a construção de parques solares. Em fevereiro de 2011 foram canceladas garantias assumidas de Euro 40,8 milhões em virtude de terem sido assinados os certificados de aceitação final de quatro parques solares em Espanha.

Em virtude dos contratos de EPC para construção de parque solares obrigarem a Martifer Solar e/ou empresas por si participadas a assumir determinadas garantias, entre as quais, a garantia da qualidade dos materiais e desenho, das instalações fotovoltaicas, de obtenção de determinados rácios de performance e de potência dos módulos fotovoltaicos, a Martifer SGPS comprometeu-se a dotar a Martifer Solar e/ou empresas por si participadas dos meios necessários para garantir o cumprimento integral das obrigações contratuais.

Neste momento, considera-se que a Martifer Solar já tem capacidade de suportar estes compromissos sem o recurso à Holding.

Garantias reais

Em 31 de dezembro de 2011 as garantias reais prestadas pela Empresa são como se segue:

EMPRESA	GARANTIA	VALOR DO ATIVO SUBJACENTE	VALOR EM DÍVIDA
Martifer SGPS	Penhor de ações da Martifer Solar, SA	37.500.000	24.609.375

22. COMPLEMENTOS DE REFORMA

A Empresa não assumiu quaisquer responsabilidades com planos de reforma. No entanto, existe uma apólice, contratada com a Companhia de Seguros Global, que funciona como um fundo de capitalização, para complemento de reforma dos colaboradores do Grupo.

São abrangidos por este fundo todos os colaboradores com contrato de trabalho sem termo. Anualmente, sempre que o Conselho de Administração da Empresa assim o deliberar, é depositado um montante equivalente a um salário base em nome de cada um dos colaboradores. O exercício do direito ao referido complemento ocorre no momento da passagem ao estado de reforma. Cada colaborador pode então, optar pela transformação do fundo numa pensão mensal, ou em alternativa, resgatar 50% do valor acumulado e converter o restante numa renda mensal.

23. COMPENSAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E ROC

As remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência por categoria de remuneração podem ser resumidas como se segue:

	ANO 2011	ANO 2010
Remunerações fixas	581.500	693.627
Remunerações variáveis	-	-
Complementos de reforma (Nota 21)	-	-
	581.500	693.627

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal em 2011 foi de Euro 14.400 (2010: Euro 14.400) e os honorários do Revisor Oficial de Contas foram de Euro 118.400 (2010: Euro 119.365)

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Martifer SGPS, aprovada nos termos da Lei 28/2009, bem como o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos referidos órgãos, de forma agregada e individual é apresentado no Relatório de Governo Societário.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Para além dos saldos identificados nas notas acima, os saldos e transações com entidades relacionadas são como se segue:

	CUSTOS		PROVEITOS		CONTAS A RECEBER		CONTAS A PAGAR	
	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010	ANO 2011	ANO 2010
Empresa- Mãe	-	-	46.408	-	197.593	-	-	-
Empresas do grupo e associadas	811.951	363.538	14.476.226	11.036.936	1.962.321	2.742.480	762.936	100.965
	811.951	363.538	14.522.634	11.036.936	2.159.914	2.742.480	762.936	100.965

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes a reportar.

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 1 de março de 2012. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de dezembro de 2011, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

Oliveira de Frades, 1 de março de 2012

A Técnica Oficial de Contas

Isabel Cristina Loureiro Silva

A Administração

Carlos Manuel Marques Martins

Jorge Alberto Marques Martins

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo

Luís Filipe Cardoso da Silva

Mário Jorge Henriques Couto

Luís Valadares Tavares

Jorge Bento Ribeiro Barbosa Farinha

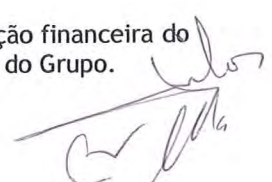


RELATÓRIOS DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
Sobre as Contas Consolidadas
Exercício de 2011

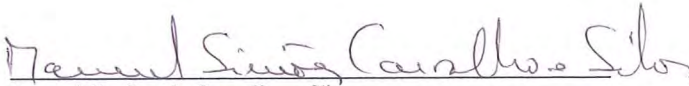
Exmos. Senhores
Accionistas,

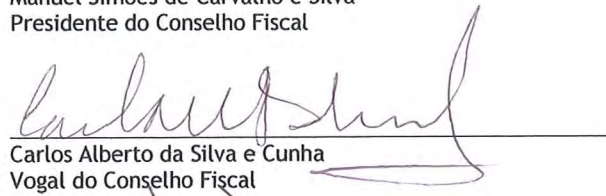
1. Nos termos legais, estatutários e do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar o nosso parecer sobre o Relatório, Contas e Propostas apresentados pela Administração da **MARTIFER - SGPS, S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. Acompanhámos com regularidade a actividade da Empresa e das suas principais participadas, tendo obtido dos Administradores executivos, bem como dos Serviços todos os esclarecimentos julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções. Além disso, analisámos o Regulamento da Comissão de Risco e os princípios gerais de gestão de risco.
3. Nos termos do nº 4 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que foi proferido, para efeitos do nº 2 daquela disposição legal, parecer favorável à compra de 10% do capital da sociedade comercial **PARK LOGISTYCZNY BISKUPICE SP. Z o.o.**, com sede em Gliwice registada no Registo Nacional Polaco sob o número 0000283273, a efectuar pela participada **MARTIFER METALLIC CONSTRUCTIONS - SGPS, S.A.** à sociedade comercial **EXCLUSIPOLIS - S.G.P.S., Lda.**, detida em 60% pela sociedade **BLACK AND BLUE INVESTIMENTOS, S.A.**.
4. Constatámos que o volume de negócios do Grupo decresceu 7,8%, o Activo Total diminuiu cerca de 5,5%, os Capitais Próprios diminuíram cerca de 16,8% e o Passivo também diminuiu 0,1%. Por outro lado, o resultado bruto diminuiu cerca de 24% e o custo com o pessoal aumentou 2,5%, face ao Exercício de 2010.
5. Acompanhámos o processo de consolidação das contas do Grupo, os trabalhos do Revisor Oficial de Contas, Dr. Américo Agostinho Martins Pereira, apreciamos a Certificação Legal das Contas Consolidadas emitida, que mereceram a nossa concordância.
6. No âmbito das nossas funções, verificámos que:
 - a) O Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração das Alterações dos Capitais Próprios Consolidados e as correspondentes Notas, permitem uma compreensão da situação financeira do Grupo e dos seus resultados;
 - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro;
 - c) O Relatório Único de Gestão é esclarecedor da evolução dos negócios, da situação financeira do Grupo, evidenciando com clareza os aspectos mais importantes das actividades do Grupo.

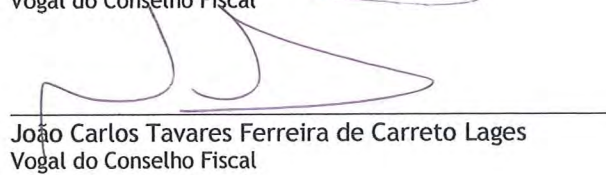

Página 1/2

7. Nestes termos, levando em conta os esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração e as conclusões que retiramos da Certificação Legal das Contas Consolidadas e do Relatório de Auditoria, somos de parecer que:
- a) Seja aprovado o relatório único de gestão;
 - b) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

Oliveira de Frades, 19 de Março de 2012


Manuel Simões de Carvalho e Silva
Presidente do Conselho Fiscal


Carlos Alberto da Silva e Cunha
Vogal do Conselho Fiscal

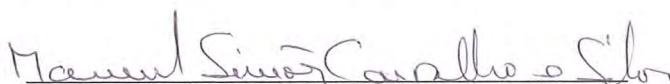

João Carlos Tavares Ferreira de Carreto Lages
Vogal do Conselho Fiscal

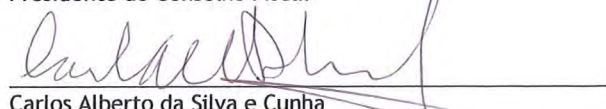
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
Sobre as Contas Individuais
Exercício de 2011

Exmos. Senhores
Accionistas,

1. Nos termos legais, estatutários e do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar o nosso parecer sobre o Relatório, Contas e Propostas apresentados pela Administração da **MARTIFER - SGPS, S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.
2. Acompanhámos com regularidade a actividade da Empresa e das suas principais participadas, tendo obtido dos Administradores executivos, bem como dos Serviços todos os esclarecimentos julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções.
3. Acompanhámos os trabalhos do Revisor Oficial de Contas, Dr. Américo Agostinho Martins Pereira, apreciámos a Certificação Legal das Contas emitida, que mereceram a nossa concordância.
4. No âmbito das nossas funções, verificámos que:
 - a) O Relatório Único de Gestão do Conselho de Administração e as Contas evidenciam com clareza a situação financeira, os resultados e os fluxos de caixa da Sociedade;
 - b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, de acordo com os Princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, permitem a correcta avaliação do património e dos resultados;
 - c) A Proposta de Aplicação dos Resultados é adequada.
5. Nestes termos, tendo em conta os esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração e as conclusões que retiramos da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:
 - a) Seja aprovado o Relatório Único de Gestão;
 - b) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais da Sociedade;
 - c) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

Oliveira de Frades, 19 de Março de 2012


Manuel Simões de Carvalho e Silva
Presidente do Conselho Fiscal


Carlos Alberto da Silva e Cunha
Vogal do Conselho Fiscal


João Carlos Tavares Ferreira de Carreto Lages
Vogal do Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

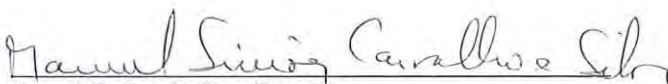
(Artigo 245.º, número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários)

Exmos. Senhores Accionistas,

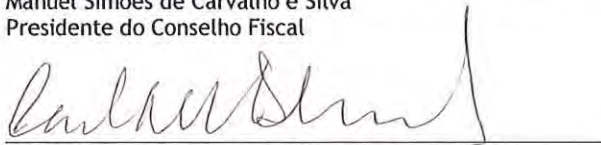
Nos termos legalmente previstos, declaramos que, tanto quanto é do nosso conhecimento:

- i) A informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, assim como nos seus anexos, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da posição financeira e do desempenho da MARTIFER – SGPS, S.A. e das empresas incluídas na consolidação;
- ii) A informação constante no relatório único de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da MARTIFER - SGPS, S.A. e das empresas incluídas na respectiva consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Oliveira de Frades, 19 de Março de 2012



Manuel Simões de Carvalho e Silva
Presidente do Conselho Fiscal



Carlos Alberto da Silva e Cunha
Vogal do Conselho Fiscal



João Carlos Tavares Ferreira de Carreto Lages
Vogal do Conselho Fiscal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da *MARTIFER - SGPS, S.A.*, as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em trinta e um de Dezembro de dois mil e onze, (que evidencia um total de 1.037.833.335 euros e um total de capital próprio de 283.316.635 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 49.600.348 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da MARTIFER - SGPS, S.A., em trinta e um de Dezembro de dois mil e onze, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para o facto de, conforme referido na Nota 1 do Anexo, o Grupo ter alterado o método de consolidação dos interesses financeiros que detém em empreendimentos conjuntamente controladas de consolidação proporcional para equivalência patrimonial. Como consequência desta alteração as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2010 foram reexpressas para efeitos de comparabilidade, tendo sido divulgados na referida Nota 1 os respectivos efeitos.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Aveiro, 19 de Março de 2012

Américo Agostinho Martins Pereira
Revisor Oficial de Contas n.º 877



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *MARTIFER - SGPS, S.A.*, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em trinta e um de Dezembro de dois mil e onze, (que evidencia um total de 395.819.670 euros e um total de capital próprio de 243.303.367 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 21.227.710 euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *MARTIFER - SGPS, S.A.*, em trinta e um de Dezembro de dois mil e onze, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Aveiro, 19 de Março de 2012

Américo Agostinho Martins Pereira
Revisor Oficial de Contas n.º 877

Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Martifer, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 1.037.833.335 euros, e um total de capital próprio de 283.316.635 euros, o qual inclui interesses que não controlam de 31.783.623 euros e um resultado líquido negativo de 49.600.348 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada de alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de **Martifer, S.G.P.S., S.A.** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Ênfase

9 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima, chamamos a atenção para o facto de conforme referido na Nota 1 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o Grupo ter alterado o método de consolidação dos interesses financeiros que detêm em empreendimentos conjuntamente controlados de consolidação proporcional para equivalência patrimonial e ter reexpresso as demonstrações financeiras do exercício de 2010, estando os efeitos divulgados na Nota referida acima.

19 de Março de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas Demonstrações Financeiras anexas da **Martifer, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 395.819.670 euros e um total de capital próprio de 243.303.367 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 21.227.710 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de Rendimento Integral, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no capital próprio, o resultado das suas operações, o rendimento integral e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

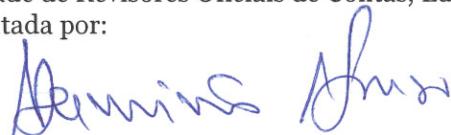
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Martifer, S.G.P.S., S.A** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

19 de Março de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.